

Plano de Ação Regional de Lisboa

2014 – 2020

Diagnóstico Prospetivo

Setembro 2013



Índice

Índice	2
Índice de Figuras	3
INTRODUÇÃO	5
CRESCIMENTO INTELIGENTE	6
1.1. Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente	6
1.2. Capital Humano, Emprego e Empreendedorismo	9
1.3. Meios Criativos e Indústrias Culturais	11
CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	13
1.4. Recursos, Serviços Ambientais e Riscos	13
1.5. Economia de Baixo Carbono	17
1.6. Qualificação Urbana	21
CRESCIMENTO INCLUSIVO	25
1.7. Demografia e Serviços de Proximidade.....	25
1.8. Inclusão e Inovação Social.....	29
Capacitação Regional	34
1.9. Capacitação, qualificação e modernização	34
Análise SWOT	37
Anexos.....	47
1.1. Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente	47
1.2. Capital Humano, Emprego e Empreendedorismo	54
1.3. Meios Criativos e Indústrias Culturais	59
1.4. Recursos, Serviços Ambientais e Riscos	60
1.5. Economia de Baixo Carbono	68
1.6. Qualificação Urbana	72
1.7. Demografia e Serviços de Proximidade.....	73
1.8. Inclusão e Inovação Social.....	77

Índice de Figuras

Figura 1 - Índice Desenvolvimento Regional - Portugal = 100	47
Figura 2 – Taxa de crescimento natural, migratório e efetivo 2001-2011 Regiões NUTS II.....	48
Figura 3 - Grandes números da Região de Lisboa na economia nacional.....	48
Figura 4 – Crescimento Económico – PIB per capita.....	49
Figura 5 – Decomposição do PIB per capita: Trajetórias de convergência por via da produtividade e trajetória de convergência por via do emprego (recursos) 1995-2010.....	49
Figura 6 - Evolução das Exportações de bens <i>per capita</i> (€).....	50
Figura 7 - Dinâmica da Região de Lisboa - variação média anual	50
Figura 8 - Especialização da Região de Lisboa VAB, 1995-2010.....	51
Figura 9 - Especialização da Região de Lisboa em termos de VAB e pessoal ao serviço (2009) .	51
Figura 10 - Especialização regional das exportações de produtos 2001 e 2011.....	52
Figura 11 - Despesas em I&D em % do PIB	52
Figura 12 – Rácio entre empregados em atividades de I&D das instituições e empresas face ao emprego total.....	53
Figura 13 - Alojamento e dormidas.....	53
Figura 14 - Transporte de mercadorias e passageiros nos portos, aeroportos e ferrovia.....	53
Figura 15 - População por nível de escolaridade completo	54
Figura 16 - Proporção da população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos, 2001 e 2011.....	54
Figura 17 - Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário regular (%).....	55
Figura 18 - População empregada por setor de atividade (em % do total nacional).....	55
Figura 19 – Taxa de Emprego	56
Figura 20 - Proporção de população empregada por dimensão empresarial	56
Figura 21 - População empregada segundo a profissão principal, 2011	57
Figura 22 - Taxa de abandono precoce de educação e formação (%)	57
Figura 23 - Nascimento e mortes das empresas	58
Figura 24 - Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes	58
Figura 25 - Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia.....	58
Figura 26 - População residente com nacionalidade estrangeira, 2011	59
Figura 27 - Estabelecimentos, em ramos de atividades relacionados com “indústrias culturais”	59
Figura 28 - Rede Ecológica Metropolitana	60
Figura 29 - Áreas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, Zonas de Proteção Especial e Sítios de Importância Comunitária.....	61
Figura 30 - População servida por sistemas de abastecimento de água	61
Figura 31 - População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	62
Figura 32 - População servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR)	62
Figura 33 - População Servida por ETAR, 2011 (%)	63
Figura 34 – Concentração Média Anual de PM10, por Estação	63
Figura 35 – Resíduos urbanos recolhidos/habitante, 2011 (kg)	64
Figura 36 – Proporção de Resíduos urbanos recolhidos seletivamente, 2011 (%).....	65

Figura 37 - Resíduos Urbanos Recolhidos Seletivamente	65
Figura 38 - Intensidade Sísmica máxima na Região de Lisboa	66
Figura 39 - Áreas de instabilidade de vertentes na Região de Lisboa	66
Figura 40 - Risco de erosão costeira na Região de Lisboa.....	67
Figura 41 – Consumo de Energia Elétrica por município, segundo o tipo de consumo, 2010 (Kwh)	68
Figura 42 – Consumo de Energia Elétrica por Consumidor, 2010 (Kwh)	69
Figura 43 - Evolução do peso das deslocações pendulares em Transporte Individual	70
Figura 44 - Quota de Produção de Eletricidade em Centrais de Cogeração	71
Figura 45 - Quota de Produção Bruta de Eletricidade (%)	71
Figura 46 – Agregação de Padrões de Ocupação do Solo - 2009	72
Figura 47 – Proporção de fogos reabilitados	72
Figura 48 – Edifícios de Habitação Social Objeto de Obras de Conservação, no último ano, 2011 (%)	73
Figura 49 - População Residente (2011), por Concelho na Região de Lisboa	73
Figura 50 - Variação Populacional (2001/2011), por Concelho na Região de Lisboa.....	74
Figura 51 - Taxa de cobertura das creches (%) 2011	75
Figura 52 - Taxa de cobertura de Equipamentos para idosos (%) 2011.....	76
Figura 53 – Equipamentos de apoio domiciliário por grupo alvo, 2012	77
Figura 54 - Beneficiários do rendimento social de inserção no conjunto da população	77
Figura 55 - Envelhecimento e Pensionistas.....	78
Figura 56 - Taxa de desemprego	78
Figura 57 - Taxa de desemprego por grupo etário.....	78

INTRODUÇÃO

O diagnóstico prospetivo que se apresenta de seguida faz uma caracterização sintética da região de Lisboa em cada um dos domínios chave que se considera deverem integrar a estratégia de desenvolvimento regional 2014-2020, identificando os constrangimentos existentes para a concretização de um modelo de desenvolvimento mais inteligente, sustentável e inclusivo. Procura-se também apontar algumas opções que se afiguram mais ajustadas para ultrapassar os constrangimentos e para promover o aproveitamento de novas oportunidades, explorando as capacidades de partida da região e os novos contextos nacionais e internacionais, no quadro das linhas estratégicas de desenvolvimento plasmadas na Estratégia 2020 e nos documentos de referência para o desenvolvimento nacional, designadamente, o Plano Nacional de Reformas.

A Região de Lisboa constitui um espaço central desenvolvido e liderante (Figura 1). Dotada de recursos avançados e com um alargado mercado, destaca-se, em termos nacionais, enquanto região globalmente melhor preparada para competir internacionalmente e para servir de motor do desenvolvimento integrado do país. No último período intercensitário, a Região manteve a sua capacidade de atração populacional, registando um crescimento de 6% (Figura 2) e atingindo, em 2011, cerca de 2,8 milhões de habitantes, dos quais 66% integram a faixa etária da população ativa (dos 15 aos 64 anos). A Região concentra uma parte significativa dos recursos do país em termos produtivos, de inovação e investigação, de turismo e lazer, de equipamentos sociais, de gestão e de administração pública e posiciona-se no grupo das regiões inovadoras europeias, todavia, encerra ainda um conjunto de constrangimentos nos quais importa atuar para que a Região atinja níveis de desenvolvimento mais elevados.

Tendo em conta o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional¹ - indicador compósito (Portugal = 100) - a Região de Lisboa detém uma posição única no país, evidenciando um desempenho superior à média nacional (106,7 em 2009). Regista-se, no entanto, uma ligeira quebra nos últimos anos, fruto de um contexto socioeconómico desfavorável, tendo a vertente da competitividade (114,6) contribuído fortemente para a manutenção da posição de destaque da Região de Lisboa, enquanto nas restantes componentes os valores são ligeiramente inferiores: 104,9 na vertente da coesão e 99,7 na da qualidade ambiental (Figura 1). Em termos de PIB per capita (Figura 4), a Região de Lisboa apresenta igualmente um posicionamento superior à média nacional, verificando ao longo dos últimos quinze anos um processo de crescimento superior aos valores médios nacionais (Figura 5).

Pensando em novas oportunidades, interessa à região de Lisboa potenciar a sua posição geoestratégia organizando-se como plataforma de intermediação no relacionamento da Europa com o resto do mundo, explorar a sua afirmação no contexto da economia do mar e assumir a sua capitalidade no âmbito das regiões euro-atlânticas, reforçar a especialização produtiva inteligente e afirmar a sua inserção no grupo das grandes metrópoles estruturantes da produção e consumo, assumindo a valorização dos recursos e valores naturais e patrimoniais e a diversidade cultural como fatores de competitividade e de qualidade de vida.

Este enquadramento estratégico orienta a seleção dos domínios chave para o investimento no período 2014-2020 e contextualiza a definição dos respetivos instrumentos de política numa perspetiva integrada do desenvolvimento regional. O presente diagnóstico estrutura-se em nove domínios chave agrupados em quatro pilares: I) Crescimento Inteligente: Sistemas produtivos e especialização inteligente; Capital humano, emprego e empreendedorismo; meio criativos e indústrias culturais II) Crescimento Sustentável:

¹ O ISDR foi construído com base em três dimensões fundamentais do desenvolvimento regional: a competitividade, a coesão e a qualidade ambiental, sendo que para cada uma destas dimensões é apresentado um índice, a par com o índice global. Cada componente é obtida por agregação, por média simples, de indicadores de base e o índice global é obtido por agregação, por média simples, das componentes.

Recursos, serviços ambientais e riscos; Economia de baixo carbono; Qualificação urbana; III) Crescimento Inclusivo: Demografia e Serviços de Proximidade Inclusão, inovação social; IV) Capacitação Regional: Capacitação, qualificação e modernização administrativa.

CRESCIMENTO INTELIGENTE

1.1. Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente

1. É evidente a importância da Região de Lisboa na economia nacional. Lisboa é uma região que concentra 27% da população residente nacional, representa 26,2% do emprego e 47,5% da produção empresarial nacional. Em 2011, apresenta um valor médio do PIB *per capita* consideravelmente superior (140) à média nacional (PT = 100) (Figura 4 e Figura 5) e concentra 37,2% do Valor Acrescentado (Figura 3).
2. A Região de Lisboa é responsável por 33% das exportações de bens do país. No entanto, a orientação exportadora da Região corresponde a 22%, situando-se abaixo da média nacional (25%), o que em parte reflete a circunstância da Região ser uma porta de entrada das importações no país (Figura 3 e Figura 6).
3. A dinâmica económica regional assenta num conjunto de setores muito diversificados e na sedeação e “densidade” dos elementos mais dinâmicos do desenvolvimento económico (sistema de ciência e tecnologia, grupos financeiros, multinacionais, categorias socioprofissionais mais qualificadas e com maior capacidade de consumo). A Região de Lisboa, entre 2007 e 2011, regista um crescimento económico moderado decorrente da contração da economia, (Figura 4), apresentando no entanto, entre 2007 e 2009 um comportamento das exportações e do pessoal melhor do que a média nacional (Figura 7)
4. Observa-se na Região de Lisboa, a manutenção da especialização produtiva nos “serviços empresariais”, “transporte, logística e distribuição” e “energia e ambiente”, seguindo-se as “indústrias alimentares”, as “mecânicas e eletrónicas” e “químicas” (Figura 8 a Figura 10), o que lhe confere uma base para processos de industrialização em setores chave. Por outro lado, emergem, no contexto atual, outras áreas de especialização, como o “turismo”, a “economia azul” e as “indústrias culturais”.
5. Na base da inovação encontram-se não só os processos autónomos de investigação e de desenvolvimento tecnológico, mas fundamentalmente a transferência deste conhecimento e tecnologia das instituições de investigação e ensino superior para o setor empresarial. A Região de Lisboa atingiu em 2010 os 2,31% de despesas em I&D no total do PIB, valor bastante superior à média nacional e europeia (Figura 11). A Região tem vindo a aumentar significativamente a sua despesa em I&D, sendo as empresas as instituições que mais executam despesa em I&D, superando os 50% na Região de Lisboa (uma parcela desta despesa tem, no entanto, origem em financiamento público). No que respeita à concentração de emprego em atividades de I&D e de empresas com atividades de inovação, a Região de Lisboa, apresenta, igualmente uma expressão consideravelmente superior ao resto do País.
6. O número de patentes registadas na Região de Lisboa foi sempre superior à média de Portugal, essencialmente devido à forte concentração e dinâmica do sistema de ciência e tecnologia que estimula o processo de desenvolvimento tecnológico na Região. Regista-se no entanto uma quebra no número de patentes nos últimos anos (18.771 patentes por milhão de habitantes em 2007 e apenas 4.338 em 2009).
7. Apesar de um ambiente de inovação particularmente intenso comparativamente ao panorama nacional, com a existência de, Parques de Ciência e Tecnologia, de qualidade e com vários programas, estratégias e linhas de financiamento que permitiram significativos progressos em matéria de investigação e inovação

na última década, verifica-se que existem ainda dificuldades estruturais que comprometem, neste fator-chave de investimento, a competitividade da economia regional.

8. Importa igualmente destacar a particular notoriedade que a Região de Lisboa assume no panorama científico e tecnológico nacional, em virtude da acentuada concentração de instituições de ensino superior e politécnico, e de investigação e desenvolvimento científico, incluindo laboratórios do Estado comparativamente ao restante território nacional. Estas instituições, detêm uma importância estratégica na especialização inteligente e competitividade da região à escala internacional, conferindo-lhe uma massa crítica assinalável na área da investigação científica e desenvolvimento tecnológico, indutora da captação de profissionais de qualificação e competência superiores e da atração de estudantes e investigadores.
9. A Região de Lisboa mantendo um nível médio de qualificação da mão-de-obra superior à média nacional (25,3% com ensino superior face aos 21,1% do país) e com uma maior concentração da população ativa em atividades de I&D: 2% em 2010 (Figura 12), caracteriza-se por ser uma das regiões com melhor “ambiente criativo”, o que se traduz numa maior capacidade para potenciar ações que visem o aprofundamento da sociedade da informação, nomeadamente através da garantia de infraestruturas de apoio à inovação com especial ênfase na dinamização das indústrias ligadas à I&D e à cultura, que concorrem para a renovação do tecido industrial e dos fatores de competitividade.
10. A Região de Lisboa apresenta assim uma significativa concentração espacial de recursos produtivos, científicos, humanos e institucionais de nível superior, combinando lógicas de aglomeração e de especialização, com capacidade de acolhimento de novas atividades.
11. O turismo é uma atividade fundamental pela sua capacidade própria de gerar riqueza, criar postos de trabalho, estimular o desenvolvimento regional e pelo seu potencial de valorização dos ambientes natural e cultural, exercendo um efeito multiplicador sobre toda a economia. O turismo representa hoje um setor económico consolidado e relevante na Região de Lisboa, com expressão nas formas mais modernas da procura turística internacional, como os City Breaks, o Turismo de Negócios e de Cruzeiros, o Golfe, o Turismo de Natureza e o clássico Sol & Mar.
12. O crescimento da oferta hoteleira e da capacidade dos alojamentos, que continua a marcar uma posição significativa no território nacional, atingiu em 2010, 18,9 camas por mil habitantes, apesar de fortemente centralizado na cidade de Lisboa (que representa cerca de 20% da oferta hoteleira do país). Quanto ao número de dormidas de hóspedes nacionais e estrangeiros, a Região tem-se mantido estável, com taxas de crescimento na ordem dos 4%, sendo que em 2011 a Região registou cerca de 9 milhões de dormidas (23% do total nacional) (Figura 13).
13. Apesar da Região de Lisboa se encontrar bem posicionada nos rankings internacionais, importa reforçar o seu posicionamento competitivo no mercado do turismo, tendo em conta o atual contexto competitivo a nível europeu, em que surgem novos concorrentes e se renovam os tradicionais. Apostar na vocação marítima e atlântica da Região para aumentar a sua atratividade turística parece fundamental.
14. O setor da “economia azul” é um pilar importante do aumento da competitividade regional e o desenvolvimento do *cluster* marítimo pode incrementar e maximizar o uso sustentável dos oceanos e zonas costeiras, através de um crescimento económico gerador de emprego, inovador e eco eficiente.
15. Nesta área tem havido preponderância do setor pesqueiro, setor esse que se caracteriza por uma baixa qualificação da mão-de-obra. Por outro lado, a aquacultura continua a ter resultados ainda aquém do seu potencial de crescimento. A pesca e aquacultura são atividades económicas determinantes para a produção e o consumo alimentar que respondem à grande procura no mercado nacional e assumem

posições competitivas à escala internacional pelo aproveitamento dos recursos naturais da Região de Lisboa. Importa por isso modernizar os portos e locais de desembarque, garantindo infraestruturas e dimensões adequadas para a acostagem e desembarque em segurança e descarga e movimentação em terra,

16. O desenvolvimento da “economia azul” passará pela promoção da diversificação económica e pela aposta na investigação, inovação e tecnologia marinha. Esta aposta terá, no entanto, de ser balizada pela gestão eficiente do uso dos recursos marítimos através da promoção de uma economia amiga do ambiente. Será aqui importante apostar numa transferência de mão-de-obra de setores em declínio para setores com grande potencial de crescimento, como a aquacultura, a biotecnologia marinha, a construção e reparação naval ou o turismo costeiro. Importa também potenciar e valorizar a diversidade e complementaridade dos usos associados ao mar e aos estuários, compatibilizando o desenvolvimento das atividades económicas, nomeadamente portuárias, industriais, turísticas, de transporte e de pesca, com as funções de defesa nacional e as funções de proteção dos valores naturais e as atividades de recreio e lazer.
17. Em termos de acessibilidade e conexões com o exterior, a Região de Lisboa acolhe equipamentos e infraestruturas logísticas do sistema de transportes fundamentais para a internacionalização da economia portuguesa (aeroportos, portos, plataformas logísticas).
18. Destaca-se o aeroporto da Portela, que constitui a principal porta de entrada nacional para os fluxos internacionais de passageiros, acumulando cerca de metade do total destes e 60% da carga movimentada nos aeroportos da ANA. Tanto no segmento de passageiros, como no de carga, a procura da Portela tem vindo a crescer (entre 2007 e 2011 registou um aumento de 11% em carga e 12% em passageiros), (Figura 14).
19. Em termos de transporte marítimo, os portos de Lisboa e de Setúbal são infraestruturas fundamentais para a competitividade da região, temos quais têm vindo a registar um crescimento moderado, da carga movimentada, apesar do decréscimo de 4,4 pontos percentuais, verificado entre 2007 e 2011. Em contrapartida, o Porto de Lisboa registou, no mesmo período, um crescimento de 55% no tráfego de passageiros, sendo de referir que este porto absorve praticamente toda a procura de passageiros dos portos do continente. Este último aspeto sublinha a importância de Lisboa no segmento do Turismo de Cruzeiros, com efeitos na cidade e na Região mais próxima. Porém, é de salientar o crescimento do porto de Lisboa está condicionado na margem Norte, em resultado da forte inserção urbana (Figura 14).
20. Quanto à rede ferroviária de ligação internacional, esta carece de reforço, modernização e melhoria na interoperabilidade nas ligações à Europa, verificando-se também problemas de capacidade (linha do norte), bem como de modernização nas ligações ferroviárias nacionais, designadamente na articulação com os portos de Lisboa, Setúbal e de Sines e com as plataformas logísticas da Região.
21. Em termos de acessibilidades rodoviárias estas desenvolveram-se a nível interno com a construção da CRIL, CREL, Radiais e Ponte Vasco da Gama e a nível externo designadamente com as autoestradas A1, A2, A8 e A13.
22. A Região de Lisboa constitui ainda um nó da rede mundial de cabos submarinos de telecomunicações, os quais são responsáveis por mais de 95% do tráfego internacional, com a maioria das amarrações em Sesimbra. Adicionalmente, a região conta com uma estação terrestre de comunicações por satélite, em Sintra, a qual complementa a via submarina e apresenta bons indicadores de cobertura e utilização dos serviços de telecomunicações a nível nacional, com forte presença de variadas empresas do setor das telecomunicações (confluindo nesta região as redes de todos os operadores de telecomunicações).

23. Ainda no capítulo do crescimento inteligente, apesar da evolução muito positiva ao longo dos últimos dez anos, persistem, porém, alguns constrangimentos, em especial no que toca à existência fracos níveis de colaboração entre as empresas e as universidades no domínio das atividades de I&D, e aos fracos níveis de prestação de serviços e das infraestruturas às empresas. Regista-se ainda uma reduzida eficiência na transferência de tecnologia, sobressaindo um défice de “transformação de conhecimentos” gerados pela I&D em produtos ou serviços inovadores e com mais-valia económica e social.
24. As disfuncionalidades no sistema logístico e económico, promovidas pela atual dispersão e fragmentação das atividades económicas na Região, geram um incremento dos custos de contexto e uma limitação dos fatores de competitividade e de atratividade, sendo por isso identificados como constrangimento ao “conhecimento inteligente”. Em termos de acessibilidade e conectividade perspetivam-se dificuldades de resposta adequada da infraestrutura aeroportuária ao crescimento da procura previsível, bem como condicionamentos ao crescimento na margem norte do porto de Lisboa e deficientes ligações dos portos e plataformas logísticas à rede ferroviária de ligação internacional.

1.2. Capital Humano, Emprego e Empreendedorismo

25. No que se refere aos recursos humanos da Região de Lisboa, a estrutura da qualificação da população residente, em 2011, apresentava um peso relativamente elevado de população com ensino superior (16,8%), quando comparado com a média nacional (11,8%), a par de uma forte concentração de equipamentos de ensino superior e de centros de investigação, revelando assim uma concentração de recursos humanos e de ensino relevantes para a economia do conhecimento (Figura 15 e Figura 16).
26. No que diz respeito à formação profissional, regista-se um aumento da participação em cursos profissionais no ensino secundário nos últimos anos, atingindo, em 2011, 20,8% (Figura 17), mas ainda insuficiente para uma formação significativa de quadros médios especializados.
27. Quanto à qualificação da mão-de-obra, e tendo por base os dados da população ativa para a Região de Lisboa, destaca-se uma boa performance, acima da média nacional para os níveis de ensino secundário e superior, e abaixo da média nacional para os níveis de ensino inferiores (Figura 15). Em 2011, 25,3% da população ativa da Região de Lisboa detinha o ensino superior.
28. Já no que se refere aos níveis de ensino da população empregada, a Região de Lisboa apresentava em 2011 uma mão-de-obra melhor qualificada no contexto nacional: com ensino secundário completo, 19,5%, na Região e 17,4% no país; com ensino superior, 25,6% na Região, e 19,2% no país (Figura 15).
29. Em termos de distribuição da população empregada por setor de atividade (Figura 18), a Região de Lisboa concentrava, em 2010, 2% da população total (nacional) empregada nos ramos de atividade “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, 19% na “indústria extrativa e setor secundário”, e 38% nos ramos de atividade “Serviços”.
30. A taxa de emprego na Região de Lisboa, de acordo com o EUROSTAT, atingiu em 2012, 61,2%, valor ligeiramente abaixo da média nacional 61,8% e europeia: 64,1% (Figura 19). O emprego diminuiu na Região, entre 2008 e 2012, cerca de 7,4 pontos percentuais, concentrando este território 25% do emprego do país. Efetivamente verifica-se no período em análise um reforço do emprego da Região de Lisboa nos ramos de atividade relacionados com o setor terciário, que representa, em 2010, cerca de 82% do emprego na região, correspondendo a 1,2 milhões de pessoas empregadas nessas atividades. Em 2009, 50% do pessoal ao serviço na região encontrava-se afeto a empresas de média ou grande dimensão (com mais de 50 trabalhadores), comparativamente aos 36% do país (Figura 20).

31. Tendo em conta os escalões profissionais da população empregada, a Região de Lisboa concentrava no seu território, em 2011, 33% dos quadros superiores do país e 43% de especialistas em profissões científicas e intelectuais. No entanto, apresenta um número ainda relativamente baixo de quadros médios (Figura 21), a que está associado um fraco investimento da Região em formação de nível médio pós-secundário.
32. Apesar da melhoria registada na taxa de abandono escolar nos últimos anos, com uma diminuição de cerca de 12 pontos percentuais, persiste ainda na Região de Lisboa uma taxa de abandono precoce de educação e formação muito elevada, (20.1% em 2012), acompanhando a média nacional, mas superior à média europeia (Figura 22).
33. Na perspetiva do empreendedorismo, a Região de Lisboa encontra-se bem posicionada quanto ao nascimento de empresas, tendo sido responsável por 32.6% das empresas criadas no país em 2011, com destaque para os setores da alta e média tecnologia. Em 2009, a proporção de nascimentos destas empresas atingiu o valor mais alto dos últimos anos (2,75%), superior à média nacional (1,96%), o que reflete um maior dinamismo empresarial e a sua relação com o sistema de ciência e tecnologia da Região (Figura 25). No entanto, a partir de 2008, com o agravamento da crise, a Região de Lisboa passou a registar um maior número de mortes do que de nascimentos de empresas, registando-se uma inflexão da dinâmica até aí verificada em que o número de empresas criadas foi sempre superior ao número de encerramentos. As atividades económicas mais afetadas, com maior número de mortes de empresas, são as do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” e as “Atividades administrativas e dos serviços de apoio”.
34. De notar também que a concorrência mais intensa justifica que a taxa de sobrevivência das empresas seja inferior à do país (43.1%), o que significa que, em 2011, cerca de 57% das empresas criadas 2 anos tinham entretanto encerrado (Figura 23 e Figura 24).
35. Apesar da evolução positiva ao longo dos últimos dez anos, persistem, alguns constrangimentos ao nível do Sistema de Educação / Formação, Para além do fraco nível de colaboração em I&D, existe também na Região um desajuste entre as competências produzidas no sistema de ensino e as necessidades das empresas. Por outro lado, as áreas tecnológicas vitais, como as TIC, representam uma menor proporção do total de alunos que frequentam o ensino superior na Região de Lisboa.
36. Identificam-se debilidades na oferta e procura de ensino profissional e tecnológico, bem como a existência de um desfasamento entre a oferta de ensino e formação profissional e as necessidades de mercado, com impacto direto na insuficiência de quadros especializados de nível médio. Por outro lado, a Região apresenta uma taxa de abandono escolar preocupante, com a saída precoce do sistema de ensino e formação de muitos jovens em idade escolar.
37. O crescente agravamento das condições de trabalho face ao atual contexto socioeconómico de crise, com uma procura por mão-de-obra mais “barata” e conseqüentemente menos qualificada, levando à fuga de quadros técnicos superiores, é um constrangimento que pode afetar a competitividade regional.
38. No ano letivo 2010/2011, cerca de 45.000 indivíduos participaram em políticas ativas de educação, nas modalidades de educação/formação orientadas para adultos, sendo que 37% frequentaram os Cursos de Educação e Formação de Adultos (CEFA) e 63% os Processos de Reconhecimento de Validação e Certificação de Competências (RVCC), modalidades de ensino que têm vindo gradualmente a substituir o ensino recorrente (3.898 indivíduos, em 2010/2011).
39. As iniciativas, apoiadas pelo Fundo Social Europeu (FSE), têm permitido ajudar os indivíduos com baixas qualificações a adquirir mais e melhores competências e qualificações, num quadro de valorização da

aprendizagem ao longo da vida, de forma a criar as condições para a sua continuidade ou inserção no mercado de trabalho. Num período em que a mão-de-obra nacional e europeia está a diminuir, decorrente da diminuição da natalidade, aumento da população idosa reformada, conjugada com o decréscimo dos fluxos migratórios a par do aumento da emigração, urge qualificar os ativos existentes. Estas modalidades de educação/formação agregam assim em si mesmas finalidades de promoção de competências, de aumento do emprego, mas são também importantes estratégias de luta contra a pobreza e a exclusão social a que importa dar continuidade.

1.3. Meios Criativos e Indústrias Culturais

40. A Região é muito diversa nas suas dinâmicas socioculturais características da principal região metropolitana do país. Fruto de uma história de várias décadas de atração de populações migrantes de várias regiões do país e nos últimos decénios, também de diversas partes do mundo, a Região de Lisboa é um espaço de encontros culturais, abertura à diferença e tolerância, que deve ser valorizado numa dimensão cosmopolita.
41. Esta diversidade de culturas, introduzindo uma evidente riqueza cultural, proporciona – pela tolerância e abertura que induz – a promoção de interações positivas e o aprofundamento de mecanismos democráticos da sociedade portuguesa. De acordo com os Censos de 2011, 52% dos imigrantes residentes em Portugal vivem na Região de Lisboa (188.391 indivíduos), representando 6,7% da população residente na Região (Figura 26).
42. A cultura é cada vez mais vista como elemento estruturante da identidade histórico-cultural e do potencial económico e social das regiões, numa perspetiva de elemento dinamizador de outros setores económicos, como o turismo, o comércio, a hotelaria, a restauração, os transportes e como contributo para a economia do conhecimento. A valorização da cultura e das artes e do património coletivo é vital também para o fortalecimento de sentimentos de pretensa à comunidade e aos lugares, e, logo, para a própria coesão social.
43. A Região caracteriza-se pela existência de um património histórico, cultural e arquitetónico com características únicas, de valor e projeção nacional e internacional. Nos últimos anos, as ações de salvaguarda e valorização do património cultural tiveram um acréscimo significativo. Houve também significativas melhorias na dotação em equipamentos culturais.
44. Na Região de Lisboa a abordagem das indústrias culturais é ainda incipiente, mas torna-se cada vez mais pertinente assumir esta perspetiva. Em 2006, dados do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, indicava que as indústrias culturais na Região de Lisboa empregavam 39.611 pessoas, em quase quatro mil empresas (3.924), metade das quais se localizava em Lisboa (52,3% do emprego e 48,9% das empresas) (Figura 27).
45. Assiste-se à emergência e ao crescimento sustentado de uma economia do conhecimento, suportada na cultura, onde o segmento das indústrias culturais assume um papel preponderante, gerando inegáveis oportunidades para artistas e profissionais do setor. Há igualmente um crescente reconhecimento das redes existentes na organização e gestão das atividades culturais e artísticas. Por outro lado, o setor cultural tem apostado numa progressiva modernização tecnológica assim como na internacionalização das atividades artísticas e culturais, embora ambas as apostas sejam ainda incipientes.

46. Uma estratégia de desenvolvimento regional pela cultura não pode ignorar que a localização privilegiada da Região de Lisboa, com uma situação de cruzamento central no eixo atlântico e periférica relativamente à Europa, lhe confere um posicionamento de singular cosmopolitismo na confluência de três continentes., Estas qualidades reforçam o posicionamento da Região de Lisboa como destino turístico privilegiado, que constitui um relevante fator de competitividade para o setor cultural. Nesse sentido, a prioridade conferida à cultura deverá fomentar o estabelecimento de sinergias que associem a cultura, o património e o turismo, mas que não percam de vista a importância de valorizar os quadros de vida das populações residentes.
47. A Região tem-se pautado por um crescente número de grandes eventos que se repercutem, com efeitos potenciadores, na produção cultural e tecido artístico, particularmente em Lisboa. A tendência da preponderância de Lisboa sente-se também na fixação dos agentes culturais, de polos de empresas criativas, de espaços para criadores e eventos, bem como na capacidade da cidade de atrair turistas, no subsector do património cultural e artístico.
48. A cultura e a criatividade urbana devem ser assumidas como fatores decisivos do desenvolvimento da região, quer na ótica da geração direta de atividades económicas inovadoras e portadoras de conhecimento, quer enquanto dimensões fundamentais da formação de ambientes criativos, plurais e dinâmicos, atraentes para a fixação de pessoas e de empresas qualificadas e mais exigentes de recursos imateriais.
49. As características físicas, paisagísticas e histórico-culturais da região metropolitana, a concentração e a diversidade de pessoas e atividades, os traços sociais das populações e o cosmopolitismo que resulta da sua posição geográfica e percurso de relacionamento externo, dão a este território boas capacidades de desenvolvimento de atividades de base cultural e indústrias criativas, associando-as a apostas específicas de especialização inteligente. A estratégia de desenvolvimento regional, no pilar da especialização inteligente, deve congrega atividade científica e tecnológica, sistemas produtivos inovadores, indústrias criativas, produção de conhecimento e competências e dinamismo cultural e artístico, numa lógica de majoração de benefícios mútuos e de afirmação de uma imagem atrativa da região.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

1.4. Recursos, Serviços Ambientais e Riscos

50. A sustentabilidade territorial, enquanto um dos vetores centrais do processo de desenvolvimento, pressupõe uma abordagem convergente e integrada de três domínios fundamentais: ambiental, económico e social. Nesse sentido, a sua relevância para a emergência e consolidação de economias competitivas e sociedades coesas assume um especial significado num território com as características da Região de Lisboa.
51. A Região de Lisboa apresenta condições climáticas e ambientais de grande amenidade e contém valores e recursos naturais, patrimoniais e culturais, identitários e diferenciadores, destacando-se a orla costeira e as frentes ribeirinhas (espaços também marcados por uma forte presença de funções e atividades humanas), os estuários do Tejo e do Sado (diferenciadores pela sua dimensão e importância económica e ambiental e ambos contendo áreas protegidas com o estatuto de Reserva Natural), os Parques Naturais de Sintra – Cascais e da Arrábida e outros territórios que integram as estruturas ecológicas (Figura 28) e os espaços rurais (fundamentais pela dimensão espacial e atividades que comportam e pelos valores paisagísticos e naturais associados) (Figura 29). Estes espaços permitem estruturar e promover de forma singular este território, sendo fundamentais para a produção primária e para a qualificação ambiental e paisagística e conservação da Natureza, bem como para a compartimentação e desafogo das áreas urbanizadas, pelo que a sua salvaguarda é fundamental.
52. Algumas destas áreas possuem valores naturais muito significativos a nível nacional e internacional sendo que muitos deles estão incluídos no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, consignados pela RCM 142/2008 de 24 de julho. Com 56.971 ha de Sítios e 28.871 ha de Zonas de Proteção Especial (Rede Natura 2000), a Região apresenta um elevado interesse do ponto de vista da conservação e elevados níveis de biodiversidade, reveladores da qualidade dos espaços naturais existentes seja no litoral, seja nos estuários seja nos espaços rurais.
53. Os estuários do Tejo e do Sado, com grande riqueza faunística e florística e variedade de ecossistemas, constituem territórios de importância estratégica para a conservação da natureza, tanto ao nível metropolitano, como ao nível nacional (o Estuário do Tejo é o maior de Portugal e um dos mais importantes da costa atlântica europeia, com uma área total de 325 km², dos quais 261 km² cobertos por água, e uma largura máxima de 15 km; a Reserva Natural que integra ocupa 14.560 ha). Para além disso, os estuários têm importantes valências económicas, associadas às atividades portuárias, transporte fluvial, reprodução piscícola e aquícola, salicultura e atividades náuticas e recreio e lazer. Como resultado da decadência das atividades e usos tradicionais e da emergência de novos usos que impõem modificações e adaptações nas estruturas e paisagens tradicionais, os estuários têm vindo a sofrer intervenções no sentido da sua transformação (recuperação e reconversão) ainda longe de se alcançar uma situação ambientalmente desejável.
54. A água, assumindo-se como um dos recursos naturais mais importantes de qualquer região, deve ser preservada e gerida de forma sustentável, procurando-se assegurar permanentemente a sua qualidade e a sua disponibilidade nas quantidades necessárias (atuais e vindouras). Neste quadro, a proteção e requalificação dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, devem constituir uma prioridade para a Região, pelo que a manutenção dos sistemas regionais permanentes de planeamento e de gestão dos

recursos hídricos deve ser acautelada, promovendo a otimização do uso da água e a racionalização dos investimentos. Designadamente, o aquífero profundo do Tejo assume especial importância para a Região e para o país, pelo que a sua qualidade e sustentabilidade devem ser garantidas, mediante uma eficaz proteção das zonas de recarga e das áreas subjacentes e através de um rigoroso e permanente controlo das utilizações do aquífero. Atente-se, por outro lado, que na Região são várias as potenciais ameaças de poluição à água subterrânea, sobretudo associadas à poluição produzida por nitratos de origem agrícola (atividade desenvolvida nalgumas áreas da Região de forma intensiva e com excessivo recurso a fertilizantes). Quanto à contaminação das águas superficiais tem tido sobretudo origem em nutrientes provenientes de fontes tóxicas e difusas, metais pesados e outras substâncias perigosas, micropoluentes orgânicos, radioatividade, salinização. Também no que se refere à carga doméstica gerada (as zonas de maior pressão seguem, naturalmente, o padrão das densidades populacionais), a Região apresenta uma das situações mais desfavorável do país, com especial incidência no estuário do Tejo e no rio Trancão.

55. O território da Região de Lisboa é particularmente rico em recursos hídricos subterrâneos (com 83 milhões de m³ de água captada, a Região de Lisboa representa 10% do valor total de água captada no país, maioritariamente com origem em águas subterrâneas), cuja distribuição geográfica apresenta um evidente contraste norte-sul, ocupando essencialmente a Península de Setúbal (os municípios da margem norte, são abastecidos maioritariamente, em alta, pela EPAL, através de água proveniente de um único ponto de abastecimento: a albufeira de Castelo de Bode - fora dos limites administrativos da AML, bacia hidrográfica do Rio Zêzere). Pela extensão que ocupa dentro da Região (estende-se por 10 dos 18 concelhos), destaca-se o sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, cuja importância estratégica é, não só de âmbito regional, mas também nacional, pelas reservas de água subterrânea extraíveis que possui (53 % do total de Portugal Continental). É a origem do abastecimento de água a importantes núcleos populacionais, à indústria e à agricultura, nos concelhos localizados na margem sul do Tejo, que possuem captações subterrâneas próprias, geridas localmente. O alastramento da urbanização, observado nas últimas décadas na Península de Setúbal, bem como o previsível alargamento das áreas impermeabilizadas, põem em risco a recarga e renovação das reservas de água deste sistema aquífero. Acresce a esta situação o aumento previsível da pressão humana sobre este sistema, quer devido a novas captações de água, quer ao risco de contaminação das suas reservas pelas diversas atividades humanas. Neste sentido, as áreas de recarga de aquíferos devem ser eficazmente protegidas e as intervenções que apresentem potenciais efeitos negativos nos recursos hídricos devem ser limitadas.
56. Em 2011, o indicador de água segura era superior a 99% em todos os concelhos da Região sendo, em função da ausência de qualquer incumprimento do valor paramétrico nas análises realizadas, plenamente segura no caso dos concelhos de Mafra, Alcochete e Sesimbra (Fonte: Entidade Reguladora dos Serviços de Água e resíduos, IP). Dos 83 milhões de m³ de água captada (mais de metade nos concelhos de Seixal e Setúbal), cerca de 71,5 milhões de m³ são tratadas na Região de Lisboa (em ETA e, sobretudo, em Postos de Cloragem).
57. Numa perspetiva mais alargada da qualidade ambiental regional, a Região de Lisboa prosseguiu nos últimos anos a consolidação do ciclo de cobertura universal de abastecimento domiciliário de água e de tratamento dos caudais captados para esse efeito. Assim, em termos de abastecimento de água, a Região de Lisboa, apresentava em 2009 um índice de cobertura de 100% da população servida por sistemas públicos de abastecimento cobertura de 96% de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais, ultrapassando, em larga medida, a meta referida no PEAASAR II para 2013 (90%) (Figura 30 e Figura 31). Em termos intraterritoriais, relevam, pela negativa, os concelhos de Alcochete (76%), Palmela e Sesimbra (81%), na Península de Setúbal, e Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira

(81%), na Grande Lisboa. Ainda com referência ao ano 2009, cerca de 81%² da população residente na Região de Lisboa foi servida por estações de tratamento de águas residuais, 9% abaixo da meta do PEAASAR II (90%) (Figura 32). Contudo, este valor omite algumas assimetrias intraterritoriais, sendo os casos de maior preocupação os concelhos do Barreiro, Moita e Seixal, com menos de ¼ da população servida por esta tipologia de equipamento (ETAR). Ou seja, apesar do esforço na construção de ETAR pelos diversos municípios, a cobertura do território regional ainda se encontra atrasada, nomeadamente no caso da Península de Setúbal (Figura 33). Releve-se que dos 234,3 milhões de m³ de água consumida na Região, cerca de 77% são para uso doméstico, emergindo com valores superiores os concelhos mais populosos da Região: Sintra e Lisboa. É, igualmente, nestes concelhos que a drenagem de caudais efluentes produzidos possui valores superiores (45,3% do total da Região). No que respeita ao consumo de água do setor doméstico por habitante, Montijo e Almada destacam-se com 113 e 108 m³.

58. Atualmente, a qualidade do ar ambiente é assumida como um dos vetores ambientais de maior preocupação face aos efeitos de alguns poluentes atmosféricos na saúde humana e no ambiente. Acresce que esta é particularmente importante em contextos de grande densidade urbana, onde os níveis de poluentes atmosféricos são normalmente mais elevados e, conseqüentemente, é superior a população exposta (na maior parte dos casos, a degradação da qualidade do ar é provocada pela emissão de substâncias para a atmosfera resultantes das atividades humanas, sendo as principais fontes de poluição os transportes rodoviários).
59. A qualidade do ar ambiente em termos médios, pode considerar-se boa na Região, todavia, desde 2006, têm-se registado em algumas estações concentrações genericamente elevadas de partículas inaláveis (PM10 e, pontualmente, de NO₂), sobretudo na cidade de Lisboa, onde o limite anual da concentração média de PM10 (40 µg/m³) foi ultrapassado, designadamente nas estações da Av. da Liberdade e de Santa Cruz de Benfica (Figura 34). A concentração média anual de PM10 em 2011 não apresenta uma tendência significativa de redução do valor desta concentração face a anos anteriores, não se denotando uma melhoria expressiva na exposição de longo termo da população a partículas inaláveis. Os níveis mais elevados de partículas são essencialmente consequência das elevadas emissões associadas à circulação do tráfego automóvel, resultando igualmente de condições meteorológicas muito particulares. Os valores dos poluentes atmosféricos NO₂ e PM10 observados nas aglomerações da AML podem pôr em causa a saúde pública e, face à legislação, obrigaram ao desenvolvimento do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar da Região de Lisboa e Vale do Tejo para o período 2005 – 2012, encontrando-se em monitorização as medidas constantes do respetivo Programa de Execução,
60. No que respeita aos resíduos sólidos urbanos destaca-se a taxa de reciclagem, que na Região de Lisboa é superior à média nacional (em 2011, 16,6% Região, comparativamente aos 11,5% registados no país). Nos últimos anos, as despesas municipais com recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos aumentaram significativamente, revelando uma maior preocupação dos municípios com esta problemática (em 2010, as despesas dos municípios da Região por 1000 habitantes, rondavam os 57 mil euros, valor bastante superior ao observado no Continente – 42,4 mil euros). De acordo com os dados constantes nas Estatísticas dos Resíduos Municipais (2012), verifica-se que, em 2011, em Portugal, produziram-se cerca de 5,138 milhões de toneladas de RU, aproximadamente, 511 kg/hab/ano. Para a Região de Lisboa, a produção foi cerca de 1,530 milhões de toneladas de resíduos urbanos, ou seja aproximadamente 582 kg/hab/ano (segundo dados do INE, em 2012, esse valor desceu para os 542 kg/hab) (Figura 35). O PERSU II aponta para uma redução de 10% de capitação média diária de RU, para 2016 relativamente ao ano 2007 (1,09 kg/hab/dia – atualmente, esse valor cifra-se nos 1,59kg/hab/dia). A

² Grande Lisboa 90%, Península de Setúbal 57% (Fonte: INE, 2012)

³ Fração PM10 - partículas com diâmetro aerodinâmico equivalente inferior a 10 µm

recolha indiferenciada continua a possuir uma relevância bastante superior quando comparada com a recolha seletiva (80,6% do total). Contudo, embora a produção total de resíduos continue a aumentar e se continue a verificar uma percentagem significativa de RSU a ser encaminhada para aterros sanitários, de ano para ano denota-se, na Região uma diminuição na quantidade de resíduos depositados em aterro (-8% face a 2008) e o aumento na quantidade de resíduos alvo de recolha seletiva (3,5% desde 2006, sendo que, em 2011, a proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente era de 19% na Região – embora com fortes assimetrias internas, 24% na Grande Lisboa e 9% na Península de Setúbal) (Figura 36 e Figura 37).

61. O solo é um recurso fundamental cuja degradação tem um impacto direto sobre a qualidade da água e do ar, a biodiversidade, a saúde das populações e sobre a segurança alimentar para consumo humano e animal e que se encontra sujeito a pressões em resultado da atividade humana, as quais devem ser enquadradas por políticas de ordenamento do território consistentes. Persistem ainda na Região áreas de solos contaminados sobretudo em consequência de atividades industriais, atualmente desativadas, constituindo um passivo ambiental e estando na origem de potenciais riscos para a saúde pública e ecossistemas, que carecem de intervenção. Acrescem ainda os fenómenos de salinização dos solos provocados diminuição de afluência de água doce ao estuário do Tejo.
62. A Região de Lisboa encontra-se exposta a um conjunto de perigos⁴, designadamente naturais (ocorrências associadas ao funcionamento dos sistemas naturais, como sismos, movimentos de massa, erosão do Litoral, cheias e inundações), tecnológicos (ocorrências decorrentes da atividade humana que potenciam acidentes, tais como acidentes industriais e no transporte de substâncias perigosas) e ambientais (ocorrências em que se combinam os resultados de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais, tais como os incêndios florestais e a contaminação de aquíferos).
63. Quanto ao risco sísmico, este território tem associada uma perigosidade sísmica elevada, em função proximidade de estruturas ativas submarinas que marginam o território continental português a SW e a S, mas também à zona de falhas do vale inferior do Tejo. Embora os sismos de magnitude muito elevada tenham uma probabilidade de ocorrência baixa, o risco sísmico da Região é bastante elevado, atendendo à elevada exposição e vulnerabilidade dos elementos em risco, (grande concentração população, de infraestruturas e de atividades económicas (Figura 38). A geração de maremotos (tsunamis) associados a eventos sísmicos com epicentro no mar, mas também a movimentos de vertente e erupções vulcânicas submarinas, pode ter consequências graves nas áreas costeiras da Região.
64. Ocorrem também na Região movimentos de massa em vertentes, maioritariamente desencadeados pela precipitação, quer associada a chuvas intensas e concentradas que desencadeiam deslizamentos superficiais, frequentemente com evolução para escoada, e movimentos associados ao trabalho de sapa dos cursos de água, quer a chuvas abundantes e prolongadas no tempo que têm sido responsáveis pelo desencadeamento de deslizamentos rotacionais, translacionais e movimentos complexos com planos de rutura mais profundos (Figura 39).
65. Por outro lado, os troços de litoral submetidos a erosão marinha mais intensa correspondem às áreas de costa baixa arenosa; todavia, os sistemas costeiros de arriba e de praia-arriba, sendo, à partida, menos suscetíveis à erosão marinha que os anteriores (sistemas de praia ou de praia-duna), podem apresentar

⁴ Neste documento adota-se a terminologia e a metodologia descritas no Guia Metodológico para Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal (Julião *et. al.*, ANPC, DGOTDU, IGP 2009).

um risco de erosão elevado, dependendo da natureza e da disposição estrutural dos materiais em que a arriba é talhada e estarem sujeitas a movimentos de vertente de tipo desabamento e deslizamento (vários troços do litoral da Península de Lisboa). Neste quadro, o litoral da Região apresenta um risco de erosão médio-elevado (Figura 40)

66. Por último, na Região de Lisboa, ocorrem também inundações progressivas, desencadeadas por períodos chuvosos que se prolongam por várias semanas e associadas aos grandes cursos de água, como o rio Tejo, e cheias rápidas, desencadeadas por episódios de precipitação muito intensa e concentrada em algumas horas, as quais afetam pequenas bacias hidrográficas de reduzido tempo de concentração, com maiores impactes nas áreas densamente urbanizadas e com ocupação indevida dos leitos de cheia .
67. Pesem embora as incertezas, as modificações no clima, associadas às alterações climáticas, são passíveis de incrementar a frequência e a magnitude de alguns fenómenos naturais que já afetam atualmente a Região, justificando a adoção de medidas preventivas e de adaptação. As alterações climáticas, para além da modificação do regime de agitação marítima e da elevação média do nível do mar, com as consequências diretas daí decorrentes, deverão provocar o incremento da frequência, duração e intensidade dos eventos extremos (e.g., temporais, cheias e inundações, secas, ondas de frio e de calor).
68. Saber transformar os recursos naturais e ambientais da Região – preservando-os, valorizando-os e, por outro lado, utilizando-os numa ótica de especialização económica – numa vantagem competitiva efetiva, constitui um dos principais desafios que se colocam à Região, demonstrando que a sustentabilidade ambiental pode e deve ser um fator de modernização e de competitividade. Hoje, os grandes desafios ambientais deste território encontram-se ao nível da qualidade do ar, na gestão de resíduos sólidos urbanos, na utilização do recurso água, na gestão dos espaços da Rede Ecológica Metropolitana, na minimização dos riscos.

1.5. Economia de Baixo Carbono

69. A Região de Lisboa pretende apoiar o seu crescimento em princípios conducentes com uma economia competitiva e de baixo carbono assumindo trajetórias de redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), com particular relevância no setor da energia, dos transportes, dos resíduos e setor industrial / empresarial, a par da manutenção de usos do solo conducentes ao sequestro de CO₂, bem como na adoção das melhores práticas no que respeita à melhoria da eficiência energética, nos seus múltiplos setores alavanca: edifícios e espaço público, transportes e mobilidade, atividades económicas e habitação/residencial.
70. Tendo presente o Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), a Região deverá contribuir para alcançar a meta nacional de redução das emissões de GEE até 2050 da ordem de 50% a 60%, face aos níveis de 1990. No ano de 2009 foram estimadas 74,6 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente⁵ (CO₂) o que representa um crescimento de 26% face ao valor de 1990.
71. Por outro lado, a prossecução dos ambiciosos objetivos e metas definidas na Estratégia Nacional da Energia (ENE 2020), juntamente com os do Plano Nacional de Reformas (Portugal 2020), implica que a Região de Lisboa (espaço com forte densidade populacional, habitacional e empresarial, e com sistemas de transportes complexos e elevada relevância do uso do automóvel), seja um contribuinte efetivo e da

⁵ Incluindo Açores e Madeira e sem se considerar o uso e alteração do uso do solo e floresta

⁶ Fonte: APA, I.P - Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho 2009 (Novembro 2011)

- maior importância para: i) reduzir a despesa energética face ao exterior para 74%; ii) reduzir em 20% o saldo importador energético; iii) reduzir em 9,8% do consumo de energia final; iv) melhorar em 20% a eficiência energética; v) reduzir em 6 MTep o consumo de energia primária; vi) reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (20 milhões de toneladas); vii) reduzir em 2.000 milhões de euros as importações anuais de combustíveis fósseis (produzir 31% da energia primária consumida com base em fontes de energia renováveis endógenas).
72. Neste quadro, otimizar os modelos de iluminação pública e a gestão energética dos edifícios públicos, de serviços e residenciais, bem como racionalizar o uso da energia na indústria, promover a eficiência energética no setor dos transportes (e conseqüente redução do impacto ambiental dos gases emitidos) e impulsionar a construção sustentável melhorando o conforto térmico das habitações (reforço da certificação energética) são prioridades que deverão enquadrar as políticas públicas neste domínio, nos próximos anos. Acresce que para as trajetórias de baixo carbono, os vários setores da economia terão de adaptar o seu modelo de negócio através da aposta na ecoeficiência, nas tecnologias limpas e na valorização dos recursos naturais endógenos. Esta mudança aponta para a necessidade de articular medidas de política pública para compatibilizar os objetivos de redução de emissões de gases com efeito de estufa e os objetivos de desenvolvimento económico, de modo a assegurar a transição para uma economia competitiva e de baixo carbono
73. A adoção de trajetórias de baixo carbono, para além de ter impactos positivos na economia, traduz um conjunto de benefícios adicionais como a menor dependência energética; a geração de emprego verde; o incentivo à investigação e desenvolvimento; a redução de emissões acidificantes e melhor saúde pública.
74. A Região de Lisboa, a par da tendência registada no país, caracteriza-se por uma elevada dependência energética do exterior, principalmente no que concerne aos combustíveis fósseis, possuindo também um saldo importador de energia elétrica. As medidas de eficiência energética (designadamente nos transportes, na indústria e na construção / reconstrução de edifícios) e a utilização das energias renováveis têm sido lentamente adotadas quer por empresas quer por indivíduos, devido aos custos de investimento e à fraca relevância atribuída às vantagens económicas, ambientais, de saúde e conforto que podem resultar de melhores práticas em termos de eficiência energética (de resto passíveis de induzir importantes efeitos multiplicadores na economia regional, com reflexos no emprego).
75. O comportamento e atitude da Administração Pública perante o macro-objectivo “melhorar a eficiência energética”, deve servir de referencial para o mercado, para as entidades e instituições privadas/particulares. Dando prova que está a assumir uma postura liderante, as entidades públicas têm desenvolvido um número significativo e diversificado de projetos com vista a diminuir a energia consumida na sua esfera de atuação, bem como promovendo normas obrigatórias de aumento da eficiência energética dos edifícios ou atribuindo incentivos à adoção de energias renováveis. Contudo, persiste um défice estrutural muito acentuado nestes domínios.
76. Nos últimos anos, as intervenções executadas pela Administração Pública associam-se sobretudo à instalação de sistemas solares térmicos, em piscinas e recintos desportivos, à instalação de reguladores de fluxo como garante da melhoria de eficiência energética na iluminação pública e à substituição das fontes luminosas nos sistemas de controlo de tráfego e peões (tecnologia LED). No curto e médio prazo, a prioridade deve focar-se na execução de intervenções que concorram para as medidas que compõem o ECO.AP – Programa Específico de Eficiência na Administração Pública: i) intervenções de eficiência energética em todos os edifícios públicos recorrendo a contratos de eficiência energética; ii) redução do consumo (instalações e frotas); iii) promoção e utilização de iluminação pública mais eficiente.

77. Neste quadro referencial, a Região deve fazer um esforço na redução do consumo de eletricidade, promovendo melhorias de eficiência energética, e incrementar a produção de energias renováveis, pois verifica-se que a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis é ainda bastante reduzida, embora nos últimos anos se tenha registado um incremento na produção a partir de fontes renováveis, destacando-se a produção a partir de centrais de cogeração, energia térmica e solar.
78. Ao nível do consumo de eletricidade a Região representava, em 2010, cerca de 26,7% do consumo nacional (26,6%, em 2008), com especial relevância para os municípios de Lisboa (3.468.477.160 KWh) e Setúbal (1.427.434.785 KWh). Segundo o Ministério da Economia e do Emprego - Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), o consumo “não doméstico” e “industrial”, destacam-se no consumo de energia elétrica, segundo o tipo de consumo, representando cerca de 60% do total, com uma distribuição similar pelas duas tipologias. Sublinhe-se o peso relevante assumido pela iluminação das vias públicas e iluminação interior de edifícios do Estado (9% do consumo na Região), sobretudo no caso de Lisboa, capital do país e cidade onde estão sediadas as principais instituições e organismos da Administração Pública. Em 2010, o consumo doméstico de energia elétrica por habitante, na Região, era inferior à média nacional (1.319 KWh e 1.365 KWh, respetivamente). Entre 2008 e 2010, na Região, observou-se um crescimento de 9,6% no valor associado a esse indicador (Figura 41 e Figura 42).
79. O setor industrial constitui um dos maiores utilizadores de energia elétrica (em especial as indústrias químicas, de cerâmica e vidro, e dos cimentos, com maior expressão na Península de Setúbal) seguido dos serviços (com maior relevância na Grande Lisboa). Nos últimos anos, têm sido promovidas ações de eficiência energética, enquanto fator de competitividade empresarial, bem como concedidos incentivos a adoção de novas tecnologias e metodologias de produção que promovam eficiência energética. O aumento da eficiência energética na indústria implica uma atitude pró-ativa dos industriais, seja através da modificação dos processos de fabrico, seja através da introdução de novas tecnologias. Neste contexto, os projetos desenvolvidos nos últimos anos assumem esta dupla perspetiva, com o objetivo final de permitir, através da redução do consumo energético, aumentar a competitividade das empresas.
80. No setor químico prevê-se a substituição parcial de caldeiras a fuel e GPL por gás natural, enquanto para o setor cerâmico e produção de vidro não são expectáveis alterações significativas no perfil de consumo energético até 2020, mantendo-se os fornos a gás e biomassa. Na produção de cimento aponta-se para um aumento do uso da biomassa e de resíduos industriais nos fornos de clínquer em detrimento do uso de outros combustíveis.
81. O setor dos transportes é responsável por mais de 1/3 do consumo de energia final, sobretudo associado ao meio rodoviário, pelo que a promoção da utilização de transportes coletivos assume um especial significado para a redução do consumo. A promoção da mobilidade sustentável e da intermodalidade, concorrendo para a redução do consumo energético do transporte individual deverão ser priorizadas, num quadro em que a ineficiência energética no setor dos transportes continua a ser uma das fragilidades deste território.
82. A Região de Lisboa continua a apresentar problemas no sistema de mobilidade interna, carecendo de uma aposta definitiva nos transportes coletivos e de esquemas de desincentivo ao transporte individual. Não obstante, em 2010, o consumo de combustível automóvel por habitante, na Região, era inferior à média nacional (0,5 e 0,6 Tep, respetivamente).
83. Nas duas últimas décadas do século XX, duas tendências pesadas têm marcado a mobilidade na área metropolitana: perda de quota de mercado dos modos de deslocação a pé e em transporte coletivo para o transporte individual; diminuição do peso das viagens intra-concelhias a favor das viagens para outros concelhos que não Lisboa (Figura 43). A região tem uma rede de transportes com uma cobertura razoável

da população, mas torna-se imperativo que se melhore a rede de transportes coletivos, no sentido de promover o reforço de eixos transversais, a intermodalidade e a mobilidade suave, particularmente como complemento do transporte individual. Municípios como Alcochete e Montijo, onde a oferta de transporte coletivo é menor, apresentam consumos de combustível automóvel por habitante bastante superiores à média regional (em 2010, duas a três vezes maiores). Têm sido efetuados investimentos variados na melhoria da atratividade dos transportes coletivos, designadamente na expansão do Metropolitano de Lisboa, construção da 1ª fase do MST, modernização das linhas de caminho-de-ferro, (embora ainda persistam ligações com carência de intervenção), renovação das frotas e sistemas de informação, modernização dos sistemas de bilhética e intervenções pontuais em interfaces. Por outro lado, verifica-se também um aumento das redes cicláveis e melhoria da mobilidade pedonal, a par do investimento numa rede de parques de estacionamento com sistemas de recarga de veículos elétricos (com maior relevo na cidade de Lisboa), e em transportes coletivos movidos a eletricidade e a gás natural, menos poluentes em termos de emissões atmosféricas.

84. Não obstante as medidas entretanto desenvolvidas, no setor dos transportes persistem ainda quatro grandes problemas: a existência de territórios fortemente urbanizados sem resposta de sistemas de transporte coletivo de maior capacidade; a insuficiência e má qualidade na intermodalidade; e a insuficiência de corredores dedicados ao transporte coletivo rodoviário e de meios dissuasores do estacionamento ilegal e desordenado, sendo estes problemas agravados pela existência de múltiplos agentes públicos e privados a atuarem sobre o sistema. De uma maneira geral verifica-se um défice de articulação entre a operação do sistema de transportes e a programação da urbanização, com reflexos negativos, de natureza física e funcional, na intermodalidade, na organização territorial e na qualidade do espaço público.
85. A melhoria da eficiência energética no segmento residencial, de modo a melhorar o conforto térmico das habitações, assume um importante significado para obter economias de energia. Contudo, no setor da construção - que possui um papel particularmente importante, uma vez que a construção ou remodelação de edifícios segundo padrões de elevada eficiência energética terá um forte e duradouro impacto nos padrões de consumo de energia do setor domésticos e nos serviços - existe uma falta de cultura energética e ambiental latente, não obstante a promoção de normas obrigatórias estabelecidas pelo Estado (legislação recente e exigente em termos de certificação energética).
86. A Região de Lisboa apresenta um potencial de produção energética significativo embora, em 2010, representasse apenas 4,7% do total da produção bruta de eletricidade nacional (sobretudo sustentada na energia térmica em centrais de cogeração). Segundo o Ministério da Economia e do Emprego - Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), em 2010, a quota da produção de eletricidade em centrais de cogeração, era na Região de 69,8% (13,4% no Continente) (Figura 44), embora persistam fortes assimetrias internas, relevando a maioria dos concelhos da Margem Sul (Alcochete, Almada, Barreiro, Montijo e Palmela), onde a quota é de 100%.
87. Não obstante, a energia solar, das ondas, eólica, biomassa florestal e agrícola e o biogás (Figura 45) abrem um manancial com perspetivas de evolução que, se devidamente potenciadas, terão um papel significativo na oferta de energia na Região, contribuindo para uma diminuição da dependência dos combustíveis fósseis (nos últimos anos, começam a surgir os primeiros resultados desta aposta, por exemplo na crescente fatia de energia renovável no mix energético regional).
88. A microgeração (solar, eólica, AQS) pode ter um papel fundamental na redução do consumo de energia nos edifícios e no aumento da eficiência energética. Este potencial pode dinamizar a redução dependência energética externa, bem como repercutir-se positivamente na economia, na investigação e

desenvolvimento e no emprego. Neste sentido impõe-se um aumento da eficiência na utilização dos recursos e um esforço contínuo de fomento da investigação no domínio das tecnologias.

1.6. Qualificação Urbana

89. A Região de Lisboa é um território muito diversificado que, enquanto Região Capital, se destaca pela concentração de pessoas e de recursos produtivos, constituindo um grande polo de produção e de consumo.
90. A Região é definida por uma rede urbana formada por um conjunto de centralidades com funções polarizadoras com capacidade de atração e estruturação interna e externa à região.
91. O grau de urbanização na Região é o maior do país, residindo 97% das famílias em Áreas Predominantemente Urbanas (a nível nacional não ultrapassam os 71%), continuando a apresentar uma grande dinâmica de atração e de concentração populacional e habitacional (a Região de Lisboa, entre 2001 e 2011, sofreu um acréscimo populacional de 5,8% e do parque habitacional em cerca de 14,2%).
92. Se atentarmos à forma dos tecidos urbanos verificamos que este território é marcado pela descontinuidade do edificado, nomeadamente nos territórios envolventes aos eixos mais consolidados, dado que a áreas urbanas classificadas como descontínuas (impermeabilização do solo entre 30% a 80%) é 1,9 vezes superior às classificadas como contínuo.
93. Na última década, a dinâmica urbana verificada, embora ainda estruturada pela cidade de Lisboa, pelos eixos radiais tradicionais, pelo subsistema de centralidades do Arco Ribeirinho e pela aglomeração Setúbal-Palmela, evidenciou quatro linhas principais: i) perda de vitalidade dos centros urbanos consolidados, nomeadamente de Lisboa (entre 2001 e 2011, o decréscimo populacional na Cidade cifrou-se nos 3,4%); II) alastramento das áreas consolidadas para espaços naturais contíguos; III) urbanização fragmentada definida por extensas áreas urbanas de génese ilegal; IV) Intensificação da edificação dispersa nas áreas rurais. Para além do comprometimento dos solos agrícolas e florestais, a edificação de áreas residenciais em localizações progressivamente mais periféricas originou um recuo na utilização do transporte coletivo e a extensificação dos movimentos pendulares, gerando consumos energéticos incompatíveis com os atuais objetivos de sustentabilidade.
94. A ocupação urbana do território tem continuado a fazer-se de forma acelerada, expansiva e fragmentada e, como sempre, apoiada nos principais eixos de acessibilidade e transporte, mas também muito impulsionada pelas políticas municipais de urbanização e de investimento público em equipamentos e serviços coletivos.
95. Neste quadro, releva a concentração populacional verificada nos anos 90 e na última década, nos municípios da 2ª coroa periférica de Lisboa, na Margem Sul e na transição com o Oeste, como resultado da melhoria das acessibilidades (a Alcochete/Montijo – crescimento populacional superior a 30% - e a Palmela, com acréscimos na população residente na ordem dos 17%, por via da nova ponte Vasco da Gama), ou da valorização de amenidades em contexto de oferta residencial a custos mais baixos, que inclusive resulta muitas vezes da transformação de residências secundárias em alojamentos principais (o caso de Sesimbra e Mafra, com crescimentos populacionais, na última década, de 31% e 41%, respetivamente).
96. A Região caracteriza-se atualmente por grandes espaços com funções urbanas com diferentes morfologias, formas e intensidades de ocupação e edificação (Figura 46), mas também pela existência de espaços com área significativa (58% do total da Região) com usos agrícola, florestal e silvestre ou vazios,

fundamentais para a qualificação ambiental e paisagística geral da Região e para o desafogo das áreas urbanas. Este território encontra-se estruturado por um sistema urbano distendido, fragilizado nas suas áreas mais centrais (com consequência na perda de população e na desvitalização do tecido produtivo), desqualificado em vastas áreas da periferia e fortemente instável na sua envolvente periurbana. Realidade refletida no peso relativo das áreas edificadas fragmentadas, das áreas edificadas dispersas e das áreas edificadas consolidadas, apresentando-se as três classes com idênticos pesos proporcionais (cerca de 9% do total da área da Região de Lisboa).

97. As áreas urbanas consolidadas surgem associadas, na Margem Norte, à cidade de Lisboa e aos desenvolvimentos urbanísticos tentaculares emanados a partir da capital e, na Margem Sul, à coalescência de assentamentos humanos nas margens ribeirinhas do Tejo e a impulsos urbanísticos da cidade de Setúbal. Trata-se de espaços integrados no sistema metropolitano de transportes coletivos em sítio próprio com grande relevância populacional e funcional, pontuados por áreas urbanas críticas e por espaços em perda ou com usos obsoletos. Importa fortalecer, redinamizar e integrar estes espaços, promovendo a sua qualificação.
98. As áreas urbanas fragmentadas correspondem à mais extensa área de desenvolvimento do fenómeno urbano na Região de Lisboa, sendo resultado do alastramento não programado, espacialmente descontínuo e fortemente desarticulado dos espaços urbanos. Nesta extensa coroa localiza-se uma parte significativa dos mais de 1200 aglomerados habitacionais que compõem as Áreas Urbanas de Génese Ilegal e que constituem um dos principais desafios urbanísticos dos municípios. A contenção destas áreas, a sua estruturação e integração no sistema de mobilidade coletiva constituem objetivos prementes que deverão orientar as políticas urbanas na próxima década.
99. A edificação dispersa e de baixa densidade em contextos predominantemente agroflorestais constituem um dos principais fenómenos de urbanização recentes da Região de Lisboa e um dos principais problemas em termos de ordenamento do território (segundo o último Recenseamento Geral da População, em 2011, a população isolada na Região era de 13.606 pessoas). Este tipo de ocupação, fortemente impulsionado pelo transporte individual, atinge particular expressão em concelhos como Sintra e Mafra, na Margem Norte, e Setúbal e Montijo, na Margem Sul.
100. Grande parte da produção do espaço urbano atual é resultado das dinâmicas de ocupação particularmente acelerada e intensiva, planeada e não planeada, legal e não legal, que muitas vezes se apropriaram do território metropolitano de forma casuística e retalhada, dando origem não apenas a uma grande diversidade morfológica de espaços urbanos, mas também a desqualificações, disfuncionalidades e congestionamentos territoriais, com externalidades negativas no funcionamento e na sustentabilidade do sistema metropolitano.
101. A armadura de centros urbanos da Região é relativamente frágil, não tanto no quadro do país, mas tendo em vista o seu funcionamento em rede e a capacidade de competir no mundo global. Desde logo, porque a generalidade das centralidades urbanas apresenta limiares populacionais relativamente reduzidos e algumas debilidades na dotação de equipamentos/serviços capazes de satisfazer as necessidades quotidianas e de amarrar vivências locais. Neste contexto, importa robustecer a rede urbana metropolitana, suportada em centros urbanos multifuncionais, dotados de equipamentos e serviços com expressiva irradiação territorial e fortemente integrados no sistema metropolitano de transporte em sítio próprio.
102. Embora no período de 2007 a 2011 se tenha registado um aumento do número de fogos reabilitados face a novos fogos concluídos (de 16,8% para 26,9% -Figura 47) e não obstante os esforços de qualificação que têm vindo a ser empreendidos (no período 2009-2011, o número de reconstruções concluídas por

- 100 construções novas concluídas foi de 0,2), a Região continua a ser marcada pelo desordenamento territorial e pela desqualificação urbanística e paisagística. Sobressaem, de entre os inúmeros problemas, a existência de zonas desqualificadas associadas a bairros de génese ilegal e a áreas industriais obsoletas, bem como a degradação do parque habitacional dos bairros sociais, dos centros históricos e das áreas residências construídas entre as décadas de 1950 e de 1970.
- 103.No último momento censitário (2011), a Região possuía um número significativo de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (11.118 edifícios). Na Região, a cidade de Lisboa registava o maior número de alojamentos familiares clássicos localizados em edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados, quer ocupados como residência habitual (representando 11,8% do total do país e 3,5% dos alojamentos do município), quer ocupados como uso sazonal (4,8% do total do país). Também Loures, Sintra e Setúbal apresentavam valores significativos de alojamentos ocupados como residência habitual com elevadas debilidades em termos de conservação. Releve-se contudo, a evolução bastante positiva registada entre 2001 e 2011 (-38,4% de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados). Neste período, a Região de Lisboa (com destaque para os municípios de Cascais e Lisboa) ocupava a posição cimeira no ranking do maior número de edifícios com obras de reabilitação licenciadas (apenas habitação), com cerca de 7.600 edifícios (10,2% do total nacional) (Figura 48).
- 104.A reabilitação do edificado e a regeneração de equipamentos e infraestruturas urbanas, com os investimentos efetuados no âmbito de alguns instrumentos de engenharia financeira como o RECRIA, JESSICA e outros, contribuiu para uma maior revitalização sócio-urbanística de alguns espaços urbanos consolidados. Também as intervenções integradas em “Área de Reabilitação Urbana” (Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de Outubro, na redação da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), ou seja em territórios marcados pela insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, possibilitou avanços consideráveis neste domínio nos municípios de Lisboa, Almada, Barreiro, Loures e Odivelas.
- 105.Nos últimos anos, através do instrumento de política de cidades “Parcerias para a Regeneração Urbana” enquadrado no POR Lisboa, a maioria dos municípios da Região promoveram intervenções de requalificação do espaço público, de valorização patrimonial, de recuperação de edifícios, de reconversão urbana de frentes ribeirinhas, de qualificação de espaços exteriores a alguns bairros sociais, de harmonização de sinalética e de mobiliário urbano, num total de 94 intervenções
- 106.Na Região de Lisboa subsistem ainda áreas críticas que correspondem a territórios especialmente desqualificados - social e urbanisticamente - caracterizados por situações de pobreza e exclusão social e das populações residentes e por uma desqualificação urbanística. Estas áreas encerram problemas de inclusão social e de qualificação territorial e conduzem a uma desvalorização de espaços urbanos confinantes, além de se configurarem como um obstáculo à coesão socio-territorial e ao desenvolvimento sustentável da região.
- 107.Os centros históricos e as áreas centrais das cidades constituem outra área problemática da Região, continuando a perder população. A Cidade de Lisboa constitui o principal foco desta situação, verificando-se uma elevada expressão da proporção de alojamentos familiares vagos (15,5%, em 2011), sobretudo nas freguesias de São Nicolau (49,5%), da Madalena (47,6%), da Sé (42,5%) e de Santo Estêvão (38,8%), onde o parque habitacional está fortemente envelhecido e existe uma forte ocorrência de alojamentos devolutos.
- 108.A um parque habitacional mais antigo corresponde uma maior presença do arrendamento urbano (em 2011, na Região de Lisboa, no que se refere ao regime de propriedade, o arrendamento e/ou

subarrendamento assume uma importante relevância – 26,9%, no caso da Cidade de Lisboa esse indicador cifra-se nos 41,7%). Esta situação ocorre predominantemente em alojamentos ocupados maioritariamente por idosos e com rendas de baixo valor, o que não favorece a manutenção/reabilitação/intervenção de conservação por parte dos proprietários.

109. O crescimento urbano em mancha, decorrente da urbanização da metrópole de Lisboa nos anos 70 e 80 e a inexistência de uma gestão urbanística eficaz à escala regional, ou mesmo municipal, geraram assimetrias e desequilíbrios sócio-urbanísticos e funcionais, ainda bem presentes na AML. Situações como a desintegração do tecido urbano e a degradação do parque habitacional originaram áreas de habitação precária, áreas de construção tradicional degradadas, zonas de origem clandestina e bairros de realojamento desqualificados e guetizados.
110. Neste quadro, importa manter e reforçar a aposta na reabilitação do edificado e na regeneração urbana através de projetos integrados de intervenção, multidimensionais, que concentrem no tempo e no espaço investimentos públicos e privados, bem como continuar a intervir de forma integrada na requalificação física do espaço público, incluindo a sua renaturalização, e do edificado, a par da promoção de ações que conduzam à inclusão das comunidades residentes e à mitigação de riscos, sobretudo sísmicos, de incêndio e/ou de cheias. Acresce que sendo uma das fraquezas da Região o baixo índice de eficiência energética do edificado, as operações de regeneração urbana deverão promover o aumento da eficiência na utilização de energia, com particular ênfase nas intervenções em habitação social, noutros edifícios residenciais, de serviços e públicos, na rede de iluminação pública, na microgeração de energia (solar térmica, fotovoltaica, micro-eólica) e na mobilidade urbana sustentável (promoção de modos suaves), contribuindo para a diminuição do consumo e das emissões associadas à utilização de energia fóssil.

CRESCIMENTO INCLUSIVO

1.7. Demografia e Serviços de Proximidade

111. Na última década a Região de Lisboa manteve a sua capacidade de atração populacional, tendo crescido 6% entre 2001 e 2011. Tratou-se de um crescimento acima do registado no país (2%). Em 2011, residiam na Região 2.821.876 pessoas, o que representa 26,7% da população nacional. Alargando a análise ao período 1991-2011, constata-se que a Região de Lisboa viu a sua população aumentar cerca de 12% em 20 anos, registando em cada década uma taxa de crescimento homóloga de 6%, indicativa da estabilidade da sua capacidade de atração.
112. A distribuição espacial da população registou transformações relevantes na última década, verificando-se uma perda populacional no concelho de Lisboa e da sua periferia imediata, a par de um crescimento demográfico nos concelhos mais afastados, nomeadamente na segunda coroa exterior a Lisboa com destaque para os concelhos de Mafra (42%), Alcochete (35%), Sesimbra (32%) e Cascais (21%). Nos concelhos localizados na primeira coroa ocorreu uma estagnação ou mesmo perda populacional. Nestes concelhos, Lisboa liderou a contração populacional com um decréscimo de 3% dos residentes, seguido pelos concelhos de Moita (2,1%), Amadora (0,4%) e Barreiro (0,3%) (Figura 49 e Figura 50).
113. A estrutura da população assim como a estruturação familiar registaram também alterações no decurso da última década, ilustrativas de mudanças nos padrões comportamentais dos residentes. Quanto à atual estrutura etária da Região, esta tem uma distribuição que é representativa do envelhecimento da população (índice de 111 em 2010).
114. Por outro lado, registou-se uma diminuição da população em idade ativa, dado que os residentes com idades compreendidas entre os 15 anos e os 64 anos de idade decresceram de 69,7% para 66,3%, no último período intercensitário. Pelo contrário verificou-se um acréscimo dos restantes grupos etários.
115. No caso da população jovem (até aos 14 anos) registou-se um aumento, de 14,9% para 15,5%, embora mais ténue do que o verificado no âmbito da população idosa (com 65 ou mais anos), que aumentou de 15,4%, para 18,2% da população residente. Esta situação indica claramente um défice de substituição de gerações, que poderá impedir a reposição de mão-de-obra mais jovem, muito embora, se verifique uma forte concentração de população em idade ativa.
116. Este padrão médio reflete uma estrutura etária idêntica entre a população residente na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, com a população em idade ativa a representar o segmento populacional com maior expressão (66,3% e 66,1%, respetivamente) e com a população idosa a assumir uma relevância superior (18,3% e 18,0% respetivamente) à da população jovem (15,4% e 15,9% respetivamente). Uma análise desagregada à escala concelhia evidencia Lisboa como o concelho mais envelhecido da Região, registando a menor incidência de população jovem (12,9%) e a maior expressão da população com 65 ou mais anos (23,9%).
117. Entre os restantes, destacam-se pela maior expressão do segmento de população com idades até aos 14 anos, os concelhos de Mafra (18,7%), Sintra (17,6%) e Vila Franca de Xira (17,2%) localizados na Região de Lisboa, e os concelhos de Alcochete (19%), Sesimbra (14,4%), Palmela (17%) e Setúbal (16,1%).

Como territórios mais envelhecidos, surgem a par de Lisboa, os concelhos de Oeiras (19,2%) e Amadora (18,7%), na Margem Norte, e Barreiro (21,6%), Almada (20,5%) e Setúbal (18,1%), na Margem Sul.

118. Quanto à esperança de vida, no triénio 2009-2011 os indivíduos podiam esperar viver à nascença, em média, mais 3,33 anos do que no triénio de 1999-2001. Foi também na Região Lisboa que se registou o maior aumento da esperança de vida para as mulheres, tendo ganho em média neste período mais 3,96 anos de vida. No caso dos homens registou-se também um aumento assinalável do triénios 1999-2001 para o de 2009-2011, passando-se dos 72,46 anos para os 76,42 (mais 3.96 anos), uma idade apesar de tudo inferior à das mulheres (82,32 anos).
119. Este célere envelhecimento populacional é igualmente motivado pelo decréscimo da natalidade, que manifestou na Região a continuação da tendência de queda entre 2001 e 2011 (11,9‰ e 11‰), embora ligeiramente superior à média nacional (9,2‰, em 2011).
120. A participação generalizada da mulher no mercado de trabalho, ao longo das últimas décadas, tem-se consubstanciado num adiamento da idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho, que em 2011, se situava nos 29,5 anos de idade na Região, e subsequentemente numa redução do número de filhos por mulher.
121. À semelhança da tendência registada um pouco por todo o país, no decurso da última década, a Região de Lisboa conheceu uma desestruturação dos núcleos familiares tradicionais. A dimensão média das famílias era em 2011 de 2,43 indivíduos, inferior à média nacional (2,58 indivíduos), e o aumento das pessoas a residirem sozinhas destaca-se como uma das principais transformações nas estruturas familiares, dado que as famílias clássicas unipessoais aumentaram de 20,8% para 25,55%, entre 2001 e 2011.
122. Este aumento deveu-se ao acréscimo de pessoas em idade ativa que vivem sozinhas, mas também ao aumento de idosos em situação de isolamento (famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos aumentaram de 8,64% para 10,27%). Este fenómeno constitui uma das dimensões sociais mais críticas com que a Região se confronta. Cumulativamente verificou-se um aumento das famílias monoparentais no período intercensitário, com os núcleos familiares monoparentais a crescerem de 14%, em 2001, para 18,16%, em 2011.
123. Numa análise dos fluxos migratórios na Região, destaca-se o peso dos imigrantes residentes, o que tem marcado este território como atrativo e acolhedor para a população estrangeira, em especial ao longo da década passada.
124. Com base nas estatísticas produzidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras bem como nos dados dos Censos de 2011, identificam-se algumas dinâmicas que afetam o território regional. Entre 2001 e 2011, a população residente estrangeira aumentou cerca de 50% na Região de Lisboa, concentrando 50% dos estrangeiros que residiam em Portugal em 2011. Apesar do forte crescimento registado nesta década, uma análise dos dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras permite-nos aferir, que após o boom registado até 2006, se assistiu nos anos seguintes a uma ligeira quebra, acompanhando a conjuntura económica.
125. Tendo em conta a nacionalidade dos estrangeiros, verifica-se que esta quebra se prende sobretudo com a população oriunda dos PALOP (sete pontos percentuais entre 2008 e 2011), bem como dos países de leste fora da UE (um ponto percentual). Apesar desta redução, os PALOP continuam a ser a maior comunidade de estrangeiros residentes na Região.
126. No decurso das últimas duas décadas, a Região de Lisboa registou também importantes progressos no que trata à educação e formação. Como principais melhorias destaca-se a redução das situações de

- analfabetismo, que em 2011 configuravam situações muito residuais (3,23%), e a inserção no sistema de ensino da maioria das crianças e jovens em idade escolar, com apenas 1,71% da população residente com idades entre os 6 e os 15 anos a não frequentarem o sistema de ensino.
127. A qualificação dos recursos humanos é outro indicador a destacar, com a Região a apresentar uma forte concentração de residentes com ensino superior completo (21,36%, em 2011). Este fator confere à Região um posicionamento privilegiado à escala nacional na disponibilidade de potencial humano qualificado para o mercado de trabalho, uma vez que as demais NUTSII registam níveis bastante inferiores, oscilando entre um mínimo de 10,94% no Alentejo e um máximo de 13,25% no Algarve.
128. Contudo, uma análise mais abrangente de alguns indicadores da educação e da formação dos residentes na Região ilustram vulnerabilidades importantes, que importa salientar. É o caso da taxa de abandono precoce e formação, um dos indicadores utilizados na monitorização da estratégia Europa 2020, que em 2012 era de 20,1%, próxima da registada ao nível nacional (20,8%).
129. Paralelamente verifica-se que em 2011, a população residente sem nenhum nível de escolaridade completo era considerável (6,98%) e a população residente com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade a frequentar o ensino pré-escolar era de 69,16%, indicativo de que mais de ¼ deste segmento da população permanecia fora do sistema educativo, ingressando apenas aquando da entrada no 1º Ciclo do Ensino Básico.
130. Estes indicadores são sintomáticos das fragilidades que tendem a se perpetuar na Região, comprometendo a participação dos recursos humanos no mercado de trabalho, de forma qualificada e competitiva, bem como a coesão social.
131. A consolidação e ordenamento das redes de equipamentos coletivos são essenciais na promoção de quadros de vida mais qualificados, assim como para assegurar o potencial de atração de uma Região. Neste quadro assumem um papel central os equipamentos sociais, estruturantes ou de proximidade, na medida em que para além de responderem a objetivos de desenvolvimento setorial, desempenham um papel central na promoção da coesão social. Por serviços de proximidade entendem-se as infraestruturas ou equipamentos móveis onde têm lugar atividades de serviços sociais, saúde, educação, cultura e desporto, tendo como principais beneficiários diretos as populações locais.
132. Nos últimos anos, o crescimento da oferta de equipamentos coletivos de diferentes tipologias tem marcado a qualificação territorial da Região. Destaque-se o aumento significativo da oferta de ensino pré-escolar e a melhoria dos equipamentos escolares, como ainda o crescimento dos serviços e equipamentos coletivos especializados na prestação de cuidados a diferentes públicos-alvo, com uma intervenção crescente e mais eficaz de outros promotores de equipamentos coletivos que não o Estado, em particular, o terceiro setor e o setor privado. A Região de Lisboa apresenta ainda uma oferta de equipamentos culturais e desportivos, superior à média nacional, alguns com dimensão internacional.
133. No domínio dos equipamentos sociais orientados para a infância, o contexto regional apresenta uma ampla diversidade e especialização. Tendo em conta apenas as creches - resposta social de âmbito socioeducativo destinada a crianças até aos 3 anos de idade - verifica-se que as taxas de cobertura são, em 2011, ainda muito baixas. A capacidade das creches da Região era de 32.262 lugares a que correspondia uma taxa de cobertura na ordem dos 28% (Figura 51).
134. No que concerne aos equipamentos sociais de apoio à terceira idade, tendo presente o elevado índice de envelhecimento na Região de Lisboa, trata-se de uma oferta da maior importância. De acordo com os dados disponíveis, verifica-se que em 2011, nas três tipologias de respostas sociais para idosos (lares, centros de dia e apoio domiciliário), maioritariamente destinadas à população com mais de 75 anos, a

Região apresenta uma taxa de cobertura baixa (Figura 52). No entanto, constatou-se que a capacidade instalada é ligeiramente superior à procura registada, nas tipologias de centro de dia e de lar de idosos, constituindo exceção a resposta social de centro de convívio, na qual a procura supera a oferta, indicando uma insuficiência de oferta de cerca de 12%.

135. Todavia, os impactos decorrentes da atual conjuntura recessiva nas vidas das famílias, empresas e entidades sociais têm desencadeado rápidas transformações nos padrões da oferta e da procura de equipamentos coletivos, nos últimos dois anos, que não podem ser negligenciados, uma vez que induzem alterações em crescente consolidação.
136. O aumento do desemprego, a reestruturação de algumas prestações sociais, tem fomentado um crescente empobrecimento das famílias, fator que tem motivado a uma diminuição da procura. Assim, verifica-se que no início de 2013, a capacidade total das creches (24.853 lugares) é ligeiramente superior ao número de utentes (21.325 crianças), embora com fortes assimetrias territoriais. A Grande Lisboa embora concentrando a maior oferta da capacidade instalada, regista uma menor disponibilidade de lugares em creche, face à maior procura registada do que a Península de Setúbal.
137. O contexto atual torna assim premente a necessidade de adequação da oferta de equipamentos coletivos à estrutura e dinâmica demográfica, induzindo importantes necessidades de reestruturação das redes coletivas de equipamentos de proximidade e de fomento do trabalho em parceria entre as instituições assentes em processos de partilha de recursos.
138. No que trata à população idosa, a célere transformação do perfil dos idosos coloca atualmente novas exigências em termos de respostas sociais. Destaque-se a emergência de novos segmentos neste grupo, designadamente, de uma população sénior, autónoma e mais capacitada, para a qual as respostas convencionais de centro de dia e centro de convívio não representam opção, encontrando-se disponível para uma cidadania ativa, seja como voluntários seja com outro tipo de prestação em ações que emergem da sociedade civil. Concomitantemente, ocorre um aumento de um segmento de idosos que devido à idade avançada, doenças ou demência, registam uma dependência funcional, carecendo de cuidados especializados.
139. Uma das tendências recentes mais marcantes na prestação de cuidados sociais e de saúde consiste na abordagem que enfatiza a manutenção dos indivíduos na respetiva residência e comunidade, com promoção da sua autonomia, em detrimento de se confinarem a instituições. Esta tendência é operacionalizada, por exemplo, por via da resposta de apoio domiciliário, uma resposta social que tem crescido orientada para públicos-alvo com necessidades distintas.
140. A disponibilização de apoio domiciliário para pessoas idosas, deficientes e em situação de dependência, encontra-se generalizada a toda a Região, registando-se uma oferta superior à procura em todos os municípios, embora a Grande Lisboa apresenta uma situação mais positiva que a Península de Setúbal. Esta desproporção entre oferta e procura é resultado, por um lado, de se tratar de um serviço relativamente recente, encontrando ainda alguma resistência por parte dos cidadãos, e, por outro, das dificuldades financeiras que as famílias enfrentam atualmente em suportar estes serviços. Considerando as mais-valias para a saúde e bem-estar psicossocial dos indivíduos que esta resposta apresenta, é expectável que a sua procura registre um crescimento assinalável nos próximos anos, obrigando ao aumento da oferta (Figura 53).
141. Destaca-se uma forte concentração de equipamentos de saúde na Região de Lisboa, acompanhando a sua forte densidade populacional, apesar de se diagnosticarem insuficientes respostas nos cuidados paliativos e continuados, bem como de respostas sociais para pessoas portadoras de deficiências.

142. Neste âmbito, a saúde mental representa uma das áreas que deverá acautelar maiores níveis de exigência na adequação da oferta de equipamentos e respostas de proximidade às necessidades sentidas, apesar de recentemente se terem verificado importantes avanços na prestação de serviços de proximidade a pessoas com problemas de saúde mental, com a criação dos cuidados continuados integrados de saúde mental (CCISM). Acresce notar que para além dos indivíduos com perturbação mental diagnosticada, uma franja da população apresenta problemas de saúde mental considerados subliminares, encontrando-se em sofrimento, embora não preenchendo os critérios de diagnóstico de perturbação psiquiátrica, e que por isso, usualmente, não beneficiam de intervenções. Importa por isso acautelar, no atual quadro do diagnóstico, que as respostas e serviços de proximidade sejam capazes de dimensionar a sua oferta ajustando-as às necessidades da população.
143. As intervenções no domínio da população deficiente devem contemplar ações abrangentes, dadas as necessidades que persistem na Região em termos de capacidade instalada, e face à persistência de uma fraca sensibilização quanto às competências e capacidades desta população. As necessidades no domínio infraestrutural manifestam-se transversais aos vários grupos etários, verificando-se, por exemplo, que em finais de 2012, nas respostas de intervenção precoce para crianças e jovens, a capacidade instalada (962 lugares) era manifestamente inferior ao número de utentes (1.038), do mesmo modo que a oferta nas respostas orientadas para a população adulta com deficiência também não estava adequada à procura.
144. Nos últimos anos, a par da intensificação dos fluxos de imigrantes para Portugal, dinamizaram-se várias respostas e serviços de proximidade com vista ao acolhimento dos imigrantes, apoiando esta população no processo de integração. Os Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), dinamizados pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) usualmente em parceria com diversas entidades, constituem uma das respostas mais notáveis, quer pela abrangência de respostas e serviços prestados (informação, acompanhamento, encaminhamento de imigrantes em vários domínios), quer por constituírem um serviço de proximidade que viu alargada, nos últimos anos, a rede de centros por todo o país.
145. A forte polarização de imigrantes na Região de Lisboa fundamenta a considerável proliferação de centros nesta Região, que contempla 42 CLAII dos 102 existentes ao nível nacional. Uma vez mais, a Grande Lisboa emerge como o principal foco de concentração de centros na Região, dispondo de uma rede de 31 centros, enquanto a Península de Setúbal apresenta uma menor oferta (11). Ao nível concelhio, destacam-se os concelhos de Loures com o maior número de CLAII de toda a Região (6), seguido de Sintra (5), uma oferta que decalca a forte concentração de imigrantes nestes concelhos, durante as últimas décadas.
146. No concelho de Lisboa existindo apenas 3 CLAII, importará notar que aí se localiza um dos dois Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) presentes no país (situando-se o outro no Porto). Na Região, apenas dois concelhos não dispõem deste serviço de proximidade a imigrantes, nomeadamente, Alcochete e Palmela.

1.8. Inclusão e Inovação Social

147. Os indicadores de coesão social dão conta da atual “crise das políticas sociais”, induzindo em vários aspetos regressões em matéria de crescimento inclusivo, e da coexistência de diferentes realidades na Região de Lisboa, nem sempre se conseguindo garantir que os benefícios do crescimento económico

beneficiem todos os territórios e todos os grupos, com permanência de vários grupos vulneráveis, a que se juntam novas franjas da população em situação de vulnerabilidade económica e social decorrente da atual conjuntura, com destaque para os desempregados.

148. A territorialização da pobreza e da exclusão social na Região de Lisboa evidencia que tendem a persistir não só alguns territórios urbanos problemáticos, designadamente, algumas aglomerações de barracas ainda por erradicar, como também novas áreas de concentração de pobreza e com graves problemas na inclusão social das comunidades, decorrentes da atual crise económica, financeira e social. Assim, os territórios urbanos problemáticos com graves carências na promoção da inclusão social dos seus residentes atualmente na Região de Lisboa configuram as seguintes tipologias de territórios:

- **Bairros Críticos:** esta tipologia contempla essencialmente áreas urbanas localizadas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e onde se conjugam diversos problemas de natureza urbanística, social e económica e usualmente com a presença de importantes comunidades estrangeiras e de diferentes grupos étnicos, designadamente i) bairros de barracas: constituem sobretudo bairros situados à volta de Lisboa, e que em muitos casos persistem há várias décadas, que não foram plenamente solucionados pelo Programa Especial de Realojamento (PER) e o PER Famílias; ii) bairros de realojamento: são, sobretudo, bairros sociais construídos com vista a erradicar os bairros de barracas e a proporcionar aos seus residentes melhores condições urbanísticas e sociais que foram construídos ao abrigo dos vários instrumentos e programas da política de habitação, especialmente do Programa Especial de Realojamento (PER), na década de 90, nos quais a concentração de imigrantes provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e descendentes de imigrantes é muito significativa. Iii) Ocorrências de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI): ainda não regularizadas e de Urbanizações Privadas em situação de forte desvalorização nas imobiliária, e que sofreram uma rápida substituição dos residentes, em geral, por pessoas com maiores privações económicas, um segmento da população atualmente bastante afetado pela crise e pelo subsequente desemprego.
- **Centros Históricos:** esta tipologia contempla centros históricos da rede de cidades portuguesas e que configuram territórios envelhecidos e economicamente deprimidos onde emergem novos problemas sociais críticos como o isolamento de idosos.

149. A complexidade dos fenómenos de pobreza e de exclusão social nestas áreas urbanas problemáticas tem motivado o desenvolvimento de vários instrumentos públicos, muitos dos quais com abordagens inovadoras, com vista à promoção de contextos mais inclusivos e à erradicação da pobreza destas franjas da população na Região de Lisboa. Neste contexto destaca-se a Iniciativa Bairros Críticos e as “Parcerias para a Regeneração Urbana – Áreas Críticas”. Ambas as iniciativas visavam o desenvolvimento de soluções de qualificação de territórios urbanos que apresentavam fatores de vulnerabilidade crítica, através de intervenções sócio - territoriais integradas.

150. Os indivíduos em situação de vulnerabilidade indicando um crescimento da pobreza e das desigualdades sociais, representam também o comprometimento da utilização plena do potencial de mão-de-obra para enfrentar os desafios do envelhecimento da população e da intensificação da concorrência global na Região.

151. Neste quadro destaca-se a representação dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) na população total é um indicador direto de pobreza. Considera-se que os que recebem o RSI são pobres, mas não se conhece toda a quantidade de pobres, não se encontrando disponíveis dados que caracterizem a pobreza a nível regional.

152. Na Região de Lisboa, no período 2007/2011, houve um acréscimo do número de beneficiários de RSI em cerca de 66%, atingindo os 3,9% da população residente, um crescimento bastante mais acentuado do que o registado à escala nacional (acréscimo de 21%) (Figura 54). O aumento dos beneficiários de RSI foi espacialmente assimétrico, ocorrendo com maior incidência nos concelhos da Grande Lisboa, sendo Vila Franca de Xira e Sintra os que registam um maior aumento, seguidos dos concelhos de Loures, Odivelas e Cascais. Na Península de Setúbal é nos concelhos de Alcochete e Montijo que se assinala um maior crescimento dos beneficiários desta prestação social.
153. A par do envelhecimento da população e do conseqüente aumento do número de pensionistas, que entre 2004 e 2011 foi de 13%, superior ao acréscimo verificado ao nível nacional (10%), o baixo valor médio das pensões colocam este grupo social como um grupo vulnerável. De acordo com os Censos de 2011, residem na Região de Lisboa 513.842 pessoas com mais de 65 anos (18.2% da população total), e os pensionistas da Segurança Social representam já 26,4% do conjunto da população (Figura 55). O valor médio das pensões não ultrapassa os 426€ mensais. Uma vez mais se assinala uma forte discrepância entre as duas margens, com a Grande Lisboa a concentrar 72% dos pensionistas da Região, face a 28% que se situam na Península de Setúbal.
154. A fragilidade económica que atravessa o país, com reflexos claros na capacidade empregadora regional, contribui para a precariedade de muitas famílias. A taxa de desemprego na Região de Lisboa atingiu em 2011 o valor de 14,1%, mantendo-se superior ao país (12,7%) e à média da UE 27 (9,6%) (Figura 56). De acordo com os dados mais recentes (Fevereiro de 2013), encontravam-se inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) 175.343 desempregados na Região de Lisboa, o que corresponde a um crescimento de 53% face ao período homólogo de 2004. Não obstante o desemprego registar um crescimento generalizado em toda a Região, as áreas urbanas problemáticas configuram particularmente territórios de exclusão onde este fenómeno tende a verificar-se com maior intensidade.
155. Este aumento é, no entanto, acometido de uma mudança do perfil da população desempregada. Assim, verifica-se que a situação de desemprego passou a atingir ligeiramente mais os indivíduos do sexo masculino (52%) do que as mulheres (48%), resultante da crise também afetar em larga escala atividades tendencialmente masculinas, como é o caso da construção civil. De igual modo, assinala-se uma menor incidência do desemprego jovem (10% dos desempregados têm idades até aos 25 anos em fevereiro de 2013, face a 13% registado em fevereiro de 2004) e um decréscimo do desemprego entre a população em idade mais avançada (desempregados com 55 ou mais anos de idade diminuiu de 22% em 2004 para 17% em 2013) (Figura 57).
156. A Região assiste a uma crescente dificuldade de integração dos recursos humanos qualificados no mercado de trabalho, com um aumento da população desempregada com ensino superior de 11% em fevereiro de 2004 para 14% em fevereiro de 2013. Esta situação apresenta-se como duplamente crítica, pois para além de constituírem um potencial humano não aproveitado pela economia que vai gradualmente perdendo terreno no mercado laboral, apresenta múltiplos efeitos colaterais na desvalorização social do ensino, da formação e da aprendizagem ao longo da vida.
157. Particularmente crítico é a evolução do número de casais em que ambos os cônjuges estão desempregados. Embora não se dispondo de dados regionais, ao nível nacional verifica-se que apenas entre janeiro e fevereiro de 2013, essa realidade aumentou 1,5%, tendo passado de 12.987 para 13.187 casais nesta situação de extrema vulnerabilidade.
158. A crise e o desemprego têm afetado negativamente o poder de compra das famílias, que tem registado uma evolução negativa nas últimas décadas na Região. De um poder de compra per capita de 162,68 em 1993, passou-se para 147,86 em 2002 e para 134,15 em 2009. Uma análise à proporção do poder de

compra no total do país revela também um decréscimo das assimetrias entre Lisboa e as restantes Regiões, tendo passado de 42% em 1993, para 38% em 2002, para 36% em 2009, sintomático de uma maior coesão social.

159. O crescimento do desemprego a par de uma ampla consciencialização dos impactos negativos que dele decorrem tem motivado a adoção de medidas ativas de estímulo do emprego. Esta política nos últimos anos tem-se caracterizado pela adoção de medidas que visam fomentar o emprego e a formação e que se caracterizam por uma grande diversidade, com vista a darem resposta às múltiplas necessidades sentidas na Região bem como um pouco por todo o país. Na Região de Lisboa identifica-se uma extensa rede de GIP (71), sendo que a grande maioria se localiza na Grande Lisboa (56), enquanto apenas 15 respondem às necessidades dos residentes na Península de Setúbal.
160. A concentração dos fenómenos de pobreza e de exclusão social na Região de Lisboa é atestada pela incidência dos instrumentos de política pública neste território. Salienta-se, desde logo, o desenvolvimento de 22 Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) instrumento centrado na promoção da inclusão social dos cidadãos, de forma multissetorial e integrada, através de ações dinamizadas em parceria, centradas em quatro eixos de intervenção (emprego, formação e qualificação; intervenção familiar e parental; capacitação da comunidade e das instituições; informação e acessibilidade), com o objetivo de combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. Tendo a Região contemplado 17% dos CLDS desenvolvidos ao nível nacional, assiste-se a uma maior concentração das intervenções na Grande Lisboa (15) face à Península de Setúbal (7).
161. Outro instrumento de política pública com o objetivo de promover a inclusão social com forte incidência na Região de Lisboa é o Programa Escolhas. Programa governamental de âmbito nacional, foi criado em 2001, ao abrigo do qual têm sido desenvolvidos inúmeros projetos com o objetivo de promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Os projetos dinamizados têm-se concentrado em territórios com forte concentração de imigrantes e de minorias étnicas.
162. Na primeira fase de implementação, o Programa assumiu-se como um instrumento para a prevenção da criminalidade e inserção de jovens dos bairros mais problemáticos dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, razão pela qual esteve, desde o início, bastante presente na Região de Lisboa. Atualmente na 5ª Geração, o Programa regista um total de 110 projetos, dos quais cerca de metade se encontram situados na Região (51 projetos). Também no âmbito deste instrumento de política pública se assinala uma maior concentração de projetos na Grande Lisboa (36) em comparação com a Península de Setúbal (15).
163. O combate à pobreza e a promoção da inclusão social dos indivíduos têm-se também operacionalizado na Região assim como no País por via de intervenções em contexto escolar, designadamente, através do Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).
164. À semelhança dos anteriores instrumentos de política, também os TEIP ilustram a concentração de situações de fragilidade social patentes na Região de Lisboa. Tendo por base os agrupamentos/escola não agrupada que integrou os TEIP verifica-se que no ano letivo 2006/2007 a maioria concentrava-se na Região (19 de um total nacional de 35). No ano letivo 2009/2010 as intervenções TEIP decresceram na Região, embora se continuasse a registar um número elevado (22 de um total nacional de 69). Apenas no ano letivo corrente 2012/2013, se verificou uma diminuição mais acentuada dos projetos TEIP em agrupamentos/escolas não agrupadas da Região (4), sobretudo, quando comparada com um total de intervenções nacionais ainda significativo (33).
165. Constituinte a Região de Lisboa um território particularmente dinâmico na emergência de novas respostas socialmente reconhecidas, a inovação social registada verifica-se preferencialmente a dois

níveis, na satisfação das necessidades dos indivíduos não satisfeitas por via do mercado e na capacitação de agentes e de indivíduos em situação de exclusão social, ambicionando-se neste caso despoletar mudanças sociais, rompendo com as situações de vulnerabilidade e de exclusão social em que os indivíduos se encontram, enquanto no primeiro caso visa-se meramente a satisfação imediata das necessidades existentes.

166. Transversalmente a estes dois níveis, identificam-se três domínios de inovação social, nos quais se têm multiplicado as ações desenvolvidas, que se encontram estreitamente associadas entre si, designadamente: i) Fortalecimento da sociedade civil: com o objetivo de fazer emergir na própria sociedade as respostas a muitos dos problemas que nela se identificam robustecendo o tecido associativo e a cidadania ativa; ii) Promoção e ativação dos recursos locais: num contexto marcado pela crescente escassez de recursos, tende a verificar-se a crescente necessidade de fazer um melhor uso dos meios disponíveis, bem como de assegurar a sua maior mobilização na esfera local; iii) Fomento de uma cultura de voluntariado: trata-se de uma atividade inerente ao exercício de cidadania, uma das tendências que mais se tem consolidado nos últimos anos e que tem possibilitado o desenvolvimento de múltiplas intervenções sociais.
167. A Região, bem como o país, têm apresentado uma aposta crescente na inovação social, em estreita concordância com as novas problemáticas sociais identificadas. Neste contexto, destacam-se, por exemplo, os seguintes públicos-alvo: i) Imigrantes e minorias étnicas: destaca-se o projeto de mediação intercultural em serviços públicos, um projeto-piloto coordenado pelo ACIDI, em colaboração com autarquias e associações de imigrantes, que pretende promover novas relações de convivência intercultural construtivas e transformadoras e contribuição para a coesão social; ii) Idosos: destacam-se os inúmeros projetos inovadores com vista ao desenvolvimento da intergeracionalidade, com a finalidade de combater o isolamento dos idosos e ao reforço do conhecimento transmitido aos mais jovens; lii) Comunidades em situação de exclusão social: neste contexto assinala-se a capacidade da sociedade civil para se estruturar e responder de forma inovadora ao número crescente de indivíduos e famílias em situação de pobreza e de exclusão social, de que existem muitos exemplos. Apesar da inovação social se desenvolver sem intervenção direta do Estado, pode (e deve) estar presente nas políticas públicas. Trata-se de desenvolver novas e melhores respostas para as necessidades sociais, de forma criativa e colaborativa, provocando uma mudança social qualitativa e contribuindo para uma economia global mais sustentável, onde o Terceiro Setor poderá ter um papel preponderante.
168. Com efeito, o Terceiro Setor tem-se assumido cada vez mais como um parceiro estratégico e essencial no combate à pobreza e à exclusão social, registando-se um aumento e diversificação dos atores que desenvolvem intervenções na esfera social (Instituições Particulares de Solidariedade Social, Organizações Não Governamentais, Fundações, Associações com fins altruísticos, Cooperativas, etc...). Esta afirmação tem sido acompanhada de um reconhecimento social e político do papel do Terceiro Setor na supressão das carências de grupos mais vulneráveis e no reforço da capacitação de indivíduos e atores presentes em territórios problemáticos.
169. Contudo, a consolidação do Terceiro Setor como um ator estratégico na promoção de inovação social confronta-se ainda com dificuldades que condicionam a eficácia e eficiência do seu desempenho, que carecem de resolução, destacando-se as seguintes dificuldades: substituição de abordagens assistencialistas no combate à pobreza e à exclusão social, em prol de abordagens centradas na capacitação e autonomia dos indivíduos e das comunidades; criação de parcerias, sua dinamização e continuidade; gestão rigorosa e estruturada das organizações; financiamento sustentável de algumas intervenções e respostas sociais; promoção de intervenções ajustadas ao ritmo da evolução da mudança

dos indivíduos e das comunidades; e reduzida documentação e sistematização de boas práticas com vista à sua disseminação.

170. Considerando o trabalho de todas as entidades do Terceiro Setor, assim como a ação de outros atores essencial na promoção da coesão social, uma das fragilidades mais estruturantes que tendem a persistir consiste na ausência de um mapeamento sistemático dos recursos e respostas disponíveis promovidos pelos vários setores, designadamente, à que se encontra em situação de maior fragilidade. Este mapeamento reveste-se da maior relevância para a população apoiada, motivando um generalizado desconhecimento das respostas e soluções proporcionadas, mas também para os próprios atores que se encontram no terreno e para as entidades financiadoras, gerando um amplo desconhecimento do trabalho dinamizado e, por conseguinte, de sobreposição de investimentos e redundância de respostas, deixando alguns segmentos da população e áreas problemáticas a descoberto.
171. Em síntese, a Região de Lisboa apresenta um contexto muito dinâmico e ativo na promoção de intervenções sociais inovadoras e da maior pertinência e adequabilidade para a promoção da inclusão social, em particular, das comunidades mais vulneráveis. No entanto, persistem debilidades críticas de estruturação dos recursos que importa superar, sobretudo, num contexto de crescente escassez de recursos.

Capacitação Regional

1.9. Capacitação, qualificação e modernização

172. Majorar a força competitiva da Região de Lisboa no quadro de um modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo implica promover instituições públicas cada vez mais capacitadas, mais eficazes e mais eficientes, bem como novas formas colaborativas de atuação com o setor privado.
173. Na Região de Lisboa foram concretizadas medidas promotoras da reforma da administração pública e da modernização administrativa, quer aquelas que resultam das orientações e normativos da administração central, quer aquelas mais específicas e de âmbito regional e que foram sobretudo promovidas no quadro dos apoios comunitários nos dois últimos períodos de programação (2000-2006 e 2007-2013).
174. Entre 2000 e 2006, as iniciativas desenvolvidas centraram-se na modernização da administração pública no contexto da Sociedade de Informação, designadamente através de projetos no âmbito das Novas Tecnologias de Informação ao serviço do acesso dos cidadãos à informação, da qualidade e diversificação da informação recebida ou tratada, da generalização sistemática das tecnologias da informação e comunicação na gestão, processamento, arquivo, disponibilização e troca de informação entre os serviços públicos, os cidadãos e os agentes económicos e sociais e, também, de programas de simplificação e desburocratização administrativa e de disponibilização, por meios telemáticos, de conteúdos administrativos e de interesse público, visando contribuir para o desenvolvimento de formas inovadoras de administração pública integrada e aberta.
175. Entre 2007 e 2013, foram desenvolvidas várias ações no âmbito do Regulamento Específico Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA), designadamente ao abrigo do Contrato de Delegação de Competências sem Subvenção Global assinado pela Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Regional (POR) com a Área Metropolitana de Lisboa (AML), num investimento global que em

finais de 2012 correspondia a mais de 7 M€, repartidos por cerca de 30 projetos desenvolvidos maioritariamente por autarquias municipais.

176.A Região de Lisboa defronta vários obstáculos à adoção plena de um modelo de boa governança. Existem presentemente mais de uma centena de entidades públicas com atuação no território regional. O cruzamento de múltiplas tutelas cria dificuldades de articulação e zonas de incerteza que só podem ser ultrapassadas por uma coordenação de base territorial, participada pelas entidades que tutelam os diferentes sectores de intervenção pública, que atualmente não existe. Os vários diagnósticos realizados – no âmbito das estratégias e dos planos de desenvolvimento regionais – salientam como constrangimentos no domínio da capacitação regional:

- A complexidade da região metropolitana, inerente à existência de uma densa malha de entidades públicas;
- A dispersão de centros de decisão e de controlo públicos e disfuncionalidades administrativas e judiciárias;
- A falta de instrumentos e mecanismos de promoção da sinergia de meios públicos e privados e incapacidade de convergência de iniciativas mistas visando a provisão de bens públicos;
- A insuficiência de processos de decisão colaborativos e escassez de parcerias públicas e público/privadas centradas na configuração e execução de projetos com forte transversalidade;
- As lacunas de informação e conhecimento sobre o território e os seus recursos e fortes ineficiências de partilha e gestão integrada da informação.

177.Tal situação torna necessário a adoção de medidas de racionalização e simplificação de procedimentos de descentralização, reorganização e modernização da administração pública. Torna-se urgente reinventar as formas de gestão e assumir a importância não apenas do que se faz, mas dos processos e das formas de fazer, de modo a promover e desenvolver novas formas de governabilidade e governança, assentes na capacitação institucional, na cooperação interinstitucional e na concertação de políticas e atores.

178.A capacitação regional é identificada como um domínio fundamental de atuação na estratégia de desenvolvimento regional 2014-2020, merecendo um tratamento autónomo e assumindo uma formulação que ultrapassa a sua mera consideração como componente instrumental dos demais domínios temáticos.

179.Neste contexto, importa atuar de forma consistente e persistente sobre as causas dos constrangimentos anteriormente diagnosticados, promovendo ativa e seletivamente a capacitação das instituições públicas da região, melhorando o modelo institucional e organizacional entre os diferentes níveis de governação, patrocinando a modernização administrativa e tecnológica dos serviços, promovendo a qualificação do capital humano da administração pública e capacitando os atores públicos e privados para o estabelecimento de parcerias, visando tornar a administração pública mais eficaz e eficiente na produção dos bens e serviços públicos.

180.Um dos grandes desafios regionais para o próximo período de apoio comunitário deverá centrar-se na promoção da racionalização dos processos e a capacitação das instituições públicas e dos seus quadros – incluindo a modernização administrativa e tecnológica – e as competências em matéria de fundos QEC, numa lógica multinível.

181.As ações a desenvolver deverão considerar, em particular, uma planificação estratégica em torno de uma abordagem integrada que considere os estrangulamentos institucionais existentes na globalidade da estrutura administrativa pública e não na adoção de soluções desintegradas e pontuais.

Análise SWOT

Crescimento Inteligente

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente</p> <p>Especialização produtiva regional assente num conjunto de setores diversificados e sedeação dos elementos mais dinâmicos do desenvolvimento económico;</p> <p>Produtividade com uma clara superioridade face à média nacional;</p> <p>Perfil de atividades de I&D muito diversificado, sendo a região do país com maior volume de despesas (2.3% no total do PIB) e de recursos humanos afetos a I&D e concentração de Parques de Ciência e Tecnologia e de Laboratórios do Estado,</p> <p>Concentração de equipamentos e das principais infraestruturas logísticas do sistema de transportes e de internacionalização;</p> <p>Bons indicadores de cobertura e utilização dos serviços de telecomunicações a nível nacional, com forte presença de variadas empresas do sector das telecomunicações (confluindo nesta região as redes de todos os operadores de telecomunicações);</p> <p>Destino turístico consolidado e internacionalmente reconhecido cuja riqueza e diversidade de recursos e atributos satisfazem os mais diversos segmentos e nichos de procura turística;</p> <p>Educação, Emprego e Empreendedorismo</p> <p>Percentagem significativa de população licenciada e concentração de recursos humanos relevantes para a economia do conhecimento;</p> <p>População ativa e empregada com níveis de ensino secundário completo e superior acima da média nacional</p> <p>Aumento dos indivíduos que participaram em políticas ativas de educação, nas modalidades de educação/formação orientadas para adultos.</p> <p>Concentração de equipamentos de ensino superior</p>	<p>Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente</p> <p>Fracos níveis de colaboração entre as empresas e as universidades e reduzida eficiência na transferência de tecnologia e de conhecimento;</p> <p>Deficiências nos níveis de prestação de serviços avançados às empresas por parte das infraestruturas tecnológicas;</p> <p>Fraca dinâmica associativa e difícil articulação entre os sectores públicos e privados</p> <p>Baixo nível do registo europeu de patentes;</p> <p>Rede ferroviária de ligação internacional obsoleta e com problemas de interoperabilidade nas ligações à Europa e problemas de conectividade e modernização nas ligações ferroviárias nacionais</p> <p>Deficiente desenvolvimento da intermodalidade nas cadeias logísticas e problemas de articulação e integração modal;</p> <p>Educação, Emprego e Empreendedorismo</p> <p>Desfasamento entre a oferta de ensino e formação profissional, as procuras individuais e as necessidades de mercado;</p> <p>Desajuste entre as competências produzidas no sistema de ensino e as necessidades das empresas, e fraca participação das empresas em projetos de investigação com as universidades;</p> <p>Crescente dificuldade de integração de recursos humanos qualificados no mercado de trabalho com efeitos colaterais negativos na valorização social do ensino e da formação.</p> <p>Défice de quadros médios especializados;</p> <p>Concentração de recursos humanos ativos desqualificados, dada a incidência de população com 15 ou mais anos sem nenhum nível de escolaridade.</p> <p>Persistência de um segmento importante da população entre os 3 e os 5 anos de idade que não</p>

<p>e de centros de investigação;</p> <p>Forte dinâmica de nascimento de empresas em especial nos setores de alta e média tecnologia</p> <p>Meios Criativos e Indústrias Culturais</p> <p>Forte identidade histórico-cultural e imagem atrativa da região com potencial económico;</p> <p>Multiculturalidade e cosmopolitismo com presença diversificada de população residente estrangeira;</p> <p>Oferta de equipamentos culturais e desportivos, superior à média nacional, alguns com dimensão internacional e boa experiência na organização de eventos;</p> <p>Existência de indústrias culturais e criativas relevantes no tecido empresarial e na estrutura de emprego;</p> <p>Existência de espaços emblemáticos de concentração de industriais culturais e criativas</p>	<p>frequenta o ensino pré-escolar.</p> <p>Abandono escolar ainda elevado com taxas superiores à média europeia;</p> <p>Meios Criativos e Indústrias Culturais</p> <p>Assimetrias intrarregionais na rede de equipamentos culturais e falhas de equidade no acesso e participação da população;</p> <p>Elevada dependência dos apoios públicos, fraca sustentabilidade dos modelos de financiamento e do funcionamento, e falta de cultura de mecenato e de incentivos que a fomentem</p> <p>Inexistência de uma estratégia orientadora das iniciativas individuais que promova o efeito de escala</p> <p>Inadequação Do quadro legal face às especificidades da produção cultural</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente</p> <p>Existência de elementos e condições de base para fazer crescer e desenvolver o sistema de inovação regional, orientado para a transferência de tecnologia;</p> <p>Desenvolvimento de um polo regional de excelência internacional quer no ensino quer na investigação, aproveitando os movimentos de reforma do sistema universitário;</p> <p>Dimensão marítima e estuarina com potencial para o desenvolvimento de atividades económicas portadoras de valor;</p> <p>Capitalização do recurso mar para a afirmação da Região de Lisboa como capital Euro-Atlântica;</p> <p>Posicionamento Geoestratégico – localização privilegiada enquanto plataforma de intermediação entre a Europa e o resto do mundo;</p> <p>Potencial da Região como destino turístico de excelência, com particular destaque para o turismo cultural, desportivo, náutico e de negócios;</p> <p>Oportunidade para residência permanente de empreendedores de nível europeu e mundial, num país da UE de ameno clima e convivência muito</p>	<p>Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente</p> <p>Deslocalização de empresas de capital estrangeiro tecnologicamente avançadas e escoamento da mão-de-obra qualificada para o exterior;</p> <p>Disfuncionalidades no sistema logístico e económico decorrentes da atual dispersão e fragmentação das atividades económicas na Região de Lisboa e dos incremento dos custos de contexto;</p> <p>Diminuição do potencial atrativo e quebra de cadeias de valor emergentes, devido ao contexto financeiro e económico desfavorável</p> <p>Estagnação do investimento na logística e transportes, em vertentes estratégicas para a internacionalização e para organização e funcionamento do sistema urbano.</p> <p>Aeroporto da Portela com problemas de capacidade para responder aos aumentos de tráfego expectáveis;</p> <p>Dificuldades de conciliação do crescimento do Porto de Lisboa na Margem Norte com a sua inserção urbana;</p>

<p>atrativa</p> <p>Educação, Emprego e Empreendedorismo</p> <p>Captação de atividades e serviços que valorizem a sua localização em regiões com ambientes culturais e criativos e com mão-de-obra qualificada;</p> <p>Desenvolvimento de projetos estruturantes ou inovadores com impacto no emprego e na economia regional e nacional;</p> <p>Criação de emprego nos domínios da Economia Azul com potencial de absorção de mão-de-obra de setores em declínio</p> <p>Elevada mobilidade dos diversos atores sociais no espaço europeu, em especial no domínio do ensino e investigação;</p> <p>Fomento do empreendedorismo no contexto da mobilidade laboral e do incentivo a setores emergentes</p> <p>Meios Criativos e Indústrias Culturais</p> <p>Emergência e crescimento sustentado de uma economia do conhecimento, suportada na cultura, onde o segmento das indústrias culturais e criativas desempenha um papel preponderante (<i>cluster</i> centrado nas indústrias criativas);</p> <p>Existência de um ambiente cosmopolita e de massa crítica com capacidade de atração de atividades que associem valorização do património, criação artística e cultural, lazer, turismo e vivências urbanas;</p> <p>Aproveitamento de elementos históricos e culturais para a criação de marcas (Fado, Pessoa, Oceanos,...)</p> <p>Crescimento do turismo cultural, em especial o segmento do turismo criativo com foco no turista e nas experiências culturais genuínas</p>	<p>Incapacidade das empresas para investir e falta de incentivos fiscais atrativos</p> <p>Educação, Emprego e Empreendedorismo</p> <p>Alteração das condições de trabalho face ao atual contexto socioeconómico de crise e procura por mão-de-obra mais “barata” e consequentemente menos qualificada;</p> <p>Persistência de segmentos da população com baixos níveis de educação e formação</p> <p>Elevadas taxas de desemprego e dificuldade de (re) integração no mercado de trabalho</p> <p>Fuga de quadros técnicos superiores;</p> <p>Meios Criativos e Indústrias Culturais</p> <p>Encerramento de equipamentos culturais e degradação associada decorrente da conjuntura de constrangimentos orçamentais, particularmente dos municípios;</p> <p>Dificuldades de financiamento das redes culturais de programação e distribuição;</p> <p>Falta de conhecimento sistematizado sobre as indústrias culturais e criativas, nomeadamente distribuição geográfica e peso real na economia</p> <p>Predominância de uma visão individualizada dos projetos e falta de sensibilidade para o funcionamento em redes com maior sustentabilidade económica</p>
---	--

Crescimento Sustentável

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Recursos, Serviços Ambientais e Riscos</p> <p>Elevados níveis de biodiversidade e presença de recursos naturais e paisagísticos de grande qualidade e diversidade, designadamente o mar, a orla costeira atlântica, os estuários do Tejo e Sado, os aquíferos e as áreas naturais protegidas das serras da Arrábida e Sintra</p> <p>Existência de vastas áreas com usos agrícolas, florestais e silvestres, fundamentais para a produção primária e para a qualificação ambiental e paisagística, bem como para o desafogo e segmentação das áreas urbanizadas.</p> <p>Elevados níveis de cobertura das populações no que se refere ao abastecimento de água, drenagem de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos urbanos, bem como boa regulação dos sistemas em alta</p> <p>Existência de amenidades climáticas atrativas para a fixação. das atividades humanas</p> <p>Existência de instrumentos de ordenamento promotores de uma proteção mais eficaz das zonas ecologicamente mais sensíveis.</p> <p>Economia de Baixo Carbono</p> <p>Potenciais energéticos endógenos significativos para a produção de energia a partir de fontes renováveis (solar, eólica, das ondas, biomassa florestal e agrícola e biogás) e de desenvolvimento da microgeração.</p> <p>Crescente otimização dos modelos de iluminação pública e da gestão energética dos edifícios públicos, serviços, indústria e transportes.</p> <p>Boa centralidade no acesso às redes de transporte e de distribuição de gás natural e de energia elétrica.</p> <p>Crescente investimento na aquisição de transportes coletivos movidos a eletricidade e a gás natural, em redes cicláveis e na e em de parques de estacionamento com sistemas de</p>	<p>Recursos, Serviços Ambientais e Riscos</p> <p>Elevado nível de poluentes atmosféricos, em determinados pontos de áreas urbanas, em particular associados à emissão de partículas pela circulação rodoviária.</p> <p>Subsistência de passivos ambientais ainda com alguma expressão (sobretudo solos contaminados e salinizados, e áreas críticas).</p> <p>Produção de resíduos ainda superiores às metas estabelecidas no PERSU II, elevada quantidade de resíduos urbanos depositados em aterro e fraca reutilização de águas residuais para usos urbanos não potáveis</p> <p>Existência de situações de risco real, decorrentes da exposição e vulnerabilidade de pessoas e bens em áreas perigosas, mormente construção em leitos de cheia e áreas de instabilidade de vertentes.</p> <p>Dispersão urbana e fracionamento de corredores ecológicos e ecossistemas.</p> <p>Economia de Baixo Carbono</p> <p>Elevada dependência energética do exterior sustentada nos combustíveis fósseis ou na eletricidade gerada com base nestes.</p> <p>Défice de articulação entre os sistemas de transportes e uma ocupação urbana muito dispersa e fragmentada, que retira eficácia ao transporte coletivo</p> <p>Desarticulação dos meios de transporte coletivo, fraca intermodalidade e excessivo recurso ao transporte individual</p> <p>Falta de cultura energética e ambiental, em particular nos setores da construção e da indústria, com consequências na baixa eficiência energética do edificado público e privado e das atividades económicas</p> <p>Inexistência de um Plano de Mobilidade Sustentável para a AML</p>

<p>recarga de veículos elétricos (em Lisboa).</p> <p>Rede de transportes coletivos com investimentos significativos na cobertura e prestação de serviços, nomeadamente, expansão de redes, renovação de frotas, sistemas de informação e bilhética</p> <p>Regeneração Urbana</p> <p>Tendência de aumento do investimento na reabilitação urbana relativamente à construção de novas edificações.</p> <p>Elevados investimentos ao longo das últimas décadas na qualificação urbana com melhorias significativas na qualidade do ambiente urbano, na dotação de equipamentos de proximidade, no espaço público e nas infraestruturas viárias.</p> <p>Sistema urbano regional crescentemente policêntrico, definido por uma rede de aglomerações com relevância populacional e funcional e servidas por sistemas de transporte em sítio próprio.</p> <p>Existência de inúmeras áreas urbanas com notabilidade patrimonial, histórica, cultural, arquitetónica e paisagística, com grande singularidade e atratividade.</p>	<p>Regeneração Urbana</p> <p>Elevado número de fogos vagos, nomeadamente nas áreas urbanas centrais das aglomerações urbanas estruturadoras.</p> <p>Insuficiências nas abordagens urbanas integradas desenvolvidas nos últimos anos, nomeadamente na articulação das dimensões física-social-económica e na conjugação dos instrumentos financeiros comunitários.</p> <p>Existência de áreas urbanas críticas, caracterizadas pela coexistência de graves problemas sociais e urbanísticos (áreas históricas, bairros sociais, urbanizações periféricas).</p> <p>Perda de vitalidade social e económica dos centros históricos e das áreas urbanas centrais das aglomerações urbanas estruturadoras da Região.</p> <p>Território estruturado por um sistema urbano distendido e assimétrico com extensas áreas de desenvolvimento recente caracterizadas por povoamento fragmentado e disperso de baixa densidade.</p>
<p>Oportunidades</p>	<p>Ameaças</p>
<p>Recursos, Serviços Ambientais e Riscos</p> <p>Maior preocupação e consciencialização ao nível nacional e internacional para os riscos associados a fenómenos naturais potenciados pelas alterações climáticas.</p> <p>Aproveitamento dos vastos recursos paisagísticos e ambientais para fomentar vivências e práticas de ar livre e atrair fluxos de lazer e turismo, afirmando a Região como um “Destino Verde”.</p> <p>Potencial produtivo do solo para culturas agrícolas, associando rendimento, minimização de riscos, novas vivências urbanas e recreação e lazer.</p> <p>Crescentes procuras de produtos “naturais/biológicos”, matérias-primas alternativas e materiais reciclados</p>	<p>Recursos, Serviços Ambientais e Riscos</p> <p>Conflitualidade de ocupações e usos, com forte pressão sobre áreas fundamentais para o funcionamento dos sistemas ecológicos, prestação de serviços ambientais, prevenção e minimização de riscos, e aproveitamento produtivo do solo.</p> <p>Incremento das vulnerabilidades, perigosidades e riscos ambientais associados às alterações climáticas.</p> <p>Agravamento das pressões urbanísticas, materializada na ocupação de áreas vitais intersticiais e na interrupção e alteração dos corredores ecológicos, na urbanização fragmentada e na edificação dispersa e na alteração do uso de zonas ambiental e paisagisticamente preservadas</p> <p>Aumento descontrolado da atividade turística e de</p>

<p>Incremento da libertação de linhas de água e zonas de máxima permeabilização, recuperação dos leitos de cheia, associadas à constituição de estruturas ecológicas e de aproveitamento produtivo do solo</p> <p>.</p> <p>Elaboração de instrumentos de prevenção e minimização de riscos</p> <p>Economia de Baixo Carbono</p> <p>Melhoria da rede de transportes coletivos, alargando a cobertura da população e promovendo a intermodalidade e a utilização de modos suaves de transporte.</p> <p>Alteração do paradigma energético, possibilitando o surgimento de soluções inovadoras, mormente no setor dos transportes, potenciadoras da eficiência energética</p> <p>Promoção de medidas para implementação da eficiência energética no setor doméstico e dos serviços no quadro dos roteiros de baixo carbono e com vista à redução dos gases com efeito de estufa.</p> <p>Efeito dinamizador do aproveitamento do potencial endógeno e do aumento da eficiência energética na atividade económica e nos edifícios.</p> <p>Priorização política para a execução das principais medidas que compõem o ECO.AP – Programa Específico de Eficiência na Administração Pública.</p> <p>Regeneração Urbana</p> <p>Recente revalorização das áreas urbanas centrais e históricas, num contexto de retração do investimento em habitação própria e de aumento do arrendamento.</p> <p>Associação das políticas de dinamização económica do setor da construção civil e de dinamização do emprego com as políticas de reabilitação urbana.</p> <p>Capitalização dos investimentos realizados na regeneração urbana para dinamizar o investimento na reabilitação do edificado privado.</p> <p>Relevância dos instrumentos de apoio à eficiência energética para dinamizar a reabilitação urbana do</p>	<p>lazer e recreio, designadamente na faixa litoral e nas áreas rurais e florestais, promovendo o aumento da construção urbana e de infraestruturas em áreas sensíveis.</p> <p>Restrições orçamentais no domínio do ambiente, decorrentes da conjuntura socioeconómica, com consequente subvalorização dos parâmetros de qualidade ambiental.</p> <p>Problemas crescentes de poluição / salinização dos solos e dos recursos hídricos da Região.</p> <p>Economia de Baixo Carbono</p> <p>Restrições orçamentais com consequências no preço e no serviço de transporte coletivo prestado e na renovação das frotas menos eficientes</p> <p>Incumprimento das metas de redução das emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) e das metas relativas à penetração de fontes renováveis no setor dos transportes até 2020 (10%).</p> <p>Incapacidade financeira para promover a aplicação do Programa Específico de Eficiência na Administração Pública.</p> <p>Continuação do modelo de ocupação urbana extensivo</p> <p>Regeneração Urbana</p> <p>Incapacidade de investimento na reabilitação urbana no atual contexto económico e dificuldades de associação entre investimento público e privado.</p> <p>Crescente inoperacionalidade dos instrumentos públicos de apoio à reabilitação urbana do parque habitacional privado e não elegibilidade destas intervenções no âmbito dos fundos comunitários.</p> <p>Políticas sócio-urbanísticas inadequadas e desarticuladas, continuação da extensificação urbana e subaproveitamento dos ativos construídos</p> <p>Perda de vitalidade demográfica na AML com implicações no aumento de áreas urbanas em perda, com um aumento de fogos vagos e degradação do edificado.</p> <p>Alteração significativa no mercado imobiliário, sem criação em alguns grupos sociais de uma "cultura de proprietários", com implicações na falta de conservação e manutenção regular do edificado.</p>
---	--

<p>edificado privado, aumentando as condições de conforto habitacional e reduzindo o consumo energético.</p> <p>Existência de áreas industriais obsoletas ou em declínio com localizações de excelência para protagonizar novas dinâmicas económicas e ancorar projetos estruturantes do novo modelo económico regional.</p> <p>Desenvolvimento do conceito de estruturas ecológicas e de hortas urbanas, como elemento de gestão e de fruição do espaço público.</p>	<p>Degradação de áreas infraestruturadas e/ou alvo de investimentos para o desenvolvimento, devido a quebras da procura e alteração de expectativas, devido à conjuntura atual.</p> <p>Incremento da dificuldade de acesso ao mercado habitacional com um aumento das situações de sobreocupação de fogos ou de construção de habitações precárias, nomeadamente por parte de grupos socioeconómicos mais fragilizados.</p> <p>Ausência de uma governança mais assertiva e catalisadora de atuação colaborativa e em parceria</p>
---	---

Crescimento Inclusivo

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Demografia e Serviços de Proximidade</p> <p>Elevada concentração populacional e dinâmicas demográficas mais favoráveis que as médias nacionais.</p> <p>Relevante atratividade de população imigrante, concentrando aproximadamente metade da população estrangeira residente em Portugal, em 2011.</p> <p>Grande percentagem de população em idade escolar (entre os 6 e os 15 anos de idade) que frequenta o sistema de ensino.</p> <p>Inclusão e Inovação Social</p> <p>Crescente consolidação do Terceiro Setor no combate à pobreza e à exclusão social, com um aumento e diversificação das instituições.</p> <p>Aumento significativo na última década de projetos de combate à pobreza centrados na capacitação dos indivíduos e das suas organizações e de trabalho em rede entre as entidades prestadoras de serviços e as organizações de base local.</p> <p>Crescente valorização de projetos de mediação intercultural como forma de aproximação e integração de comunidades imigrantes e minorias étnicas.</p> <p>Crescente constatação da importância de</p>	<p>Demografia e Serviços de Proximidade</p> <p>Inversão da taxa de crescimento migratório, na última década, com a Região a revelar uma tendência negativa.</p> <p>Concentração de população envelhecida nos centros históricos e nas áreas centrais das principais aglomerações urbanas, com um expressivo aumento de idosos em situação de isolamento.</p> <p>Continuação do decréscimo da taxa bruta de natalidade, embora ligeiramente superior à média nacional, e tendência de estabilização da fecundidade.</p> <p>Debilidade na oferta de equipamentos de proximidade orientados para indivíduos com deficiência. para os idosos nas tipologias primordiais (centro de dia, centro de convívio e lar de idosos) e de apoio à primeira infância, designadamente, de creches.</p> <p>Reduzido investimento na área da saúde mental e das demências e na promoção de melhores condições de vida para este segmento da população em crescimento acelerado, bem como de apoio e formação aos cuidadores familiares.</p> <p>Inclusão e Inovação Social</p> <p>Concentração na Região de ¼ de população em</p>

<p>desenvolvimento de estratégias e respostas sociais de longo prazo no terreno, em detrimento de projetos temporalmente diminutos.</p>	<p>situação de elevada vulnerabilidade, nomeadamente, de beneficiários de RSI e de pensionistas, verificando-se um acréscimo dos beneficiários de RSI.</p> <p>Desenho de projetos sociais locais muito pressionado pelas necessidades de financiamento das organizações e pouco suportados em diagnósticos e orientados para as necessidades prioritárias dos indivíduos e das comunidades.</p> <p>Empobrecimento generalizado das famílias com impactes negativos assinaláveis nos padrões de qualidade de vida e situações de pobreza acentuada</p> <p>Dificuldades em superar abordagens assistencialistas no combate à pobreza e à exclusão social.</p> <p>Prevalência de uma baixa empregabilidade das pessoas deficientes, conferindo-lhes elevada dependência das prestações e apoios sociais.</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Demografia e Serviços de Proximidade</p> <p>Crescente consciencialização da necessidade de uma política integrada de estímulo à natalidade e renovação demográfica.</p> <p>Maior preocupação e sensibilização com o envelhecimento ativo.</p> <p>Célere mudança no perfil da população sénior exigindo uma readaptação das respostas sociais proporcionadas e dos equipamentos existentes.</p> <p>Crescente valorização dos serviços de proximidade que permitam manter os idosos nos seus quotidianos em detrimento da sua institucionalização.</p> <p>Inclusão e Inovação Social</p> <p>Crescente valorização da inovação social pela Comissão Europeia, nomeadamente, para o próximo ciclo de programação comunitária.</p> <p>Existência de boas práticas no acolhimento, integração e capacitação das comunidades imigrantes.</p> <p>Crescente consciencialização social e política do</p>	<p>Demografia e Serviços de Proximidade</p> <p>Elevado índice de envelhecimento e reduzida taxa bruta de natalidade com consequências no défice de renovação das gerações.</p> <p>Ausência de estratégias de apoio e incentivo à natalidade e de estímulo à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.</p> <p>Perda de atratividade da Região relativamente aos fluxos migratórios internacionais, agravado pela recente intensificação dos fluxos emigratórios de nacionais e a saída de estrangeiros</p> <p>Desestruturção das redes familiares tradicionais, conducente ao crescente isolamento dos idosos, ausência de convívio intergeracional e falta de proximidade entre idosos e os cuidadores familiares.</p> <p>Morosidade e complexidade na reconversão dos equipamentos e respostas sociais decorrentes de constrangimentos legais e burocráticos.</p> <p>Inclusão e Inovação Social</p> <p>Manutenção do contexto económico regressivo</p>

<p>papel do Terceiro Setor e das organizações de base local para suprimir carências dos grupos mais vulneráveis e trabalharem na capacitação de indivíduos e comunidades.</p> <p>Mobilização crescente da sociedade para a cidadania ativa e das empresas e das suas organizações para a sua responsabilidade social e para dinamizarem iniciativas de combate à pobreza e à exclusão e de inovação social</p> <p>Elevada heterogeneidade de novas iniciativas inovadoras no domínio do empreendedorismo social.</p> <p>Valorização do saber dos cidadãos seniores e sua transferência para gerações mais jovens</p>	<p>com um crescimento ou manutenção dos elevados níveis de desemprego, empobrecimento dos indivíduos e famílias e aumento das situações de rutura social.</p> <p>Grande fragilidade financeira das entidades do Terceiro Setor e das organizações de base local.</p> <p>Mudanças emergentes no perfil da pobreza em resultado da persistência das dinâmicas de desemprego e da redução dos instrumentos de proteção social.</p> <p>Predomínio de um tecido empresarial orientado exclusivamente para fins económicos, com ausência de políticas internas de valorização da responsabilidade social e da promoção da conciliação entre a vida pessoal e profissional dos trabalhadores.</p> <p>Contexto macroeconómico extremamente adverso para o desenvolvimento de iniciativas de apoio à empregabilidade com possíveis efeitos dissuasores na mobilização futura de indivíduos em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Aumento da incidência de problemas de saúde mental</p> <p>Ausência de um olhar transversal nas áreas-chave que concorrem para o desenvolvimento social (saúde, habitação, educação, emprego,...)</p>
--	--

Capacitação Regional

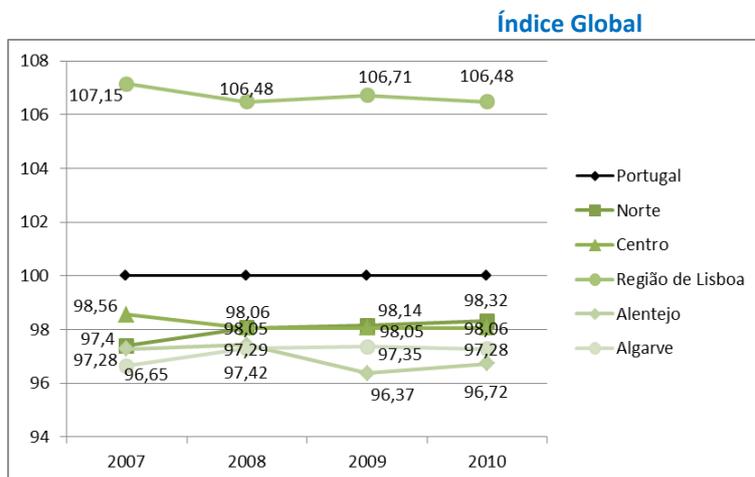
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Concentração territorial de instituições públicas e privadas e de atores relevantes para o desenvolvimento regional.</p> <p>Existência de referenciais estratégicos e de instrumentos de planeamento orientadores da decisão e ação no território da região.</p> <p>Existência de mobilização para novas formas organizativas e novos processos de gestão.</p> <p>Concentração de infraestruturas e de recursos potenciadores da integração da região em redes de decisão e gestão nacionais e internacionais.</p> <p>Existência de ativos territoriais, humanos e tecnológicos em áreas estratégicas de inovação e</p>	<p>Complexidade institucional da região metropolitana, associada à concentração de pessoas, atividades e entidades.</p> <p>Dispersão de centros de decisão e de controlo públicos e disfuncionalidades administrativas e judiciárias.</p> <p>Lacunas de informação e conhecimento sobre o território e os seus recursos e fortes ineficiências de partilha e gestão integrada da informação.</p> <p>Falta de instrumentos e mecanismos de promoção da sinergia de meios públicos e privados e incapacidade de convergência de iniciativas mistas no espaço e no tempo.</p>

desenvolvimento a nível internacional.	<p>Insuficiência de processos de decisão colaborativos e escassez de parcerias públicas e público/privadas centradas na configuração e execução de projetos com forte transversalidade</p> <p>Fraca cultura cívica de envolvimento da população nas decisões sobre a formulação e implementação de políticas públicas e o desenvolvimento de projetos estruturantes.</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Afirmação de Lisboa como capital Euro-atlântica, aproveitando as relações com os PALOP e com o Brasil no quadro de relevância do Atlântico sul</p> <p>Novo ciclo de programação de fundos, mobilizador dos atores em torno das linhas estratégicas e das apostas estruturantes do investimento regional.</p> <p>Articulação do processo de planeamento territorial estratégico e da gestão do programa operacional, num quadro de gestão estratégica da região.</p> <p>Disponibilidade crescente das instituições públicas e do terceiro setor para estabelecerem parcerias e desenvolverem um trabalho concertado e estruturado.</p> <p>Aposta na promoção ativa e seletiva da capacitação das instituições e dos agentes regionais, focada nas debilidades estruturais e nas vantagens de especialização da região</p>	<p>Fraca autonomia e inibição da ação das instituições regionais ligada à proximidade espacial e à sobreposição de campos de atuação com as instituições de nível nacional.</p> <p>Sobreposição e redundância institucional e indefinição de um quadro lógico e compreensível de responsabilidades partilhadas.</p> <p>Desvalorização dos processos de planeamento e gestão estratégica da região e persistência de debilidades nos processos de parceria para o desenvolvimento de projetos plurifundo e multinível.</p> <p>Incapacidade de mobilização de agentes e cidadãos para políticas e projetos de investimento transversais e de longo termo.</p> <p>Falta de uma política integrada de informação geográfica do território e das suas variáveis de desenvolvimento</p> <p>Manutenção da exclusão de parte significativa da população dos processos de decisão sobre políticas públicas e continuação da fraca cultura cívica sobre ordenamento e desenvolvimento territorial</p>

Anexos

1.1. Sistemas Produtivos e Especialização Inteligente

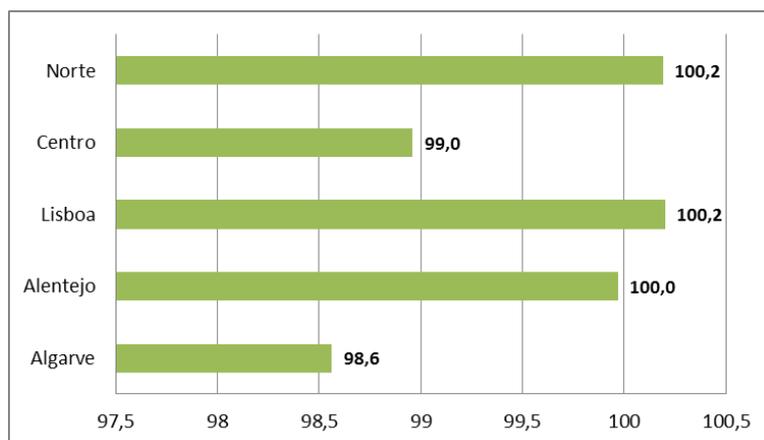
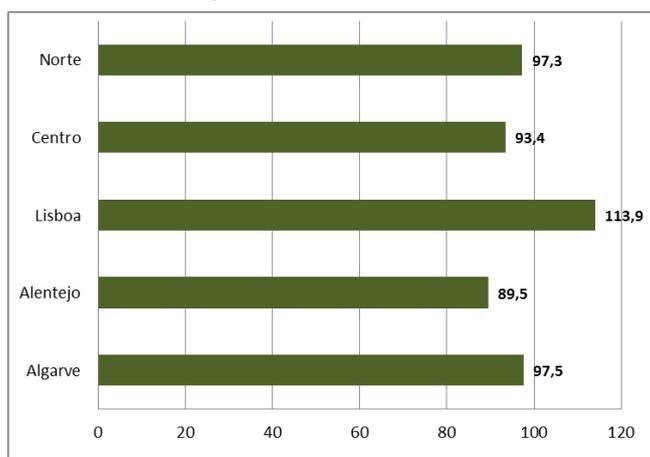
Figura 1 - Índice Desenvolvimento Regional - Portugal = 100



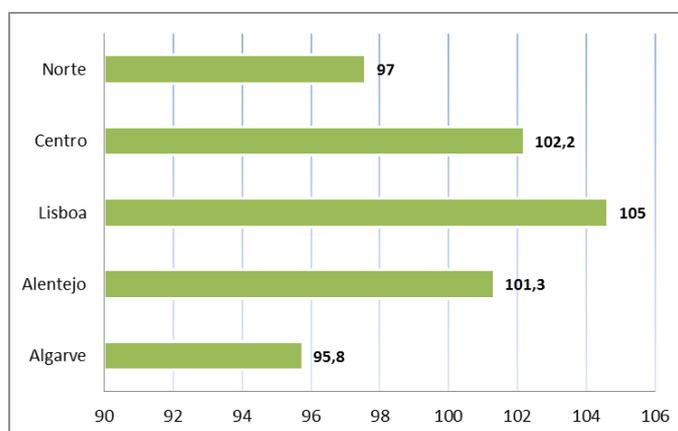
Competitividade

Índice desagregado (2009) Portugal = 100

Qualidade ambiental

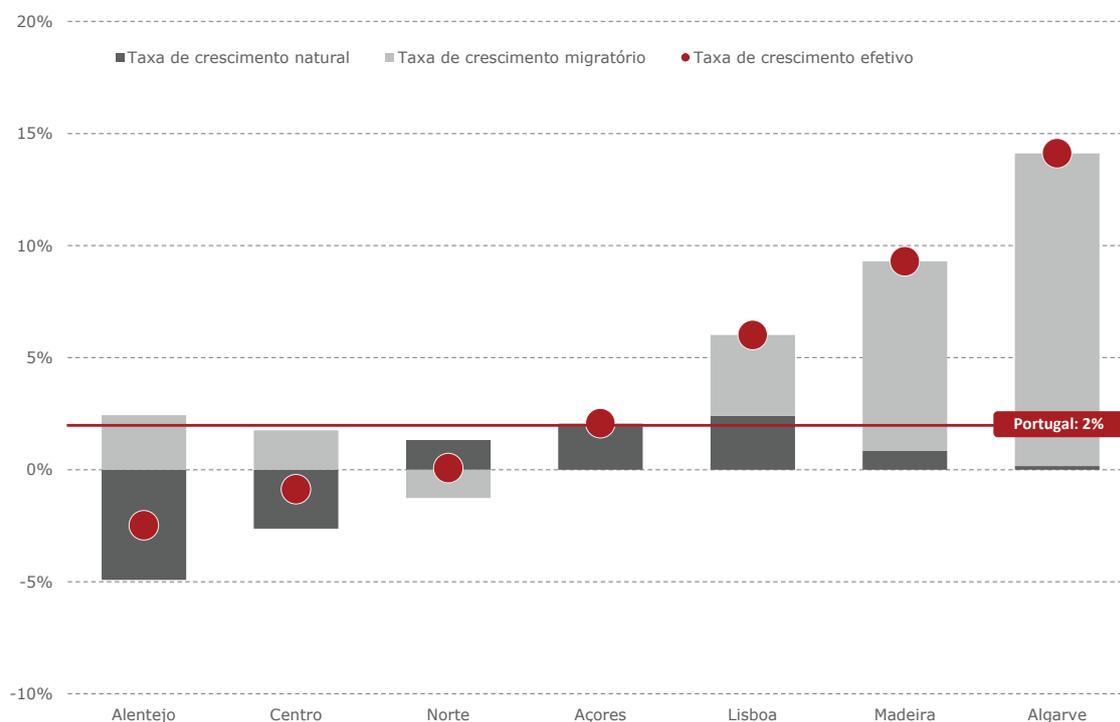


Coesão



Fonte: INE, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

Figura 2 – Taxa de crescimento natural, migratório e efetivo | 2001-2011 Regiões NUTS II



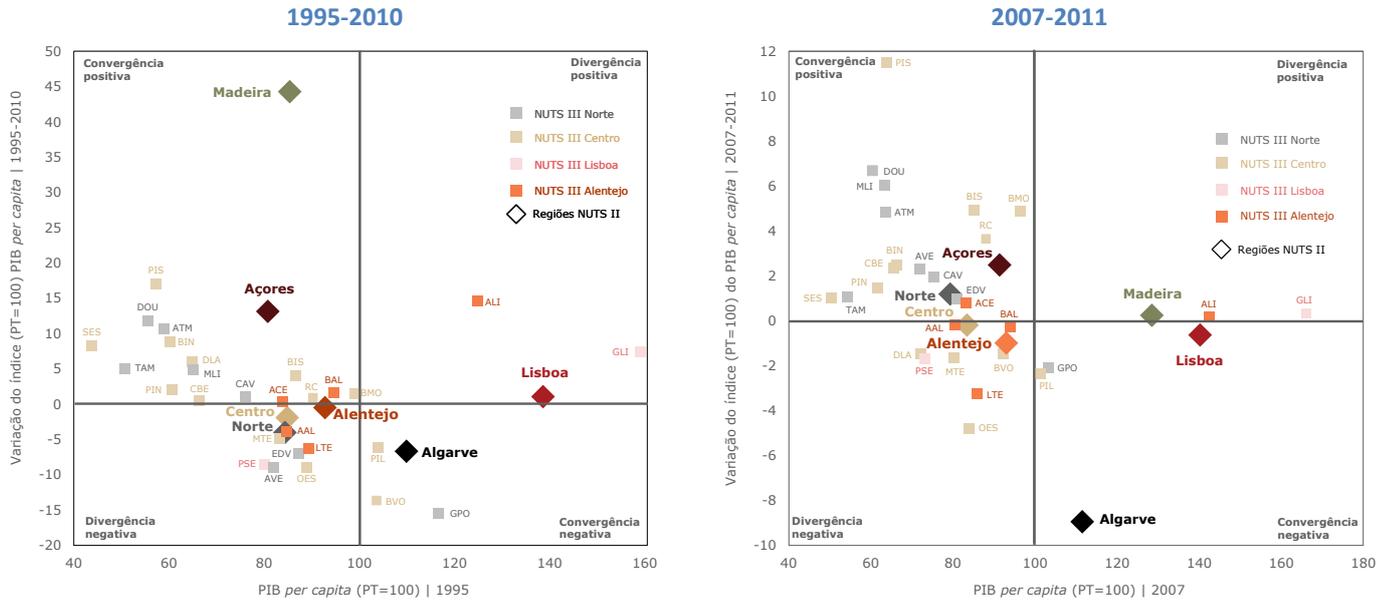
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Figura 3 - Grandes números da Região de Lisboa na economia nacional

	Portugal	Região Lisboa
População residente (milhares pessoas em 2011)	10.562	2.821
Produção empresarial (milhões euros em 2010-dados provisórios)	243.590	115.672
VAB (milhões euros em 2011)	149.268	55.483
Pessoal ao serviço (milhares em 2010)	3.843	1.369
Exportações (milhões euros em 2011)	42.870	14.168
PIB pc (PT=100) em 2011 (dados provisórios)	100	139,6
Produtividade (VAB/População empregada, milhares de euros em 2010)	30,7	38,7
Grau de transformação (VAB/Produção, % em 2009)	47,8	45,9
Orientação exportadora (Exportações/PIB (Base 2006), % em 2011)	25,1	22,3

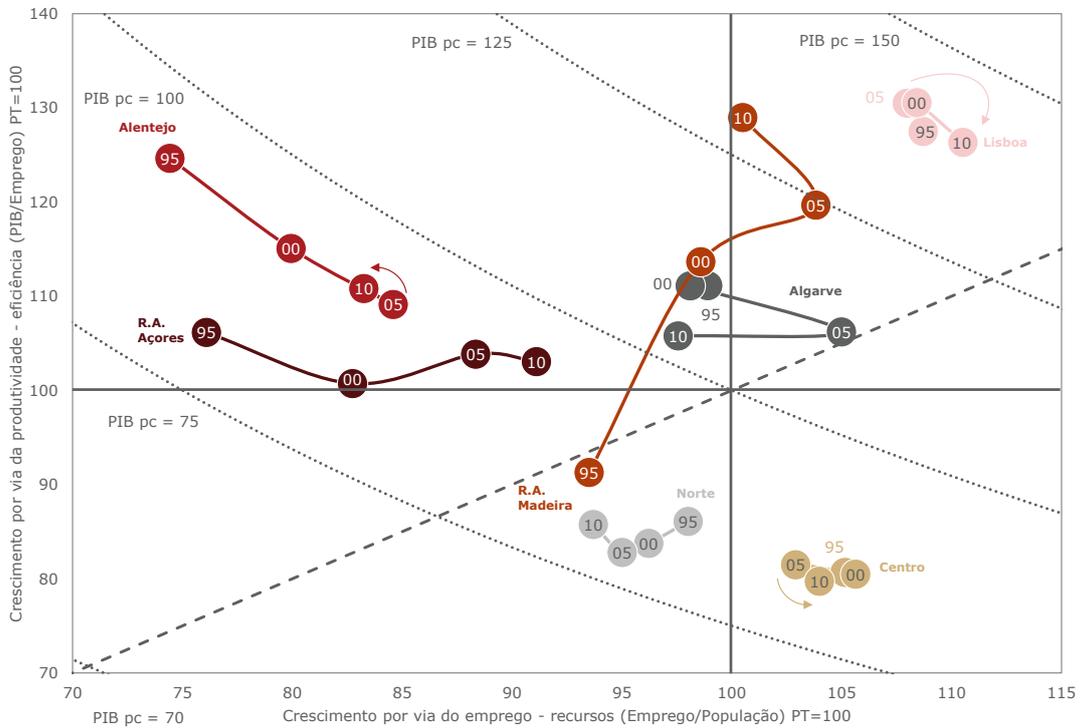
Fonte: INE, Censos (dados provisórios 2011), Sistema de Contas Integradas das Empresas, Contas Económicas Regionais (Base 2006), Estatísticas do Comércio Internacional de Bens, Contas Regionais e Estimativas Anuais da População Residente, DCN - Contas Regionais, Observatório da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Figura 4 – Crescimento Económico – PIB per capita



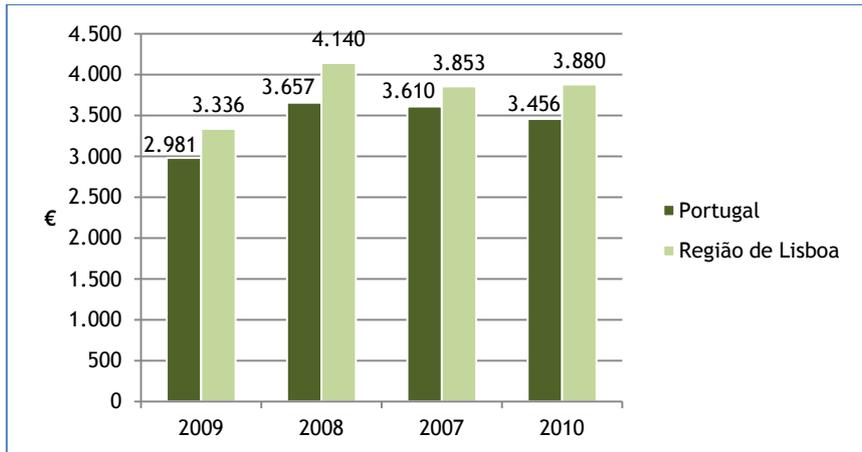
Fonte: INE, Contas Económicas Regionais

Figura 5 – Decomposição do PIB per capita: Trajetórias de convergência por via da produtividade e trajetória de convergência por via do emprego (recursos) | 1995-2010



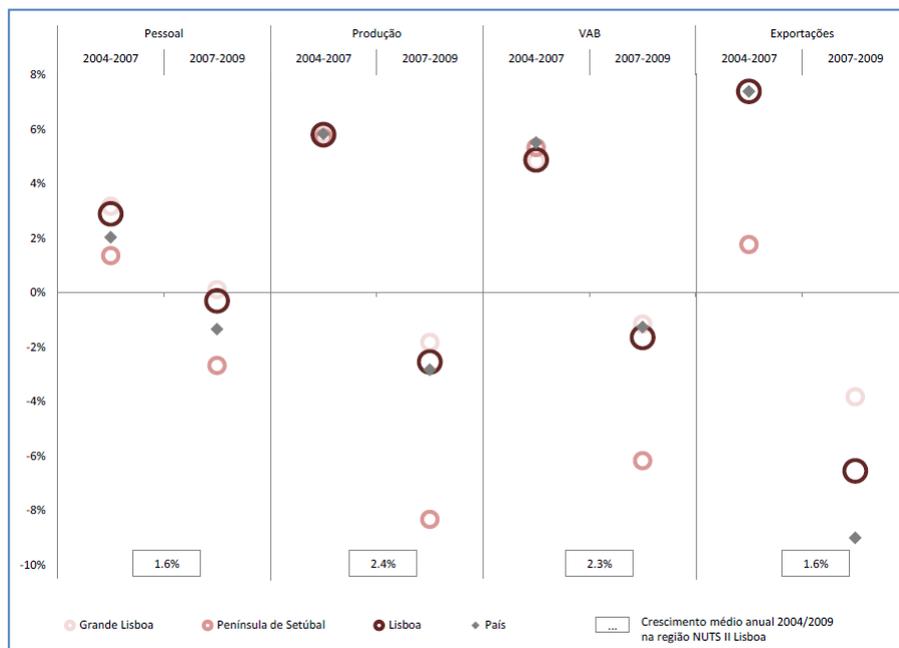
Fonte: INE, Contas Económicas Regionais

Figura 6 - Evolução das Exportações de bens *per capita* (€)



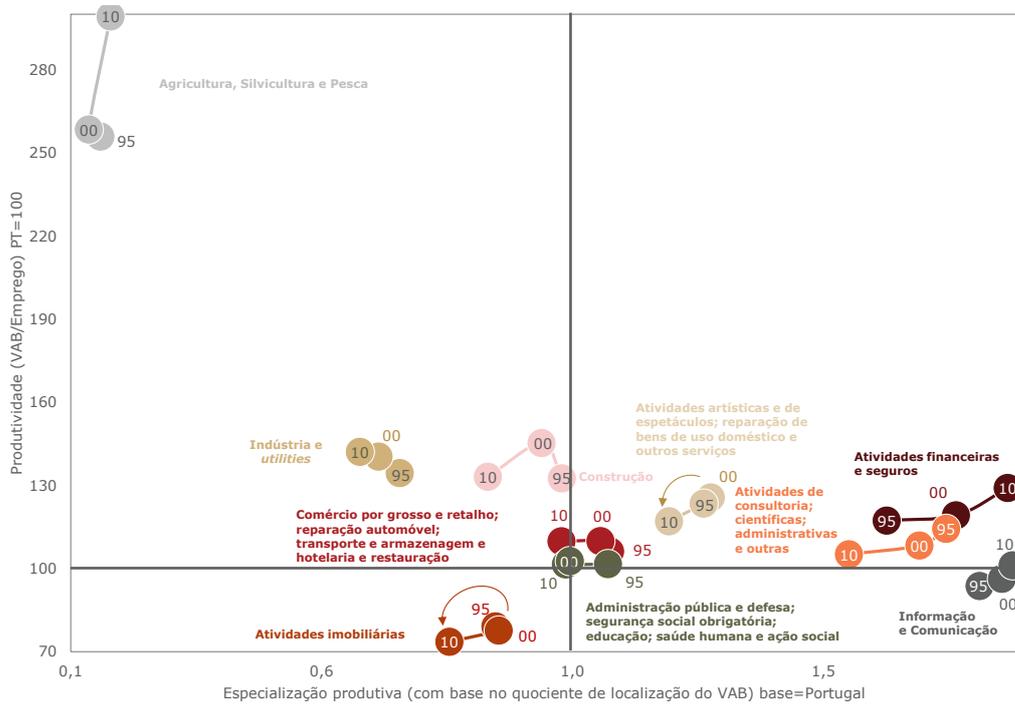
Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

Figura 7 - Dinâmica da Região de Lisboa - variação média anual



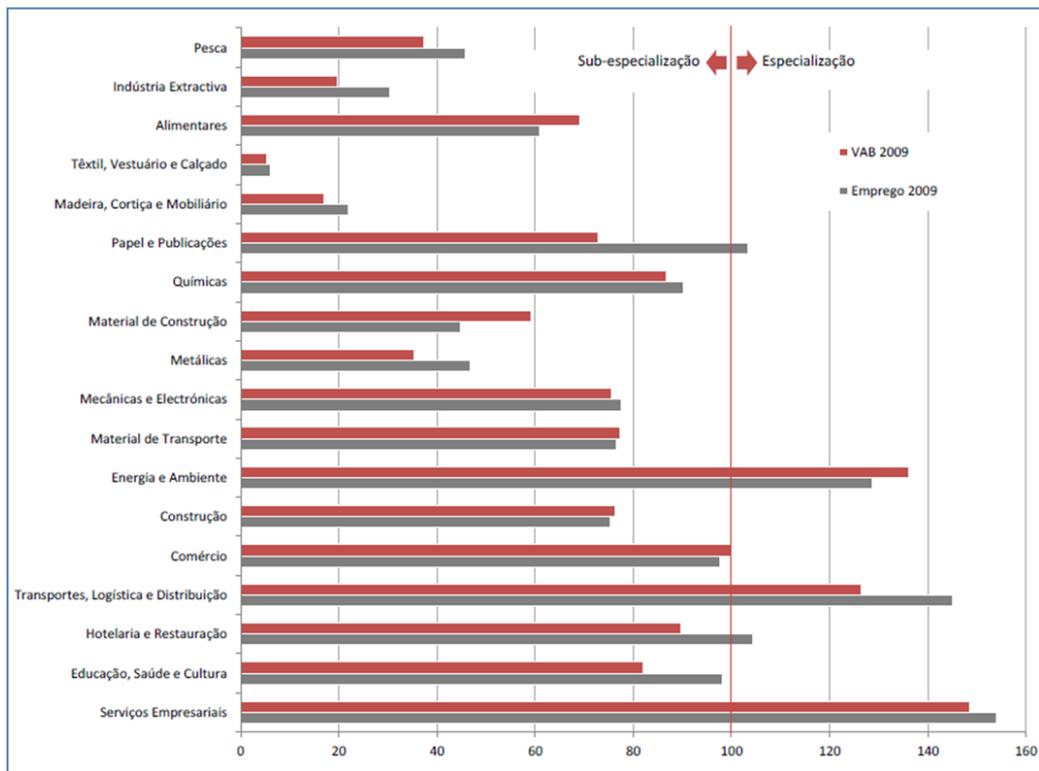
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, Contas Económicas Regionais (Base 2006),

Figura 8 - Especialização da Região de Lisboa VAB, 1995-2010



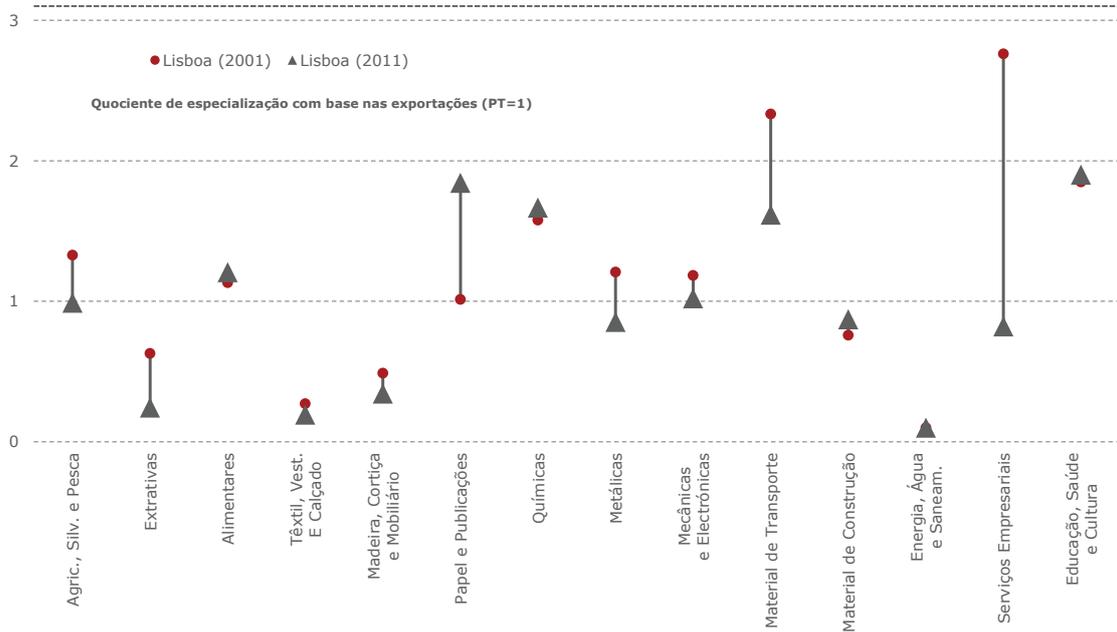
Fonte: INE, Contas Regionais

Figura 9 - Especialização da Região de Lisboa em termos de VAB e pessoal ao serviço (2009)



Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

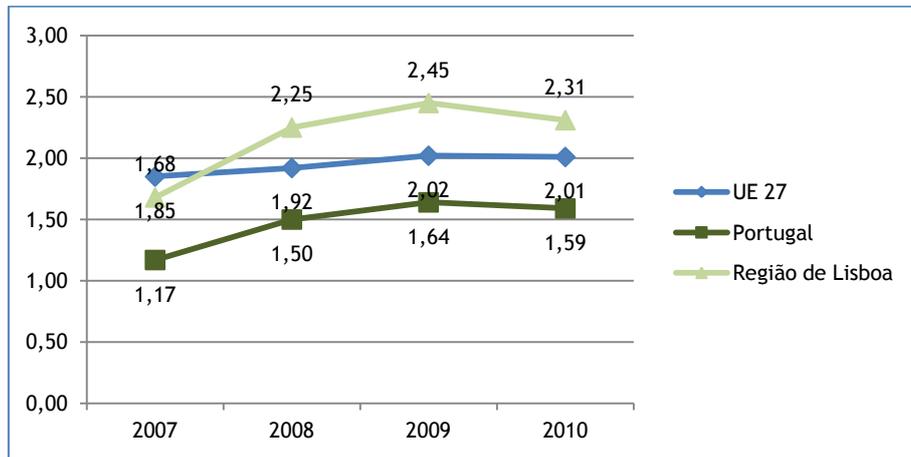
Figura 10 - Especialização regional das exportações de produtos 2001 e 2011



Nota: com base no valor das exportações, por produtos, com correspondência para a CAE (Código das Atividades Económicas)

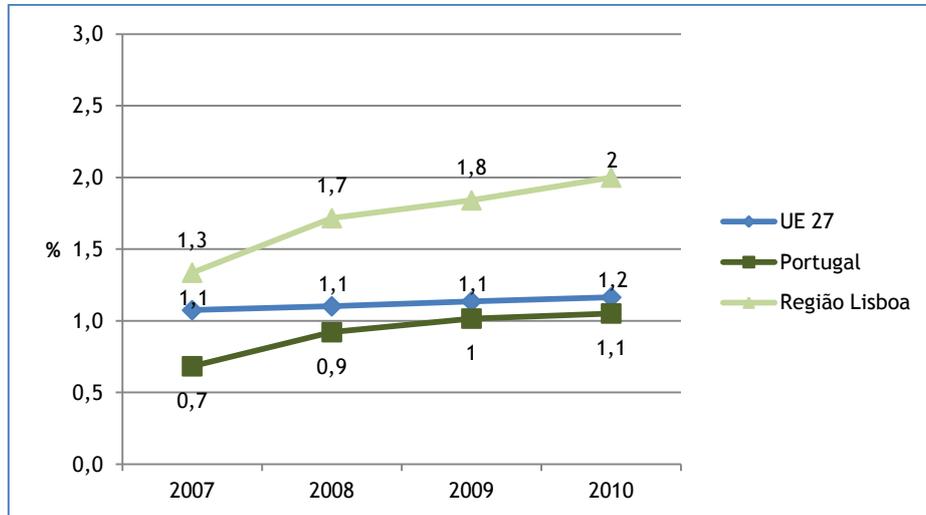
Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional

Figura 11 - Despesas em I&D em % do PIB



Fonte: Eurostat

Figura 12 – Rácio entre empregados em atividades de I&D das instituições e empresas face ao emprego total



Fonte: Eurostat

Figura 13 - Alojamento e dormidas

	Portugal			Região de Lisboa		
	2009	2011	Variação (%)	2009	2011	Variação (%)
Capacidade de alojamento turísticos (Nº de camas)	273.804	289.107	5,6	52.041	54.912	5,5
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (Nº)	36.457.069	39.440.315	8,2	7.905.937	9.027.432	14,2
Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	50,1	53	2,9	61,8	64	2,2

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Figura 14 - Transporte de mercadorias e passageiros nos portos, aeroportos e ferrovia

	2007						2011						Variação 2007/2011 (%)					
	Portos		Aeroportos		Ferrovia		Portos		Aeroportos		Ferrovia		Portos		Aeroportos		Ferrovia	
	Mercadorias t	Passageiros Nº	Carga e correio - t	Passageiros Nº	Mercadorias t	Passageiros Nº	Mercadorias t	Passageiros Nº	Carga e correio - t	Passageiros Nº	Mercadorias t	Passageiros Nº	Mercadorias t	Passageiros Nº	Carga e correio	Passageiros	Mercadorias t	Passageiros Nº
Continente	63.936.894	31.963	127.766	22.557.883	9.653.530	130.092	63.649.548	49.841	131.926	26.304.144	9.031.547	148.942	-0,4	55,9	3,3	16,6	-6,4	14,5
Região de Lisboa	18.762.319	31.710	94.489	13.239.312	3.380.508	100.136	17.930.630	49.364	104.779	14.787.393	2.407.680	114.450	-4,4	55,7	10,9	11,7	-28,8	14,3

Fonte: INE, Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Mercadorias, Inquérito aos Aeroportos e Aeródromos, Anuário Estatístico da Região Lisboa

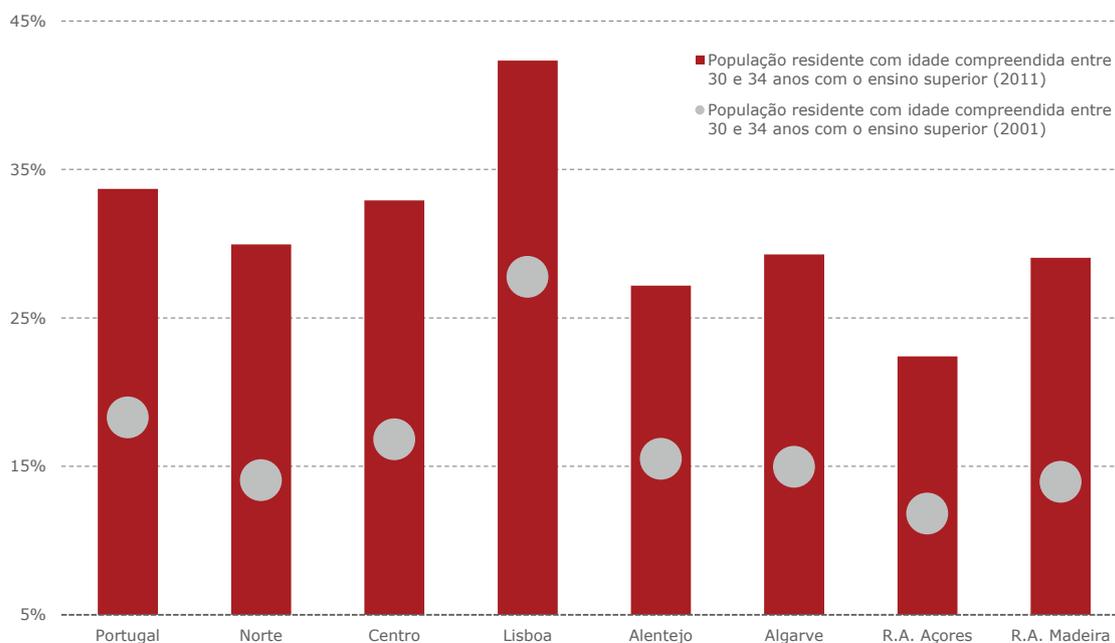
1.2. Capital Humano, Emprego e Empreendedorismo

Figura 15 - População por nível de escolaridade completo

	Região de Lisboa						Portugal					
	Nenhum	Básico - 1º Ciclo	Básico - 2º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário	Superior	Nenhum	Básico - 1º Ciclo	Básico - 2º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário	Superior
População residente por nível de escolaridade mais elevado completo (%) -	16,8	20,8	11,3	17,3	16,3	16,5	18,9	25,5	13,4	16,3	13,4	11,8
População activa por nível de escolaridade mais elevado completo (%) -	2,1	13,4	12,1	23,0	23,9	25,3	3,7	19,7	15,5	22,8	20,2	18,1
População empregada por nível de escolaridade mais elevado completo (%) -	1,3	10,6	5,9	12,3	19,5	25,6	1,1	15,4	10,6	14,1	17,4	19,2

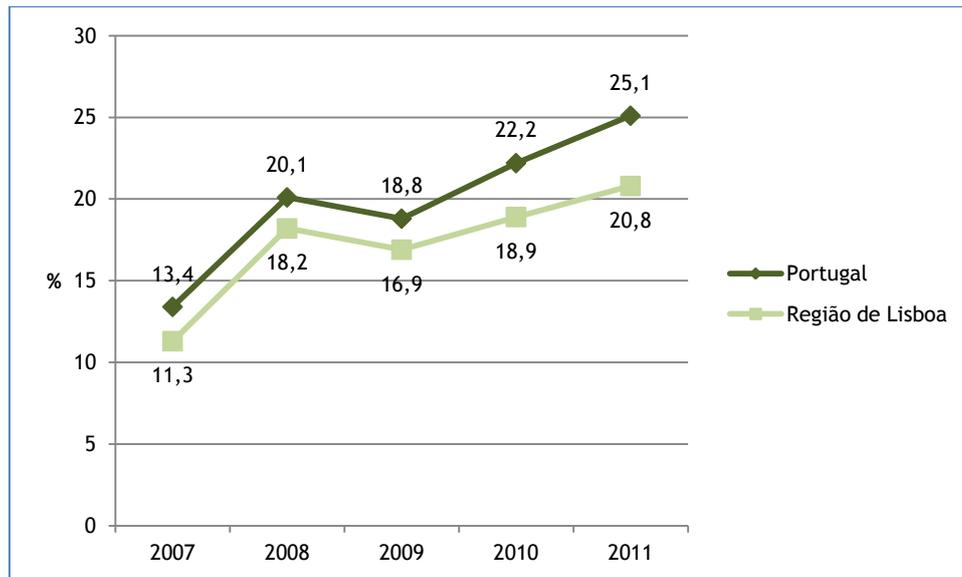
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, Inquérito ao emprego

Figura 16 - Proporção da população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos, 2001 e 2011



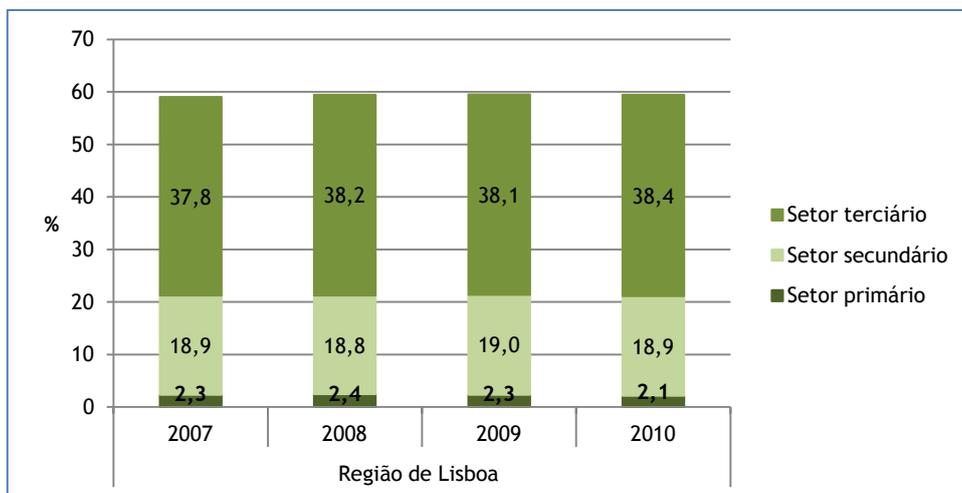
Fonte: INE

Figura 17 - Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário regular (%)



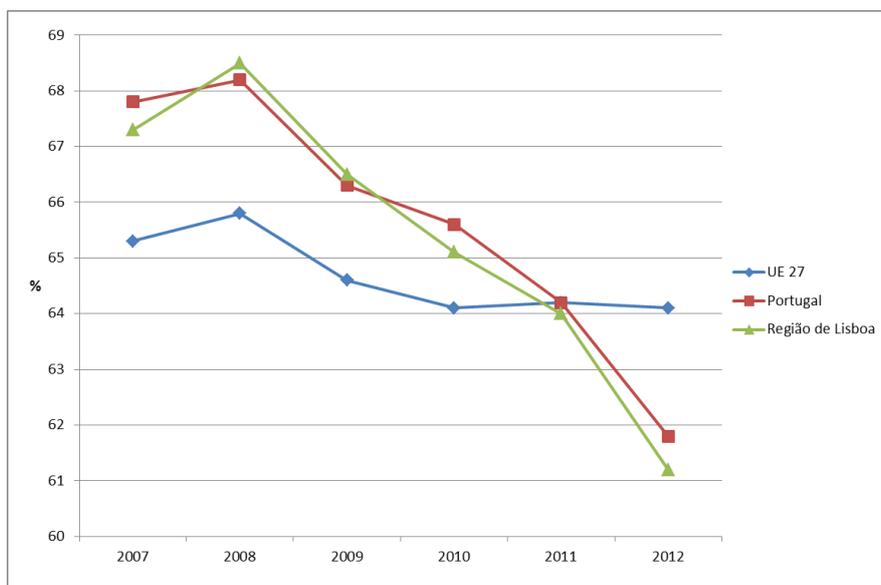
Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

Figura 18 - População empregada por setor de atividade (em % do total nacional)



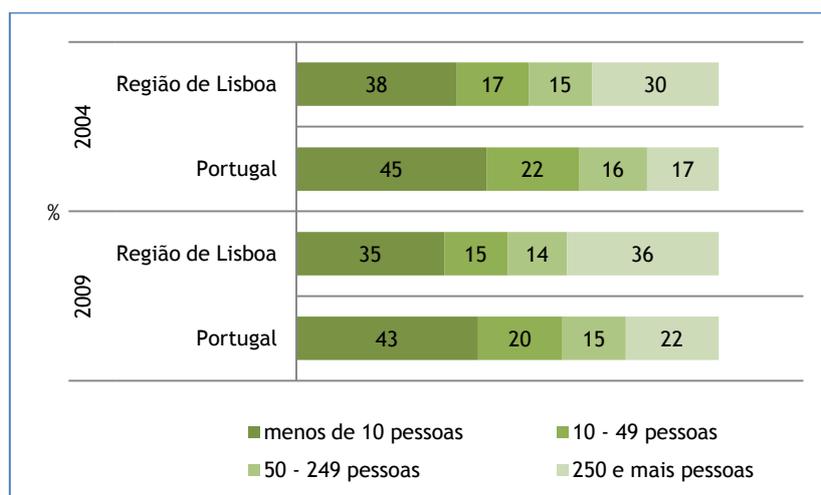
Fonte: Fonte: INE, Contas Regionais

Figura 19 – Taxa de Emprego



Fonte: EUROSTAT

Figura 20 - Proporção de população empregada por dimensão empresarial



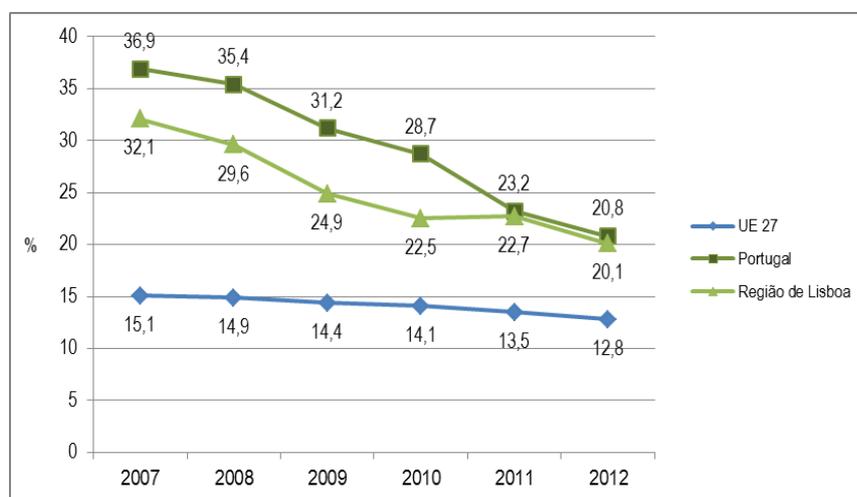
Fonte: Ministério da Economia, Quadros de Pessoal

Figura 21 - População empregada segundo a profissão principal, 2011

Profissão	Portugal		Região de Lisboa		
	(milhares)	%	(milhares)	%	% face ao total nacional
População empregada (total)	4 837,0	100	1.233,4	100	25
Quadros superiores (Administração pública e empresas)	299,8	6,2	82,8	6,7	27,6
Especialistas Profissões científicas e intelectuais	689,0	14,2	256,8	20,8	37,3
Quadros médios (profissionais de nível intermédio)	423,4	8,8	120,4	9,8	28,4
Pessoal administrativo e similares	400,1	8,3	153,3	12,4	38,3
Pessoal dos Serviços e vendedores	785,7	16,2	225,6	18,3	28,7
Restantes trabalhadores qualificados e forças armadas	1671,4	34,6	228,8	18,6	13,7
Trabalhadores não qualificados	567,6	11,7	165,5	13,4	29,2

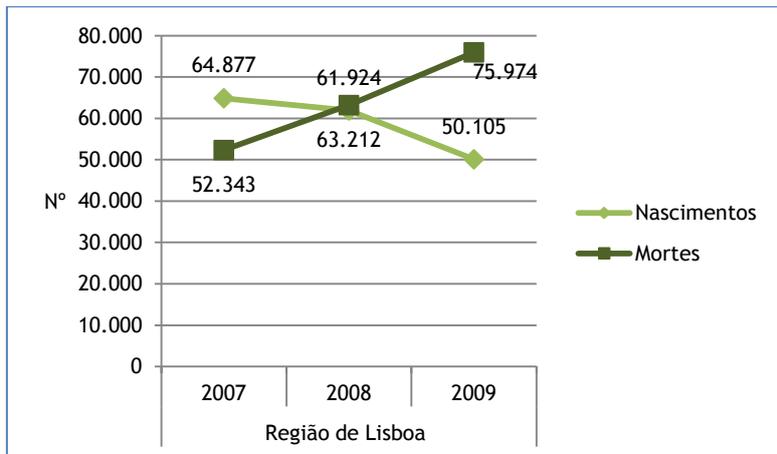
Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 4º trimestre de 2011

Figura 22 - Taxa de abandono precoce de educação e formação (%)



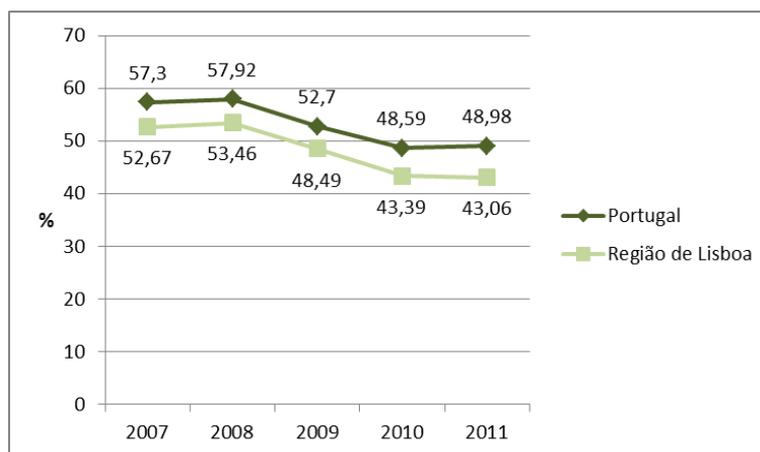
Fonte: INE - Inquérito ao Emprego, Eurostat

Figura 23 - Nascimento e mortes das empresas



Fonte: INE, Demografia das Empresas

Figura 24 - Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes



Fonte: INE - Demografia das Empresas

Figura 25 - Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia



Fonte: INE, Demografia das Empresas

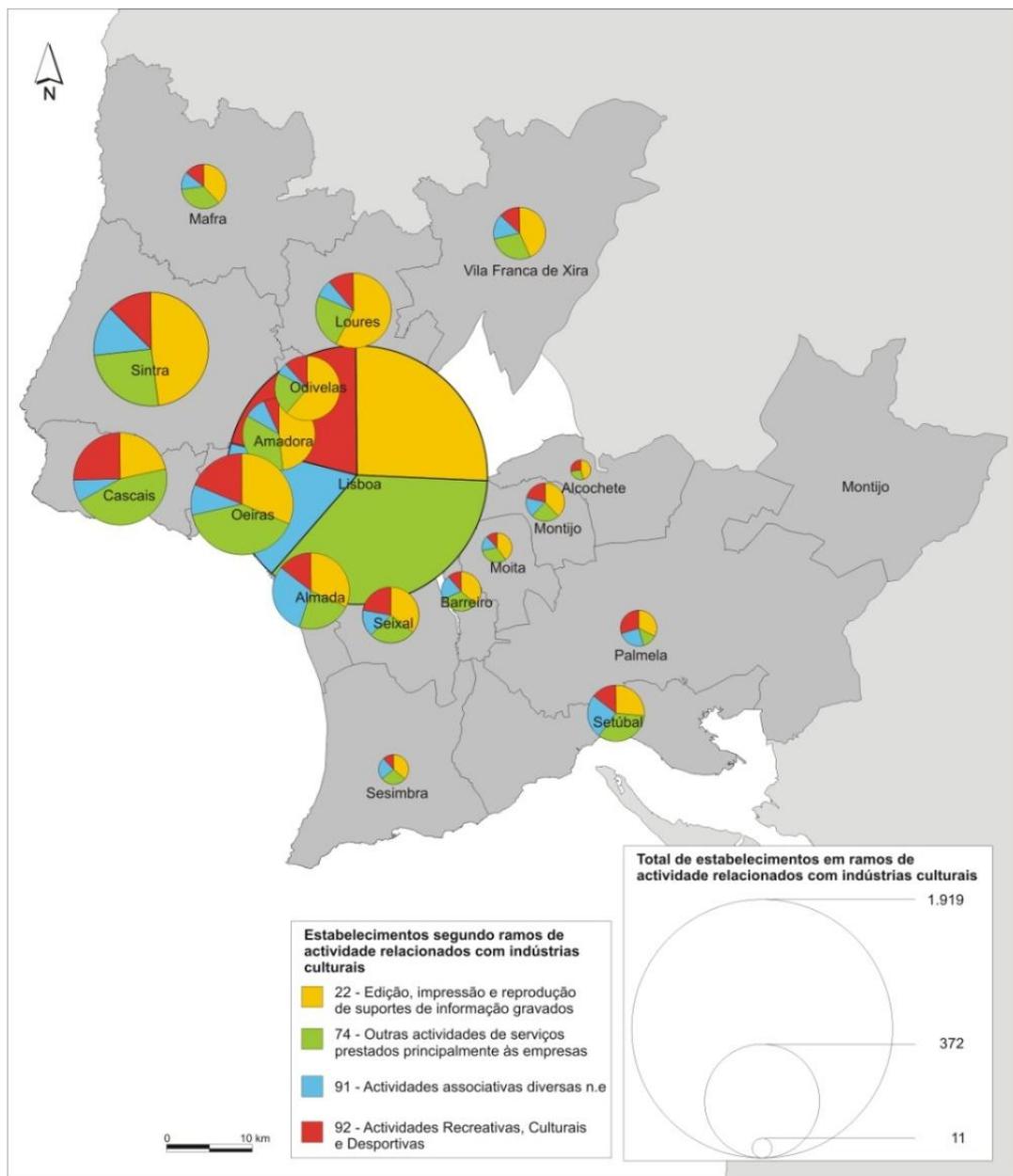
1.3. Meios Criativos e Indústrias Culturais

Figura 26 - População residente com nacionalidade estrangeira, 2011

	Total N°	Estrangeira N°
Portugal	10.562.178	359.969
Região de Lisboa	2.821.876	188.391

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

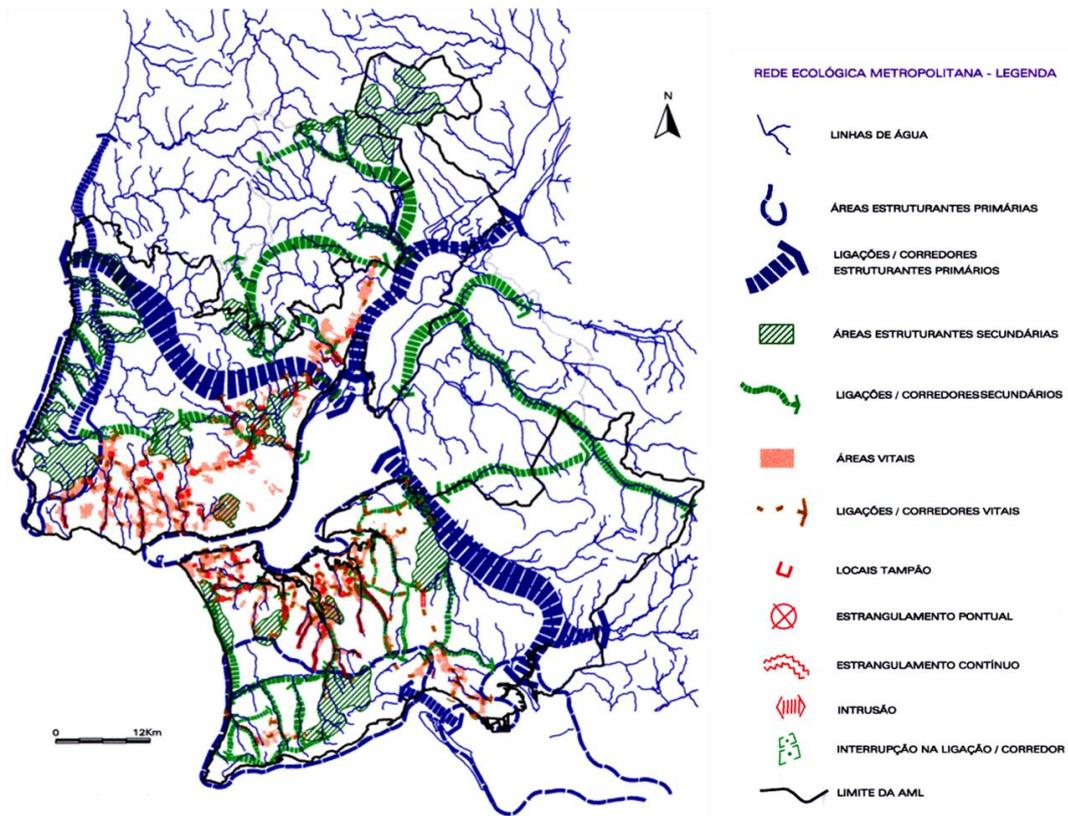
Figura 27 - Estabelecimentos, em ramos de atividades relacionados com “indústrias culturais”



Fonte: MTSS, CAE rev2 (2006). Estudos elaborados para a AML, 2009

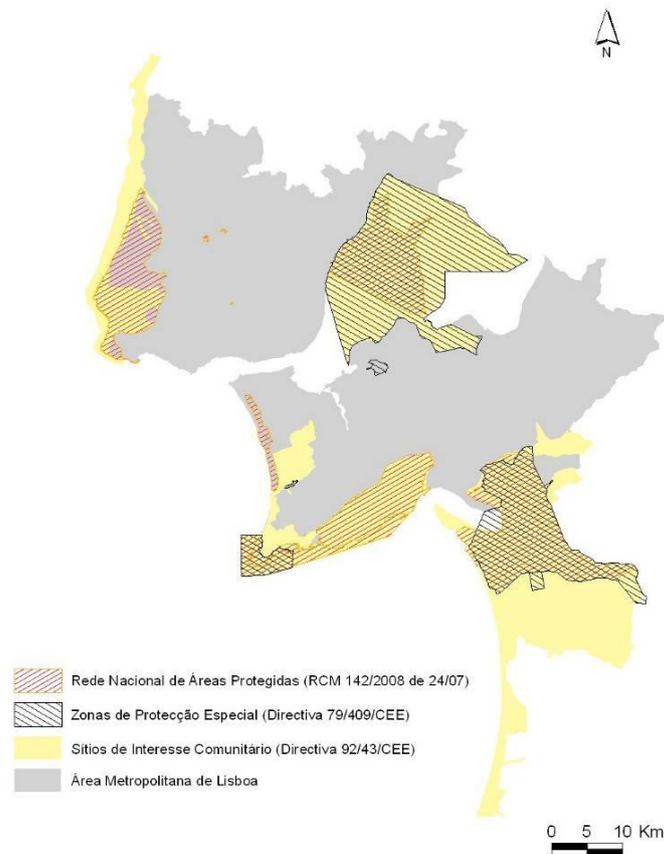
1.4. Recursos, Serviços Ambientais e Riscos

Figura 28 - Rede Ecológica Metropolitana



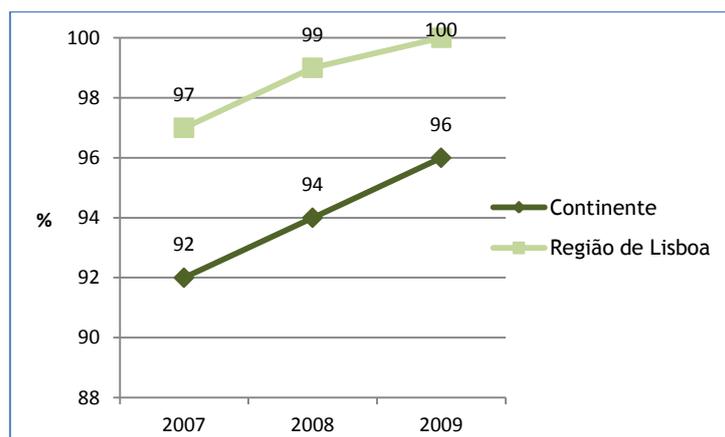
Fonte: PROT AML, 2002

Figura 29 - Áreas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, Zonas de Proteção Especial e Sítios de Importância Comunitária



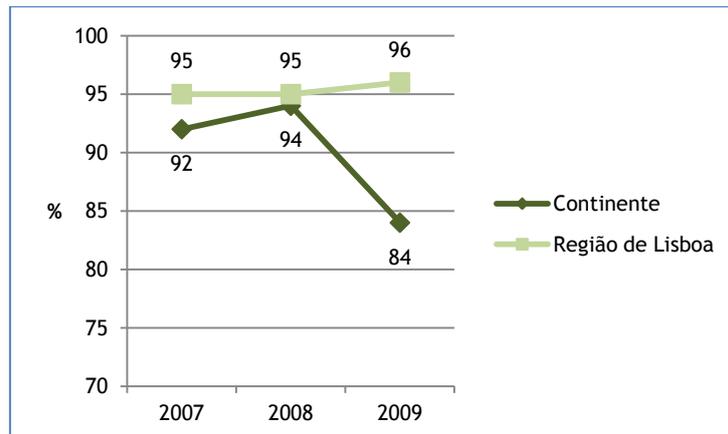
Fonte: ICNF / tratado CCDR.LVT

Figura 30 - População servida por sistemas de abastecimento de água



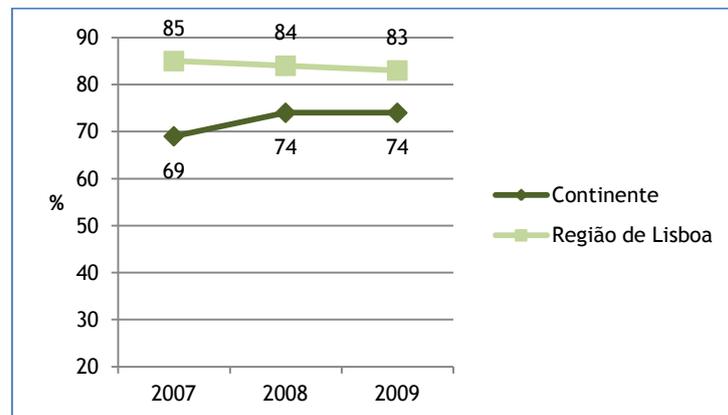
Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF)

Figura 31 - População servida por sistemas de drenagem de águas residuais



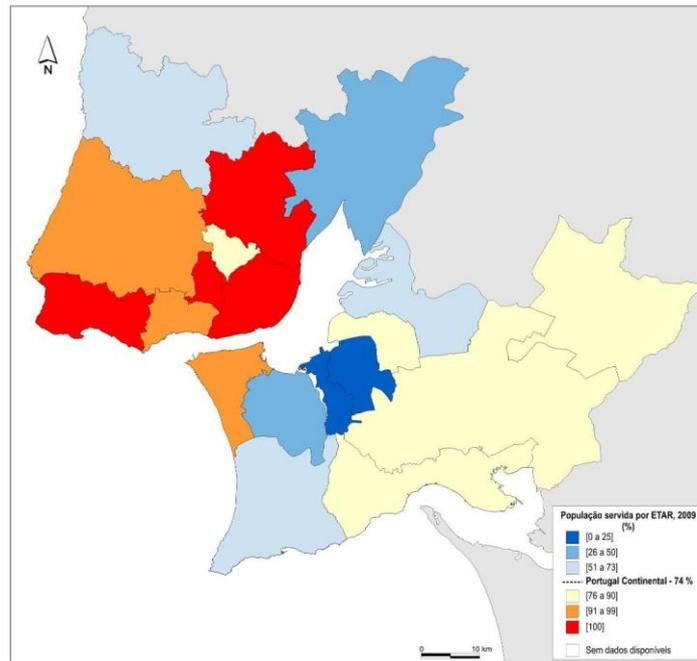
Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF)

Figura 32 - População servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR)



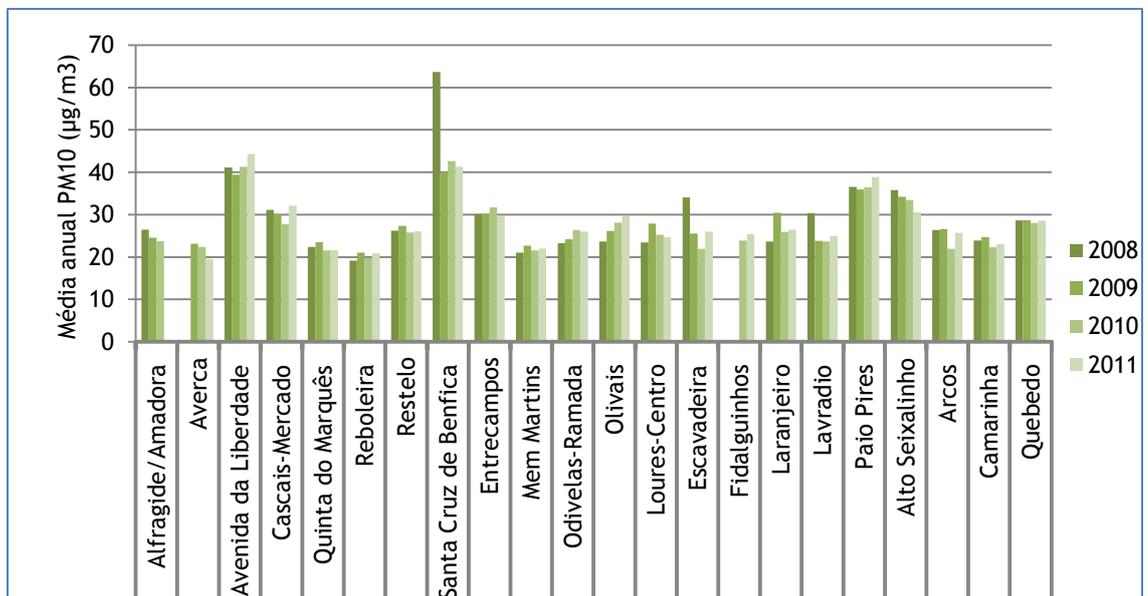
Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR|VFF)

Figura 33 - População Servida por ETAR, 2011 (%)



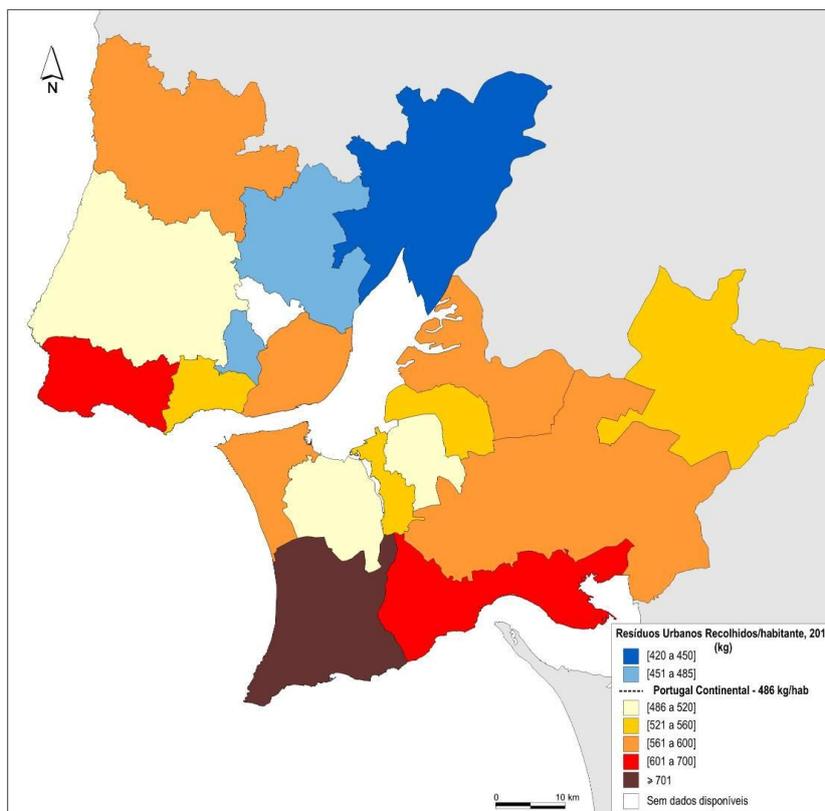
Fonte: INE

Figura 34 – Concentração Média Anual de PM10, por Estação



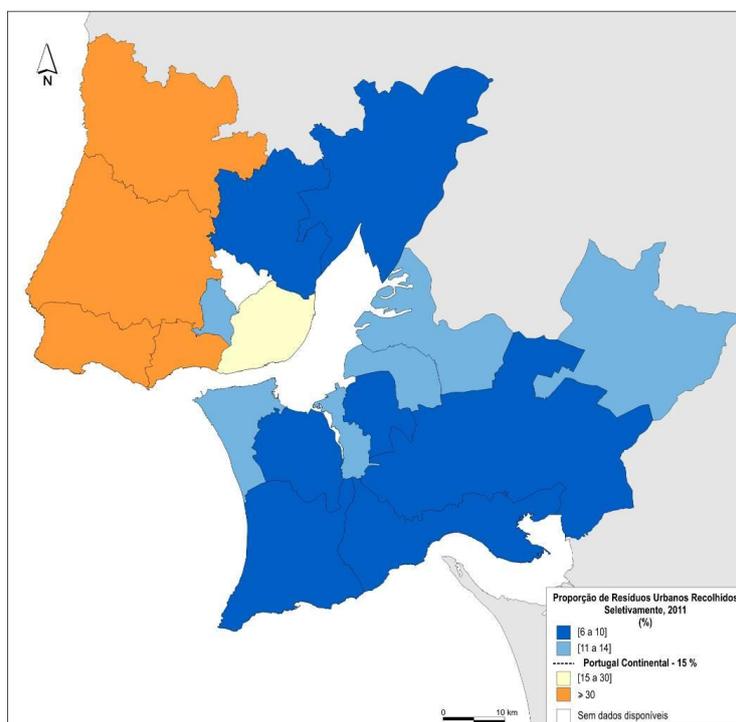
Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Figura 35 – Resíduos urbanos recolhidos/habitante, 2011 (kg)



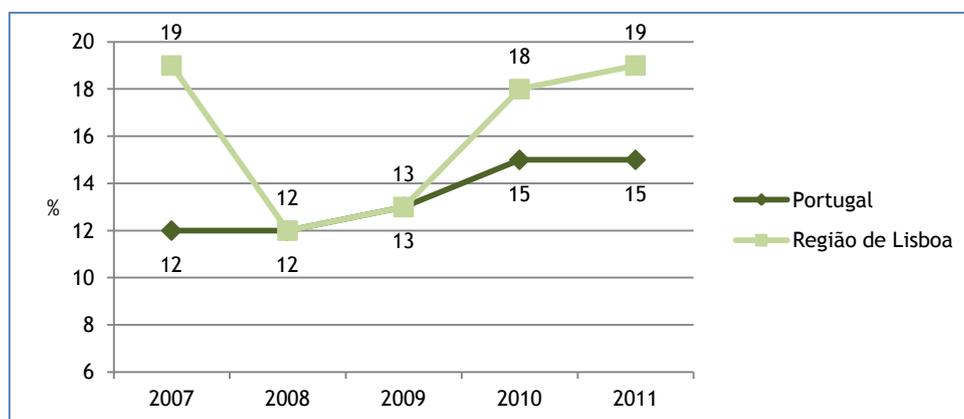
Fonte: INE

Figura 36 – Proporção de Resíduos urbanos recolhidos seletivamente, 2011 (%)



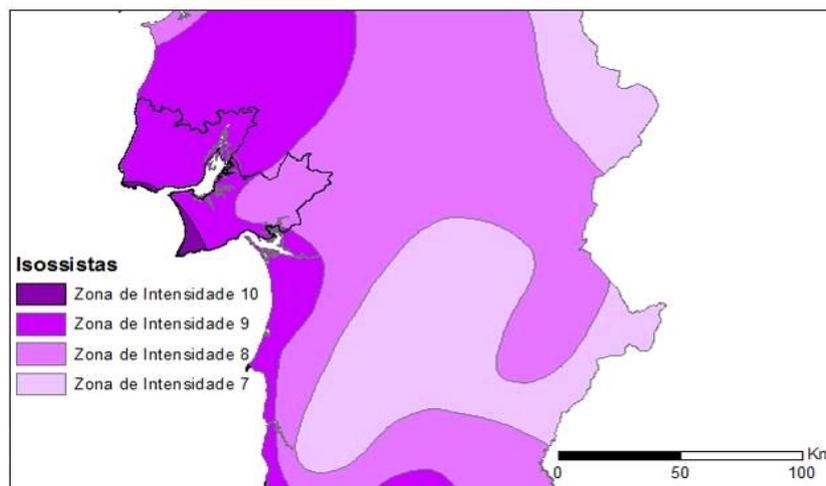
Fonte: INE

Figura 37 - Resíduos Urbanos Recolhidos Seletivamente



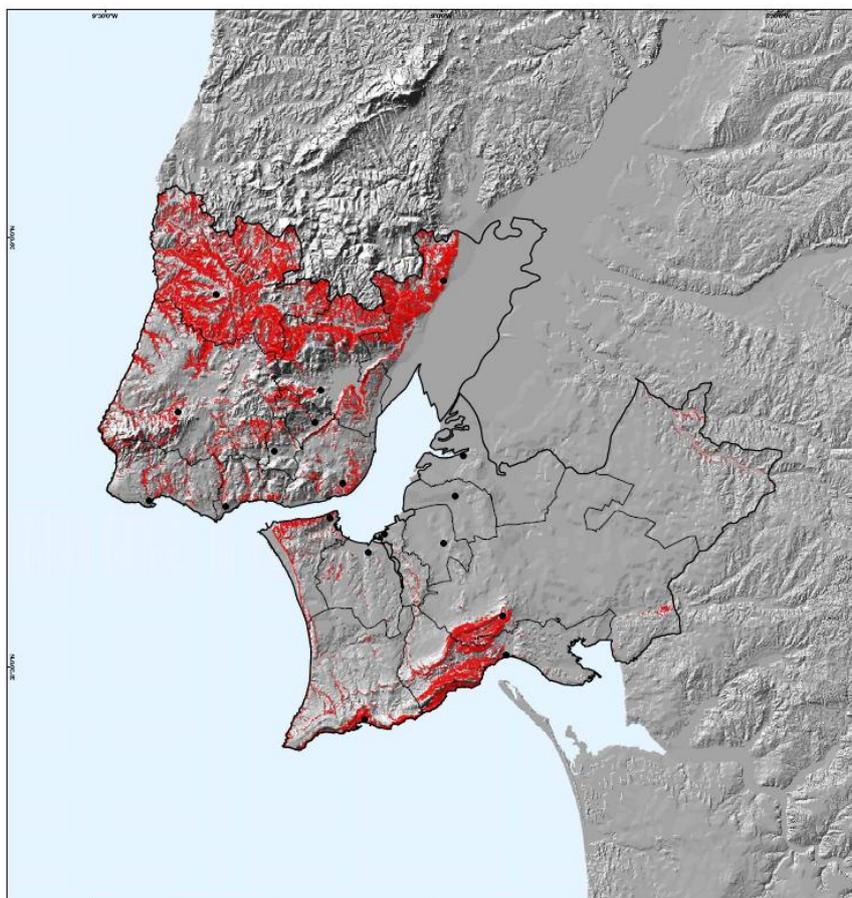
Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

Figura 38 - Intensidade Sísmica máxima na Região de Lisboa



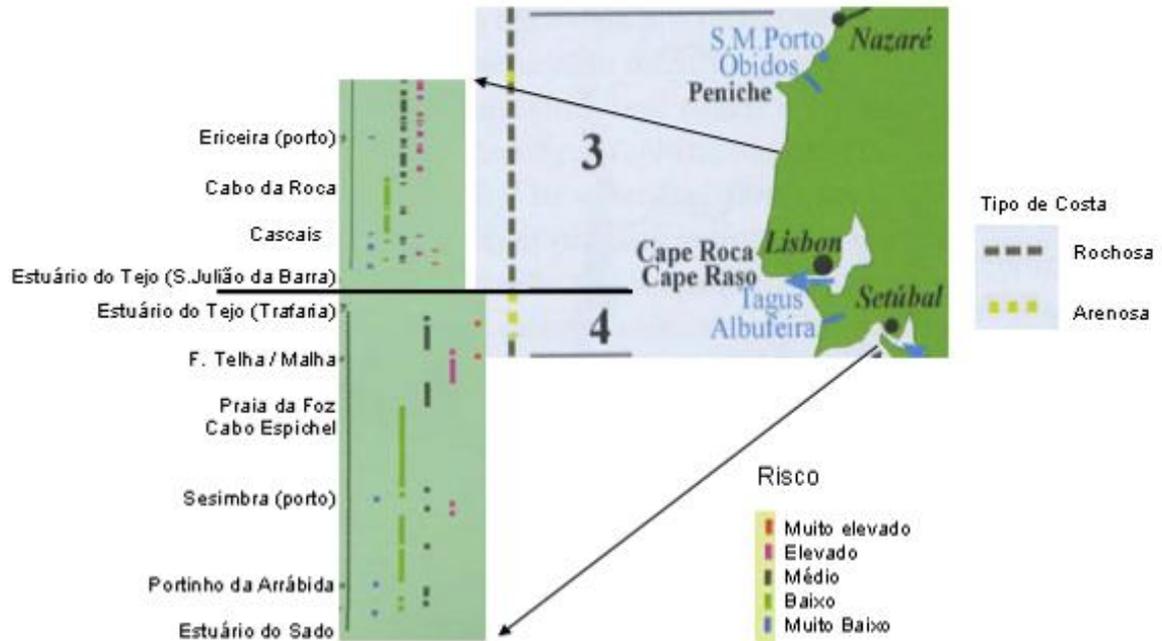
Fonte: CCDR LVT, Estudos elaborados para a AML, 2009

Figura 39 – Áreas de instabilidade de vertentes na Região de Lisboa



Fonte: CCDR LVT, Estudos elaborados para a AML, 2009

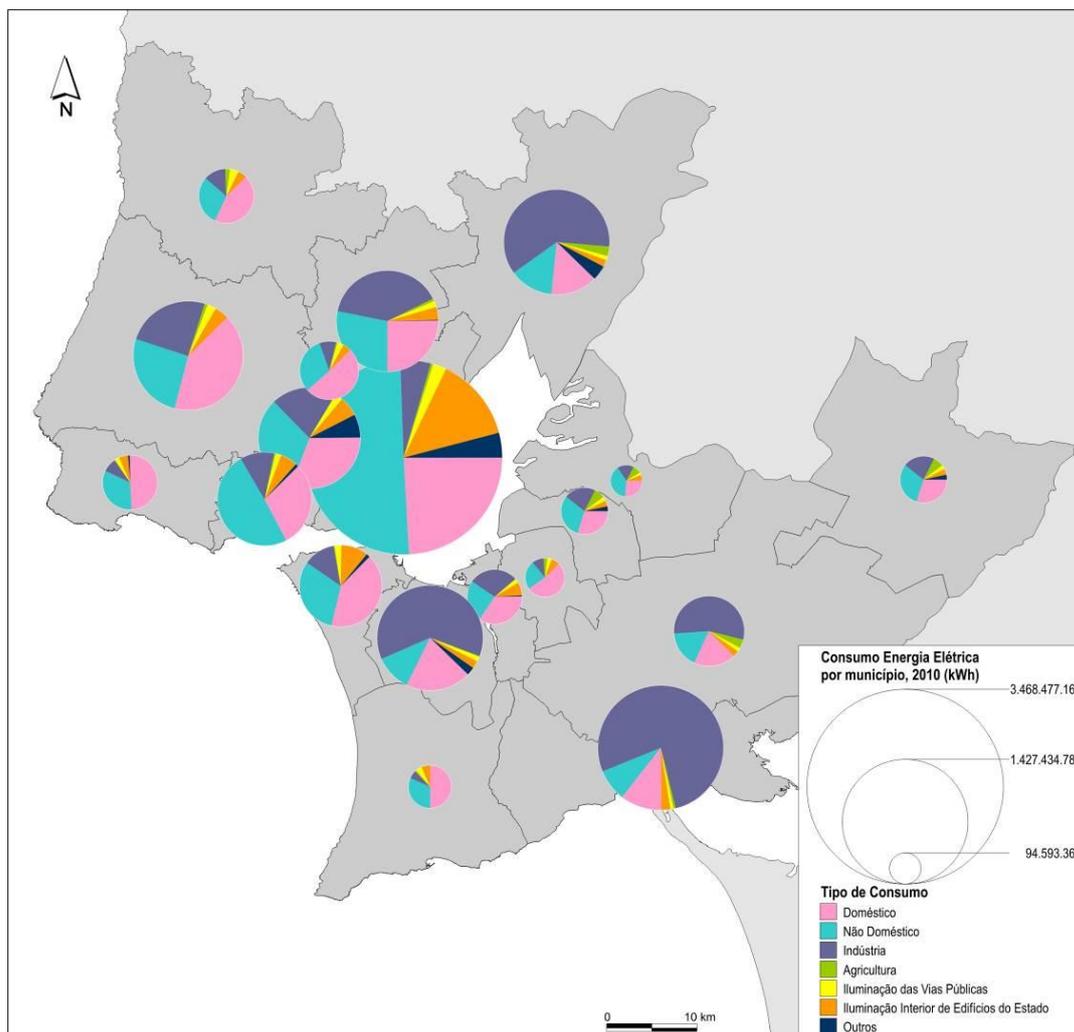
Figura 40 - Risco de erosão costeira na Região de Lisboa



Fonte: CCDR LVT, Estudos elaborados para a AML, 2009

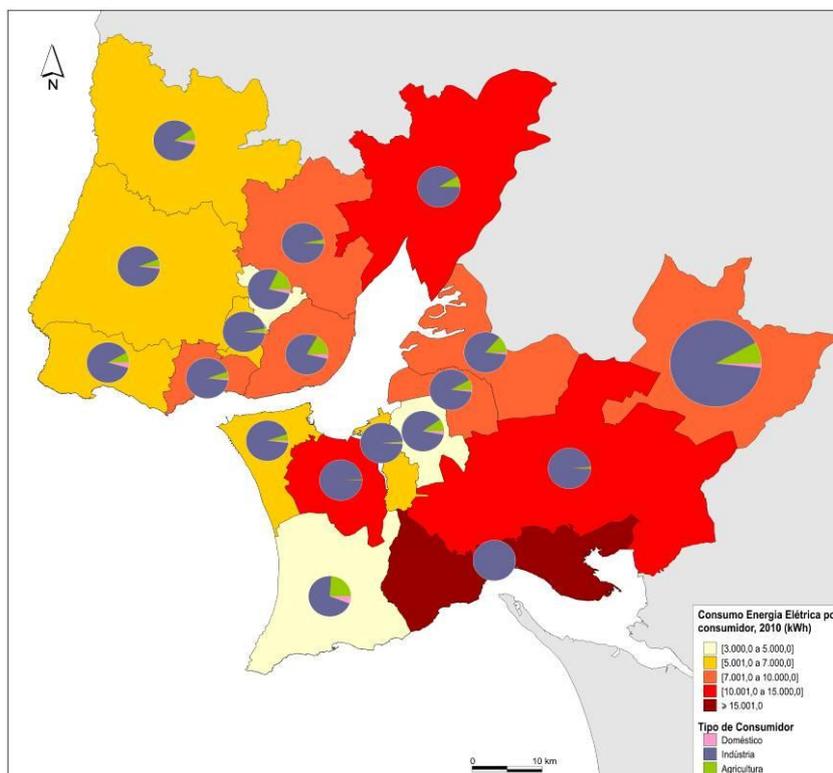
1.5. Economia de Baixo Carbono

Figura 41 – Consumo de Energia Elétrica por município, segundo o tipo de consumo, 2010 (Kwh)



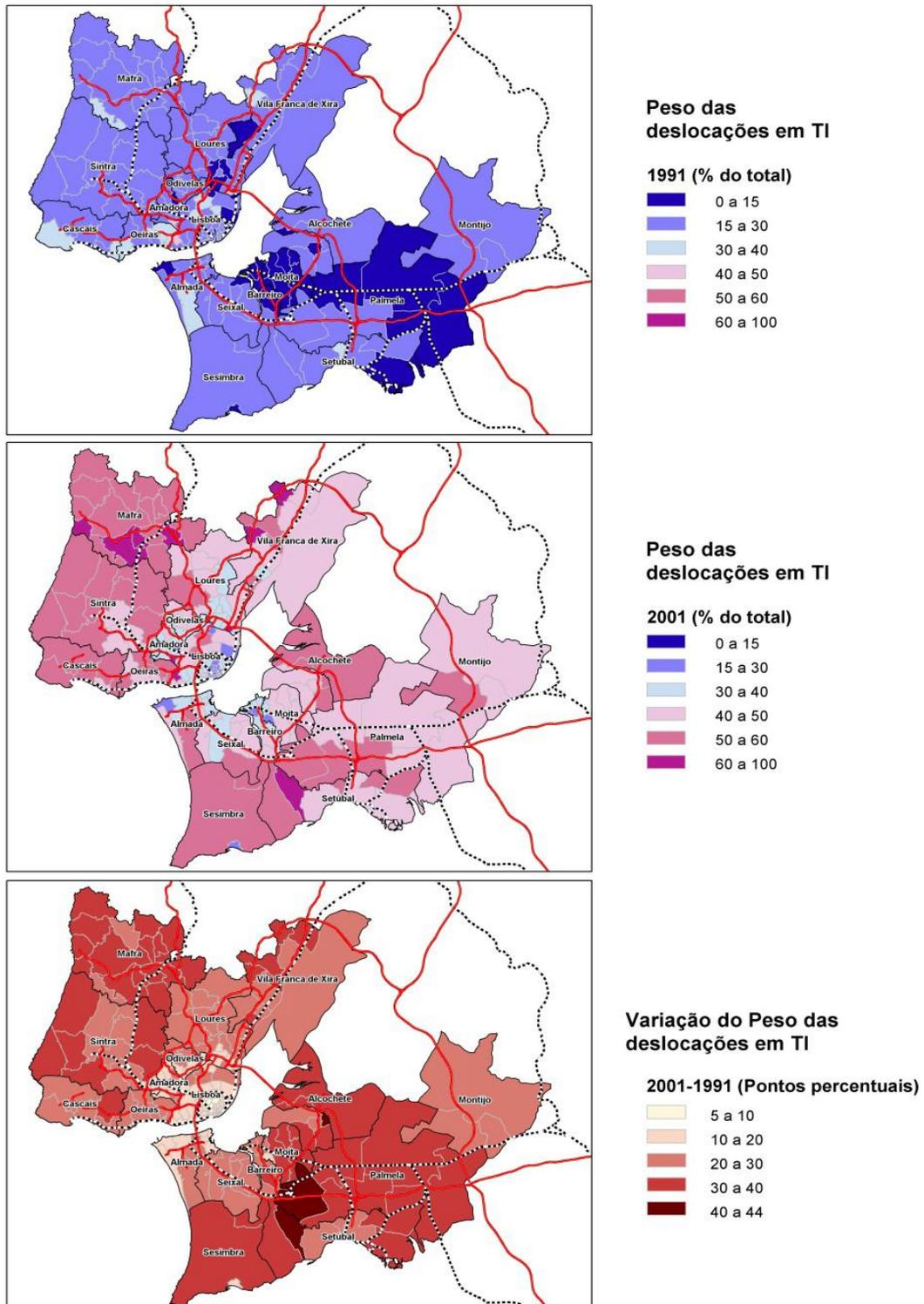
Fonte: INE

Figura 42 – Consumo de Energia Elétrica por Consumidor, 2010 (Kwh)



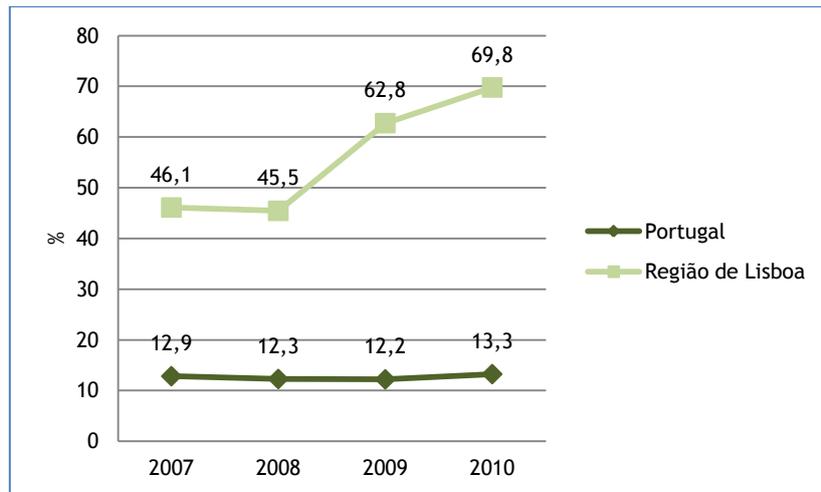
Fonte: INE

Figura 43 - Evolução do peso das deslocações pendulares em Transporte Individual



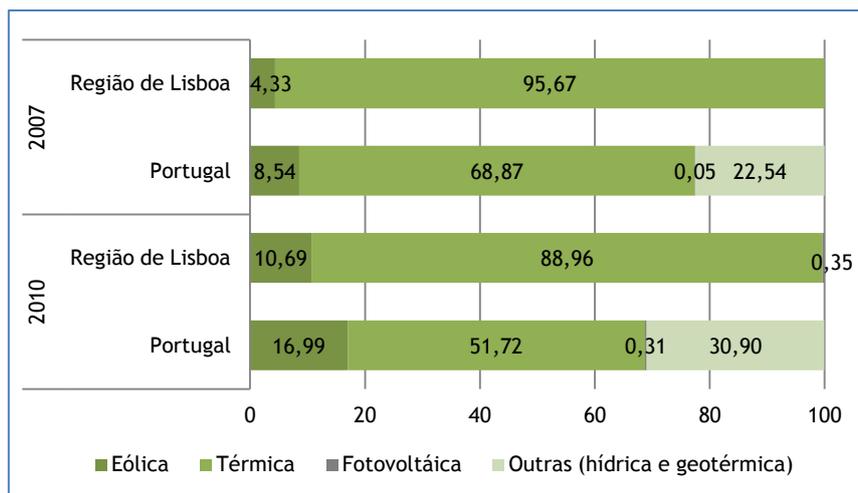
Fonte: INE, Censos de 2001

Figura 44 - Quota de Produção de Eletricidade em Centrais de Cogeração



Fonte: ORLVT/Direção-Geral de Energia e Geologia

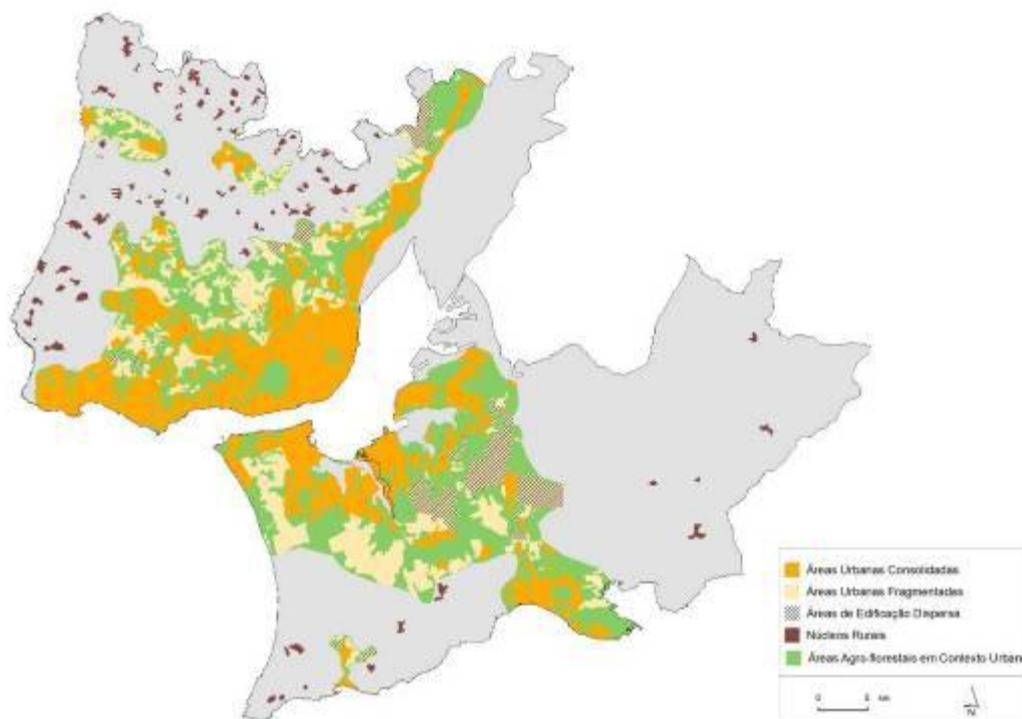
Figura 45 - Quota de Produção Bruta de Eletricidade (%)



Fonte: ORLVT/Direção-Geral de Energia e Geologia

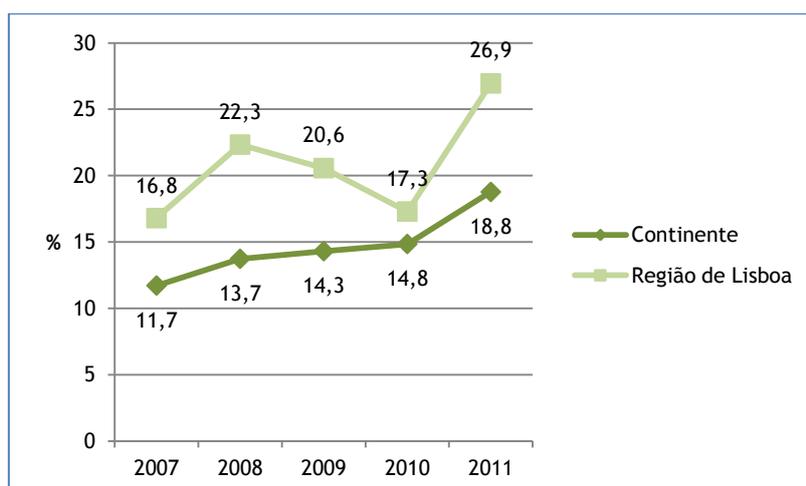
1.6. Qualificação Urbana

Figura 46 – Agregação de Padrões de Ocupação do Solo - 2009



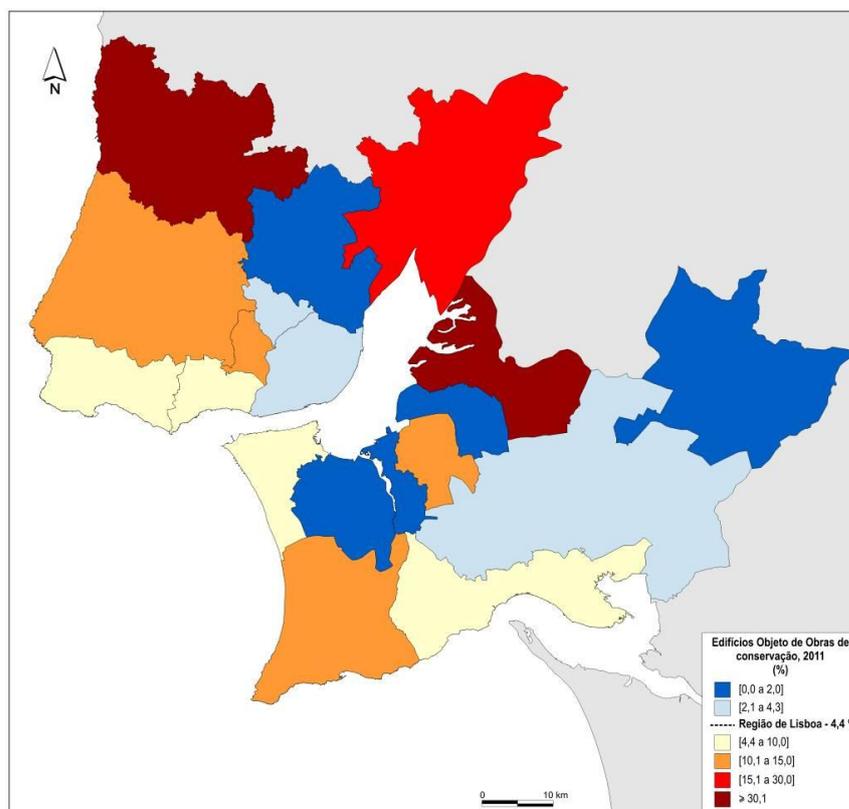
Fonte: CCDR LVT, Estudos elaborados para a AML, 2009

Figura 47 – Proporção de fogos reabilitados



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas/ORLVT

Figura 48 – Edifícios de Habitação Social Objeto de Obras de Conservação, no último ano, 2011 (%)



Fonte: INE

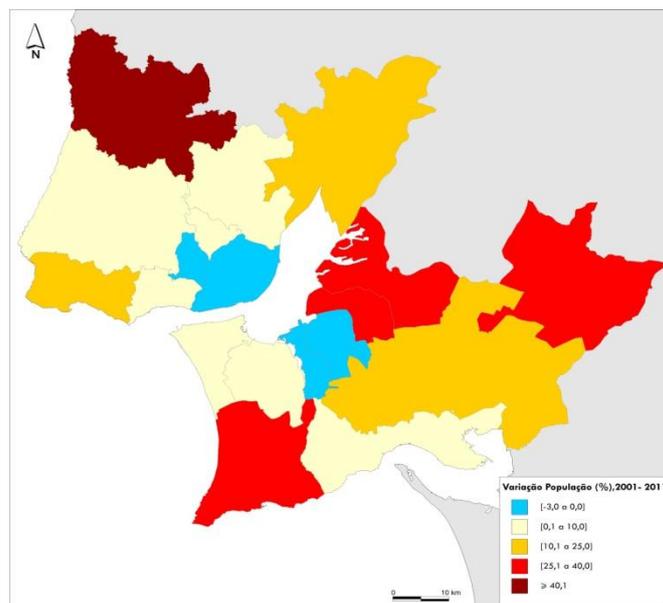
1.7. Demografia e Serviços de Proximidade

Figura 49 - População Residente (2011), por Concelho na Região de Lisboa



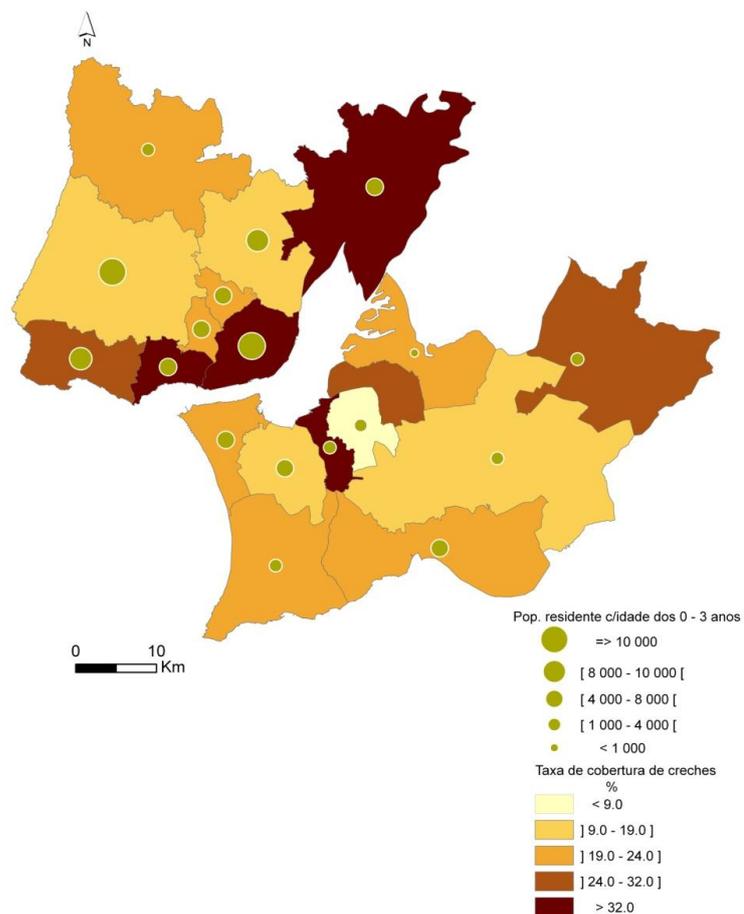
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos 2001 e 2011.

Figura 50 - Variação Populacional (2001/2011), por Concelho na Região de Lisboa



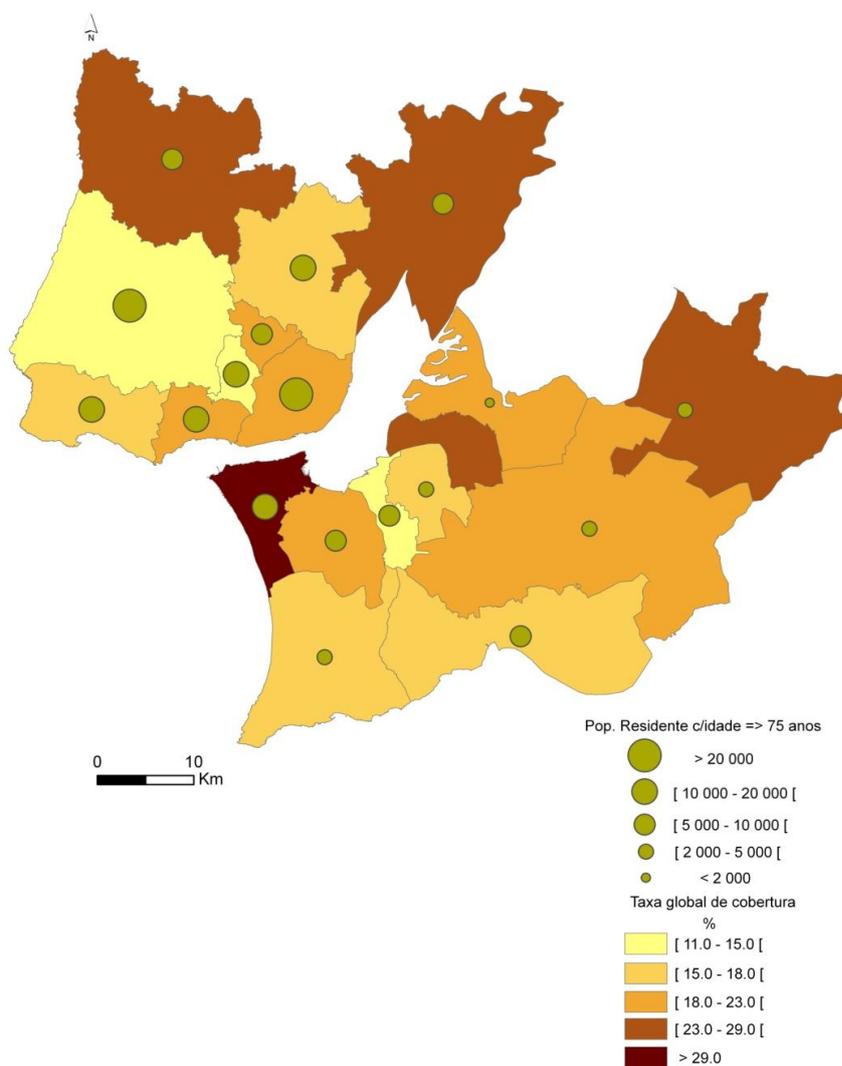
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos 2001 e 2011.

Figura 51 - Taxa de cobertura das creches (%) 2011



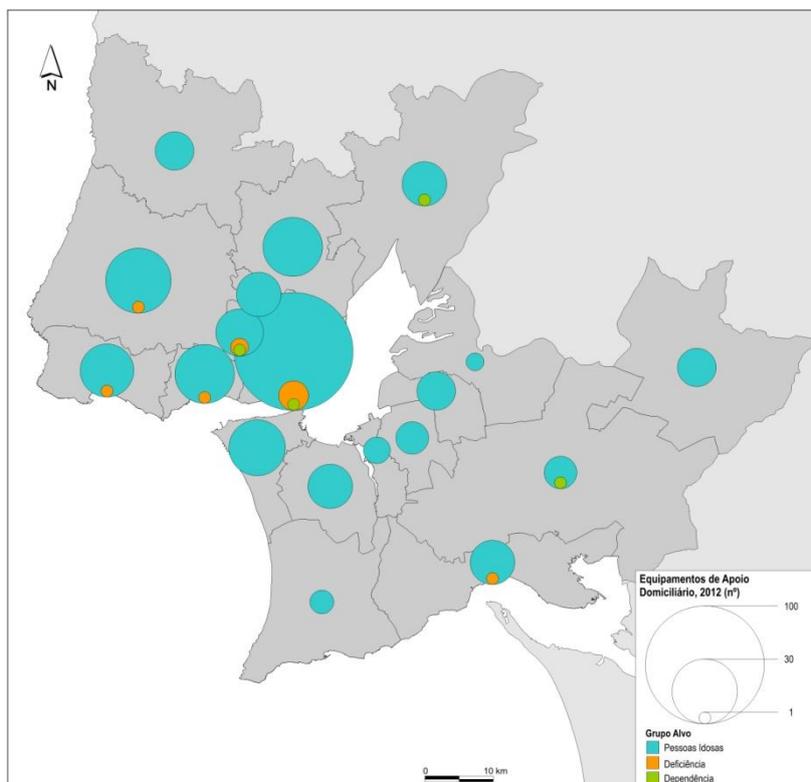
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, Carta Social, GEP-Gabinete de Estratégia e Planeamento, MTSS

Figura 52 - Taxa de cobertura de Equipamentos para idosos (%) 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, Carta Social, GEP-Gabinete de Estratégia e Planeamento, MTSS

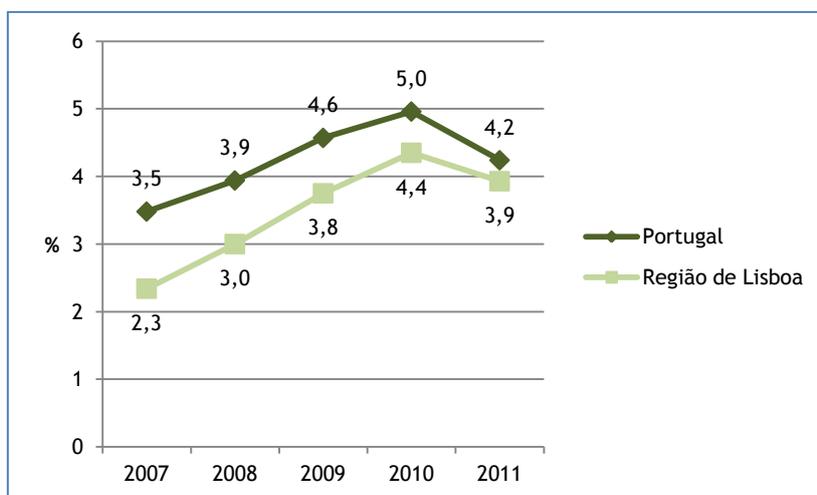
Figura 53 – Equipamentos de apoio domiciliário por grupo alvo, 2012



Fonte: Carta Social (2012);Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

1.8. Inclusão e Inovação Social

Figura 54 - Beneficiários do rendimento social de inserção no conjunto da população



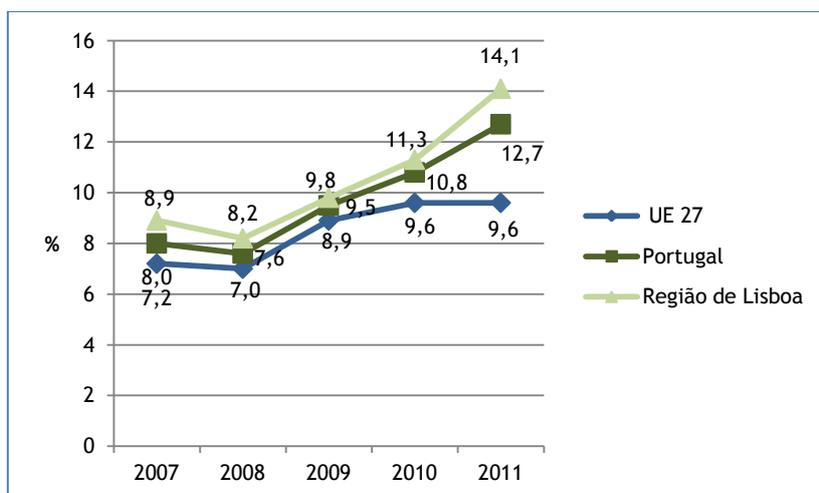
Fonte: INE, Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Figura 55 - Envelhecimento e Pensionistas

	Portugal	Região Lisboa
População residente com 65 e mais anos (Nº - 2011)	2.010.064	513842
Índice de Envelhecimento (2011)	129	118
Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰ - 2010)	325	308
Valor médio mensal das pensões da segurança social (€ - 2010)	333	426

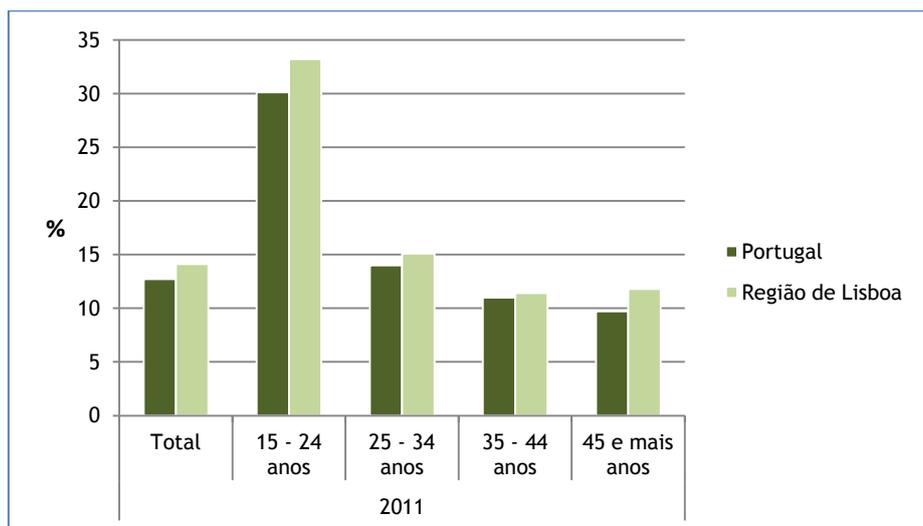
Fonte: Instituto de Informática - I.P., INE, Recenseamento da População e Habitação

Figura 56 - Taxa de desemprego



Fonte: Eurostat

Figura 57 - Taxa de desemprego por grupo etário



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

